

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUINTA-FEIRA, 14 DE AGOSTO DE 2025

NÚMERO 22.791 • 34 PÁGINAS • R\$ 5,00

Stephanie Mitchell/Divulgação



Autor americano defende STF

Steven Levitsky, professor da Universidade Harvard e autor dos best-sellers *Como as Democracias Morrem* e *Como Salvar a Democracia*, elogiou a atuação da Corte contra os movimentos antidemocráticos no Brasil. Segundo ele, as instituições precisam se levantar contra o autoritarismo. “As democracias não podem se defender sozinhas”, afirmou.

PÁGINA 4

Dinheiro e compras na MP do tarifaço

Ed Alves/CB/D.A Press



Elogiado por representantes do setor produtivo, apesar da demora, o pacote de ajuda a exportadores atingidos pela sobretaxa decidida por Donald Trump foi apresentado ontem, no Palácio do Planalto, pelo presidente Lula. Além dos R\$ 30 bilhões em créditos a empresas, a medida provisória — que será avaliada pelo Congresso — contempla compras governamentais de alimentos. Chamada de Brasil Soberana, a MP foi publicada nesta quarta-feira.

EUA suspendem vistos de brasileiros do Mais Médicos

O Departamento de Estado dos Estados Unidos revogou os vistos do secretário de Atenção Especializada do Ministério da Saúde, Mozart Júlio Tabosa Sales, e do diretor da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) para a COP30 Alberto Kleiman, ex-funcionário do governo federal. Os dois participaram da criação e da gestão do programa Mais Médicos, duramente criticado pelos EUA. A retirada

dos vistos é consequência do endurecimento de medidas da Casa Branca contra o regime de Cuba, que enviou centenas de profissionais ao Brasil. De acordo com o secretário norte-americano Marco Rubio, os funcionários são “cúmplices do esquema de exportação de trabalho forçado do regime cubano.” Em 2018, o Mais Médicos foi encerrado pelo então presidente Jair Bolsonaro, mas foi retomado por Lula em 2023.

PÁGINAS 6 E 7. BRASÍLIA-DF, 5

Fachin é confirmado presidente do Supremo

Ministro vai tomar posse na Presidência do STF em 29 de setembro, em substituição a Luís Roberto Barroso. Eleição de Edson Fachin foi ontem, em sucessão que segue a antiguidade — o magistrado está na Corte desde 2015. Alexandre de Moraes ocupará a vice.

PÁGINA 3

Direito & Justiça

Olhos no foro privilegiado

PEC que encerra a prerrogativa de função volta a debate na Câmara dos Deputados. Juristas avaliam efeitos da medida.

Bruna Gaston/CB/D.A Press



Futuro — A transformação do DF num polo tecnológico foi discutida no *CB.Poder* com Carlos Jacobino, do Sindfor. PÁGINA 14

Bruna Gaston/CB/D.A Press



Restaurantes — Presidente da Abrasel, Paulo Solmucci Jr. detalha os temas debatidos no congresso do setor. PÁGINA 17

Ed Alves/CB/D.A Press



Trânsito travado

Um acidente envolvendo um caminhão, um carro e uma moto paralisou o tráfego na Via Estrutural, ontem, no início da manhã. O caminhão atingiu a base de uma passarela, danificando um dos pilares de sustentação. PÁGINA 15

Ucrânia

Pressão sobre Putin

Donald Trump promete “consequências muito severas”, caso a Rússia não cesse ataques. Americano e russo se reúnem amanhã.

PÁGINA 9

Adultização

Pena mais rigorosa

CCJ da Câmara aprova projeto que aumenta pena ao crime de aliciamento de crianças e adolescentes cometido em aplicativo de comunicação.

PÁGINA 2

Minervino Júnior/CB/D.A Press



Festa da cultura — A abertura da exposição *World Press Photo 2025* marca o início das comemorações dos 45 anos da CAIXA Cultural. PÁGINA 18

Nathália Queiroz/CB/D.A Press



Camila, 28, nova vítima da barbárie

Camila Pereira Lopes é a 14ª vítima de feminicídio no DF este ano. Ela foi assassinada a facadas pelo companheiro, William Lopes, na calçada em frente de casa (foto), no Paranoá. Ele foi preso em flagrante. PÁGINA 17





EFEITO FELCA

Exploração infantil vira cabo de guerra

Regulação das redes sociais é vista como solução pelo governo para a proteção de crianças no ambiente digital, mas oposição diz que responsabilizar plataformas significa censurar a liberdade de expressão, e defende penas mais rigorosas

» WAL LIMA

Adultização de crianças — denunciada pelo youtuber Felipe Bressanim Pereira, o Felca, em vídeo que viralizou — uniu esquerda e direita no debate sobre a urgência de garantir a segurança infantil no ambiente digital, mas virou um cabo de guerra sobre as formas como essa proteção será assegurada.

A regulação das redes sociais é vista como solução pelo Planalto, que anunciou o envio de proposta sobre o tema ao Congresso nos próximos dias. Parlamentares bolsonaristas afirmam, porém, que esse é um meio de o governo tentar se apropriar da pauta para censurar a liberdade de expressão nas plataformas digitais. Eles defendem medidas como castração química e aumento de penas para pedófilos.

Em entrevista ao **Correio**, o líder da oposição, deputado Zucco (PL-RS), afirmou que o governo, “de forma hipócrita e oportunista”, está utilizando uma pauta extremamente importante para tentar aprovar a regulação das redes.

“Essa é uma pauta que todos nós tratamos com muita atenção e seriedade. Trata-se da proteção das nossas crianças, um tema que exige responsabilidade e compromisso verdadeiro com o bem da nação”, afirmou. “No entanto, os mesmos que recentemente incentivaram atos como a exposição de homens nus em nome da ‘cultura’ e que, em votações, tratam estupro e pedófilos como vítimas da sociedade, agora tentam se apropriar do debate. Eles se aproveitam do momento de comoção para tentar impor uma censura disfarçada de moralização.” Na avaliação do parlamentar, o endurecimento das leis — e não na regulação das redes — é a saída para combater o problema.

Ontem, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara aprovou, por unanimidade, o Projeto de Lei 2.857/2019, que aumenta em um terço a pena para o crime de aliciamento de crianças e adolescentes por meio da internet (**leia reportagem abaixo**).

Durante a reunião, a oposição usou o debate para atacar pautas defendidas pela esquerda, como fez o deputado Nikolas Ferreira (PL-MG), que criticou a presença de

crianças e adolescentes em eventos de movimentos LGBTQIA+.

“Vamos falar de **adultização**, senhores? Agora, vamos pegar no calo deles. Então, vamos ser contra crianças estarem, por exemplo, na parada LGBT, onde se tem um monte de música que sexualiza a criança, gente nua, música promíscua, de baixo calão. Ninguém vai falar disso agora?”, disparou. “O STF está prestes a liberar crianças na parada LGBT. (...) Ninguém aqui está atacando. Eu não estou querendo fazer aqui palanque político, não”, jurou.

Ele acusou a esquerda de “se apropriar” do vídeo de Felca para justificar a regulação das redes sociais. “Na verdade, não estão denunciando nada, porque não fizeram nada contra o problema. Apenas se aproveitaram da sensatez e da popularidade do rapaz para ter uma oportunidade de colocar, de fato, o que querem: a regulamentação das redes. Nem disfarçaram.”

“Expressão de ódio”

A deputada Erika Hilton (PSol-SP) rebateu os ataques de Nikolas à comunidade LGBTQIA+. Ela disse que a oposição tenta confundir o debate sobre adultização, misturando temas que não estavam sequer em discussão.

“Como sempre, eles confundem, expressam o seu ódio, sua violência e seu preconceito. Agora, resolveram transformar um tema tão sério em algo que parece novidade. Eu falei ontem no plenário e repito: será que os deputados só descobriram que isso acontece depois do vídeo de um influenciador?”, questionou.

A parlamentar é defensora da regulação das redes sociais. “O que eu adianta aumentar a pena se não criarmos um ambiente seguro? Se não houver regulamentação das redes, essas coisas vão continuar acontecendo. Não é apenas por meio de penas e punições que vamos resolver. A regulamentação é fundamental para esse controle.”

Já a deputada Maria do Rosário (PT-RS) ressaltou que a oposição quer transformar o tema em disputa política. “Fomos nós que criamos a Lei do Feminicídio, a Lei Maria da Penha e as leis de proteção à infância contra a pedofilia e a pornografia

Vinicius Loures / Câmara dos Deputados



A CCJ da Câmara aprovou projeto em resposta à pauta da adultização de crianças e adolescentes, mas adiou a votação de outra proposta



Não fizeram nada contra o problema. Apenas se aproveitaram da sensatez e da popularidade do rapaz para ter uma oportunidade de colocar, de fato, o que querem: a regulamentação das redes”

Nikolas Ferreira (PL-MG), deputado federal

Risco à infância

O youtuber Felca publicou um vídeo que já tem 35 milhões de visualizações em que faz um compilado de denúncias sobre influenciadores que abusam da imagem de crianças, mostra como o algoritmo funciona para entregar esse tipo de conteúdo para pedófilos e entrevista uma psicóloga especializada para falar sobre o perigo da exposição nas redes sociais para as crianças e adolescentes.

infantil. Enquanto isso, o que eles fizeram foi permitir que as redes sociais se tornassem uma terra sem lei”, sustentou. “Espero sinceramente que não tentem atrapalhar o movimento legítimo que o Brasil está fazendo agora pela regulamentação das redes. Faremos todo o possível para que criminosos sejam identificados e presos. Quem comete crimes sexuais contra crianças deve estar na prisão”, declarou.

Em busca de alternativas para combater a adultização e sexualização de crianças nas redes sociais, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), anunciou, na terça-feira, a criação



Se não houver regulamentação das redes, essas coisas vão continuar acontecendo. Não é apenas por meio de penas e punições que vamos resolver. A regulamentação é fundamental para esse controle”

Erika Hilton (PSol-SP), deputada federal

de um grupo de trabalho que apresentará, em 30 dias, uma proposta para garantir a segurança infantil na internet.

Além do GT, uma comissão, com parlamentares e especialistas, se reunirá na quarta-feira, às 9h, para debater o tema no plenário da Casa.

Oitiva de big techs

No Senado, requerimento da senadora Eliziane Gama (PSD-MA) foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), ontem, convocando uma audiência pública com representantes das principais plataformas digitais que atuam no Brasil.

A audiência, que ainda terá a data definida, deve contar com representantes de Meta, YouTube, Telegram, TikTok e Kwai, além do Ministério Público Federal, Polícia Federal e Defensoria Pública da União. Também está previsto convite ao influenciador Felca.

No requerimento, Eliziane afirma que o material apresentado pelo influenciador “revela, de forma assustadora, o fenômeno da adultização de menores de idade” e que “as acusações mostram não só a fragilidade de jovens expostos inadequadamente, mas também a falta de eficácia das ferramentas de proteção usadas hoje pelas plataformas”.

CCJ da Câmara aprova projeto que endurece penas

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara aprovou projeto de lei em resposta à pauta do combate à adultização de crianças e adolescentes nas redes sociais, tema que ganhou popularidade pelo youtuber Felca.

O texto, de autoria da ex-deputada federal Sheridan (sem partido-RR), aumenta a pena ao crime de aliciamento de crianças e adolescentes quando cometido em um aplicativo de comunicação. A relatora é a deputada Laura Carneiro (PSD-RJ). “No mérito, entendo que o texto chega para análise em boa hora, considerando o grave e importante relato trazido pelo youtuber Felca sobre a ‘adultização’ de crianças, oportunidade na qual apresentou casos sérios de exploração e sexualização de menores nas redes sociais, com amplo material audiovisual”, argumentou a parlamentar.

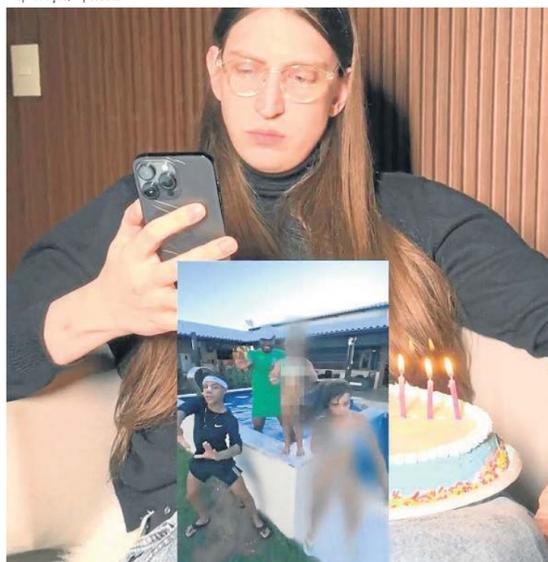
O presidente do colegiado, Paulo Azi (União-BR), decidiu colocar

para votação esse e mais um projeto de lei por entender que a gravidade do tema exigia uma resposta da comissão.

A segunda proposta, do deputado Fred Costa (PRD-MG), autoriza delegados e Ministérios Públicos a solicitarem diretamente às plataformas, às redes sociais e aos meios de comunicação material que possa subsidiar denúncias no âmbito de investigação criminal de abuso, violência ou exploração sexual de criança ou adolescente, sem necessidade de autorização judicial.

Esse segundo projeto de lei acabou sendo retirado de pauta, em razão da ausência do relator, deputado Paulo Bilynskij (PL-SP). “Esta presidência conhece a gravidade da situação e entende a necessidade de fortalecermos o arcabouço legal, para essas ações efetivamente serem enfrentadas e coibidas”, disse Azi, que também mencionou o vídeo de Felca.

Reprodução/X pessoal



O vídeo postado por Felca superou 35 milhões de visualizações

Saiba mais

O que diz o texto das duas propostas:

» O projeto de lei da deputada Shéridan impõe a pena de um a três anos de prisão para quem facilitar o acesso a conteúdo pornográfico para crianças e assediar crianças para fazê-las se exibirem de forma sexualmente explícita. Se esses crimes forem cometidos por meio de aplicativo de comunicação via internet, a pena é aumentada em um terço.

» A segunda proposta, de autoria de Fred Costa, prevê que plataformas devem ser obrigadas a fornecerem dados a autoridades investigativas para apuração de crimes sexuais contra crianças e adolescentes.

» O texto passou por alteração na CCJ por parte do relator, deputado Paulo Bilynskij (PL-SP). A

mudança foi feita para impor alguns limites a quais informações ou a quem poderiam ser requisitadas sem autorização judicial.

» No novo texto, Bilynskij estabelece que o delegado de polícia ou membro do Ministério Público pode pedir, de quaisquer órgãos do poder público ou de empresas da iniciativa privada, dados e informações cadastrais de um investigado por crime de abuso, violência ou exploração sexual de criança sem precisar de autorização judicial.

» Os órgãos públicos ou empresas terão até 10 dias para atender à demanda. Caso alguém recuse, atrase ou omita dados, a pessoa está sujeita a um a três anos de prisão; no caso de crime culposos, três meses a um ano de detenção.

JUDICIÁRIO

Ministro assumirá a presidência da Corte, a partir de setembro, para o biênio 2025/2027. Sucessão obedece à ordem de antiguidade

Fachin eleito para comando do STF; Moraes será vice

» LUANA PATRIOLINO

O Supremo Tribunal Federal (STF) elegeu, ontem, o ministro Edson Fachin como o novo presidente da Corte, e Alexandre de Moraes, como vice, para os próximos dois anos. A posse está prevista para 29 de setembro. A sucessão nos principais cargos segue a ordem da antiguidade. Pela tradição, a presidência é ocupada pelo integrante mais antigo que ainda não esteve no posto. O segundo mais antigo passa a ser o vice.

Fachin recebeu 10 votos na eleição simbólica. Pela tradição, um ministro não vota em si mesmo. Moraes também teve o mesmo número de votos. Em nome do tribunal, o atual presidente, Luís Roberto Barroso, cumprimentou o eleito. "Considero, pessoalmente e institucionalmente, que é uma sorte do país poder, nesta conjuntura, ter uma pessoa com a qualidade moral e intelectual de Vossa Excelência conduzindo o tribunal", disse.

Fachin agradeceu pelos votos de confiança e afirmou que sua gestão continuará buscando fortalecer a colegialidade, a pluralidade e o diálogo. "A eleição tem um efeito simbólico. É como uma corrida de revezamento: o bastão agora chegou aqui, e recebo com o sentido de missão e com a consciência de um dever a cumprir", frisou.

Moraes também agradeceu aos colegas e classificou como "honra e alegria" a oportunidade de ser vice

É uma sorte do país poder, nesta conjuntura, ter uma pessoa com a qualidade moral e intelectual de Vossa Excelência conduzindo o tribunal"

Luís Roberto Barroso,
presidente do STF,
para Fachin

de Fachin. O procurador-geral da República, Paulo Gonet Branco, também parabenizou os eleitos. "Posso dar o testemunho público da extrema dedicação ao trabalho tanto do novo presidente quanto do vice-presidente, da ombridade, da segurança e do compromisso com os melhores valores da democracia. O Supremo continuará em ótimas mãos", ressaltou.

A mudança no comando da Suprema Corte também altera a composição das Turmas, os dois colegiados formados por cinco ministros, cada um. Como Fachin assumirá a presidência do tribunal, deixará de compor a Segunda Turma, e Barroso

deverá seguir para o grupo. No entanto, a Primeira Turma, da qual Moraes participa — e é responsável por julgar os casos envolvendo a ação penal da tentativa de golpe de Estado —, não será modificada.

Perfis

Edson Fachin, natural de Rondonia (RS), é ministro no STF desde 2015. Antes de assumir uma cadeira na Corte, atuou como advogado, procurador jurídico, procurador-geral do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e procurador do estado do Paraná.

Formado em direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), o ministro tem mestrado e doutorado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e pós-doutorado no Canadá. Foi professor titular de direito civil da UFPR de 1999 até a nomeação para o Supremo.

Nascido em São Paulo, Alexandre de Moraes é doutor em direito do Estado pela Universidade de São Paulo (USP), onde é professor associado, e leciona na Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Desde 1991, quando ingressou na carreira do Ministério Público do Estado de São Paulo, atuou em diversos órgãos públicos. Foi secretário de Segurança Pública de São Paulo em 2016. Chegou ao Supremo por indicação do ex-presidente Michel Temer, após a morte do ministro Teori Zavascki, em 2017.

Felipe Sampaio/STF



O ministro Edson Fachin disse que continuará buscando fortalecer a colegialidade, a pluralidade e o diálogo

Moraes recebe "advogado de Xandão"

Gustavo Moreno/STF



O ministro Alexandre de Moraes teve um encontro descontraído, ontem, com o humorista Mizaél Silva, conhecido como "advogado de Xandão". Os dois se conheceram durante o evento Leis e Likes: o papel do Judiciário e a influência digital, no STF. Moraes aproveitou para brincar com Mizaél: "Fala inglês? Estou precisando de um advogado para me defender nos Estados Unidos", riu o ministro. Recentemente, o governo Trump aplicou sanções contra Moraes, supostamente para paralisar o processo contra o ex-presidente Jair Bolsonaro, réu por tentativa de golpe de Estado.

SUMMIT

REFORMA TRIBUTÁRIA

Regulamentação e competitividade no setor de comércio e serviços e o futuro das fintechs no novo cenário



Evento com transmissão ao vivo

Para compra de ingressos, entre em contato com:

Ludmila Sousa
(61) 99809-2695

19 de agosto de 2025

Centro de Convenções Ulysses Guimarães

Organização



Realização



Patrocínio



Parceiros



www.CORREIOBRAZILIENSE.com.br



PODER

“STF agiu absolutamente certo”

Autor consagrado, Steven Levitsky aponta que atuação da Corte tem sido fundamental para garantir a democracia brasileira

» ISRAEL MEDEIROS

Os Estados Unidos poderiam ter evitado o declínio de sua democracia se tivessem feito com o hoje presidente Donald Trump o que o Brasil fez, ao investigar, processar e indiciar o ex-presidente Jair Bolsonaro por participação em uma trama golpista. Esta é a análise do cientista político Steven Levitsky, autor dos best-sellers *Como as Democracias Morrem* e *Como Salvar a Democracia*, que elogiou a firme atuação do Supremo Tribunal Federal (STF) contra movimentos antidemocráticos no Brasil. Para o professor da Universidade Harvard, as instituições precisam se levantar contra o autoritarismo, pois as democracias “não conseguem se defender sozinhas”.

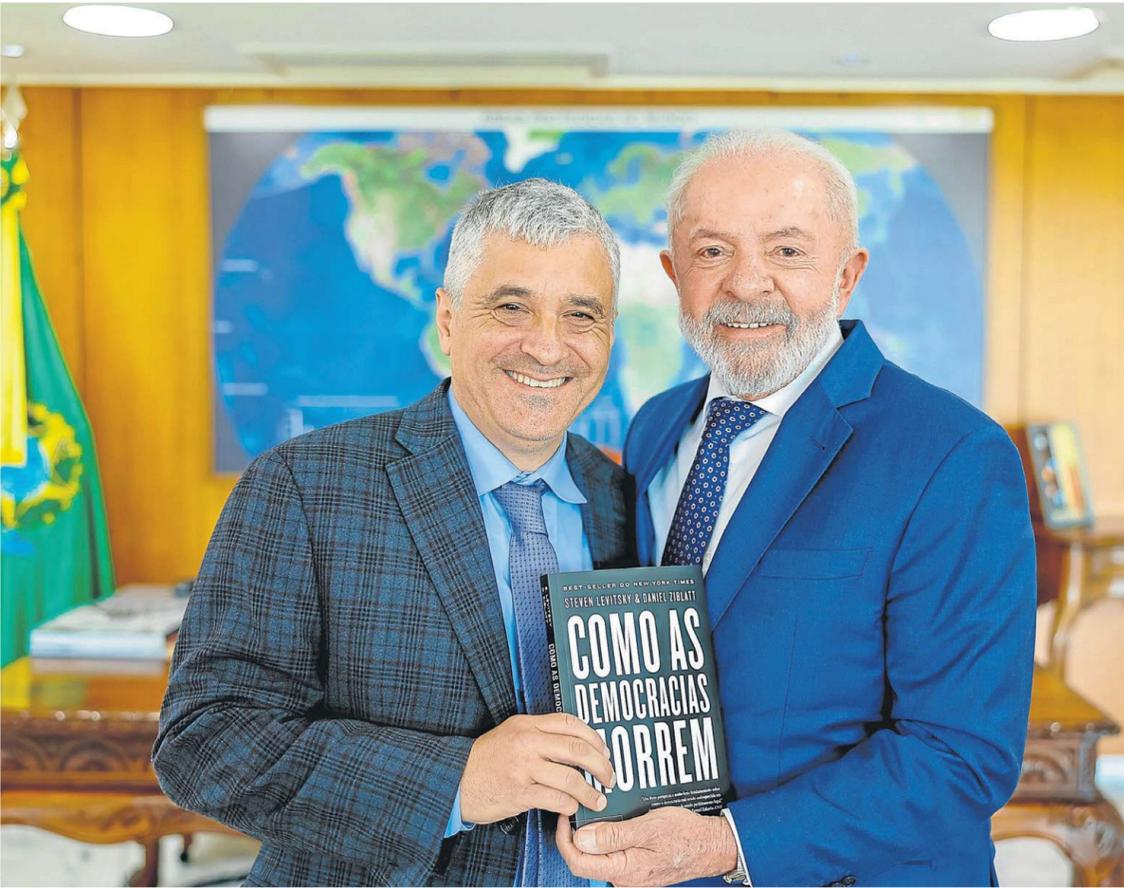
“Acho que o (Supremo) tribunal agiu absolutamente certo ao defender a democracia de forma agressiva. As democracias não conseguem se defender sozinhas. Elas não podem ser defendidas passivamente, a distância”, pontuou, em um evento, ontem, do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), em Brasília, ao lado do decano do STF, Gilmar Mendes. Levitsky ressaltou, no entanto, que a Corte também concentra um poder inédito, que a coloca entre as mais poderosas do mundo e abre a possibilidade de críticas sobre os limites de sua atuação.

Para Levitsky, se a Justiça dos Estados Unidos tivesse seguido a mesma linha que o STF seguiu no caso de Bolsonaro, a democracia norte-americana não estaria enfraquecida e ameaçada. “A democracia americana, vou ser muito claro, está entrando em colapso. Estamos perdendo nossa democracia. Nos últimos meses, os Estados Unidos deslizaram para um regime de autoritarismo competitivo, no qual existem eleições multipartidárias regulares, mas em que há abuso sistemático por parte do governo incumbente contra a oposição”, pontuou.

A perseguição aos oponentes de Trump utilizando aparato do Estado é um sintoma, segundo Levitsky, da fragilidade da democracia dos EUA após alguns meses da gestão do atual presidente. O primeiro semestre da administração do republicano foi marcado por perseguição a imigrantes, cortes de recursos de algumas das principais e mais prestigiadas instituições de ensino norte-americanas — como a própria Universidade Harvard, que teve retenções bilionárias no orçamento por permitir, no passado, protestos de estudantes pró-Palestina — e o desmonte de políticas públicas voltadas às populações mais pobres em nome do corte de gastos.

Ele comparou a situação atual dos EUA com governos autoritários na Venezuela, na Hungria e na Turquia. “Os primeiros meses da administração Trump têm sido mais autoritários que (Hugo) Chávez, (Viktor) Orbán e (Tayyip) Erdogan”, criticou.

Ricardo Stuckert/PR



Professor exhibe com Lula um dos seus mais importantes livros, que diagnostica como lideranças personalistas (tipo Trump) solapam o Estado de Direito

QUEM É E O QUE PROPÕE UM DOS MAIS IMPORTANTES ACADÊMICOS NORTE-AMERICANOS

Steven Levitsky, de 57 anos, é um renomado cientista político e professor de Governo na Universidade de Harvard. Sua pesquisa é focada na América Latina e em como as instituições políticas informais e os regimes democráticos funcionam no mundo em desenvolvimento. Ele é mais conhecido por ser coautor do livro *Como as Democracias Morrem* (em inglês, *How Democracies Die*), escrito em parceria com Daniel Ziblatt. A obra, que se tornou um best-seller, analisa o declínio da democracia em diferentes países e alerta para

os riscos de líderes eleitos subverterem gradualmente as instituições democráticas. Levitsky também é autor de outros livros e colabora para publicações como o *The New York Times* e a revista *Vox*. Suas principais contribuições acadêmicas incluem:

Regimes autoritários competitivos — Levitsky desenvolveu este conceito para descrever regimes que, embora possuam eleições e instituições democráticas formais, são, na prática, dominados por líderes autoritários que

manipulam o sistema para se manter no poder;

Instituições informais — Ele estuda o papel das regras não escritas e das práticas não oficiais que influenciam o comportamento político e o funcionamento das instituições formais;

Análise da democracia na América Latina — A pesquisa aprofundada de Levitsky sobre a região o tornou uma voz importante no debate sobre os desafios e as crises democráticas em países latino-americanos.

Resposta eficaz

No sentido oposto, considere que o Brasil deu uma resposta “muito mais eficaz” às investidas de Bolsonaro contra a democracia. “Se tirarmos uma foto do cenário, os Estados Unidos são consideravelmente menos democráticos do que o Brasil. Como isso aconteceu? Nós sabíamos que Donald Trump era uma ameaça”, lamentou.

“Nossos principais políticos, juízes de destaque, grandes proprietários de mídia, líderes empresariais e religiosos estão falhando em cumprir sua responsabilidade básica de se levantar e defender as instituições democráticas. Compare isso com o Brasil. A democracia brasileira tem suas falhas, suas deficiências, e a resposta a Bolsonaro foi confusa. Mas muito mais eficaz do que a dos Estados Unidos”, comparou.

Levitsky citou como exemplos

bem-sucedidos do combate ao autoritarismo no Brasil o inquérito das fake news, cujo relator no STF é o ministro Alexandre de Moraes, e os esforços do Judiciário brasileiro para frear a desinformação no período eleitoral de 2022.

A rapidez da Justiça brasileira em processar os envolvidos na trama golpista, segundo Levitsky, também coloca o Brasil à frente dos EUA. “Onde o sistema judiciário dos Estados Unidos se recusou a responsabilizar Trump por sua tentativa (de golpe, em 2021), o tribunal brasileiro agiu de forma decisiva, rápida e agressiva”, analisou.

“Parece muito provável que Bolsonaro seja, de fato, condenado pelo seu ataque (referindo-se à tentativa de ruptura do Estado Democrático de Direito depois das eleições de 2022). Portanto, ao contrário de Trump, é improvável que ele retorne à Presidência. Essa é uma

grande diferença, e é uma diferença com consequências. Pode ser uma diferença muito significativa a longo prazo”, destacou.

Desconhecimento

Parte da dificuldade dos EUA em lidar com ameaças antidemocráticas, segundo Levitsky, tem a ver com a falta de memória de um período autoritário recente. Diferentemente do Brasil, que esteve sob um regime ditatorial de 1964 a 1985, e de outros países que vivem autocracias até hoje, os EUA se orgulham de serem uma democracia desde o século XVIII. Isso impediu autoridades, na análise do professor, de entender a gravidade das medidas que Trump tem colocado em prática.

“Ao contrário da Argentina, da China, da Coreia do Sul ou da Alemanha, a sociedade norte-americana não tem memória coletiva de

autoritarismo. Nunca perdemos nossa democracia. Não temos experiência com isso. A maioria dos norte-americanos — até mesmo pessoas muito instruídas, incluindo ex-presidentes — ainda hoje não entende a ameaça que enfrentamos. Eles ainda acreditam que o autoritarismo, de alguma forma, não pode acontecer na América. Os brasileiros não têm essa ilusão. Isso, acredito, pode explicar por que o establishment brasileiro respondeu muito mais seriamente à ameaça autoritária”, explicou.

Antes do evento no IDP, Levitsky esteve com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Palácio do Planalto. Ambos fizeram questão de posar para fotos ao lado segurando um exemplar de *Como Salvar a Democracia*, publicado pelo professor em 2023, às vésperas das eleições que levaram Trump de volta à Casa Branca.



Acho que o (Supremo) tribunal agiu absolutamente certo ao defender a democracia de forma agressiva. As democracias não conseguem se defender sozinhas. Elas não podem ser defendidas passivamente, a distância”

Steven Levitsky, cientista político e professor da Universidade de Harvard

Bem à frente dos EUA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou, ontem, que o Brasil é, “em muitas coisas, muito mais” democrático do que os Estados Unidos. Na abertura da 4ª Conferência Nacional de Economia Popular e Solidária (Conaes), ele destacou que Donald Trump estaria sendo julgado no Brasil se a invasão ao Capitólio, 6 de janeiro de 2021, tivesse ocorrido aqui. Mais cedo, Lula esteve com o cientista político Steven Levitsky, que tem sido um crítico contundente do presidente dos EUA, por representar uma ameaça à democracia norte-americana.

“Isso é um mau exemplo para a humanidade. Durante muitas décadas, os EUA tentaram se apresentar como país mais democrático e de mais oportunidades. E, agora, ele tem esse comportamento inexplícito e totalmente inaceitável. Nós até perdemos eles (EUA) por envolvimento no golpe de 1964”, disse.

O presidente afirmou que a decisão de Trump de cassar os vistos de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) — e de dois funcionários do governo brasileiro por conta do programa Mais Médicos (leia na página 6) — não condiz com a postura de um presidente dos EUA. Além disso, ressaltou que o Brasil tem sinalizado ao mundo a disposição para negociar, mas que não encontra interlocutores para o diálogo. Lula destacou que o governo federal continuará com a política de envolvimento da sociedade e políticas públicas, enfatizando que não permitirá o retorno de “tranqueiras” — uma referência ao ex-presidente Jair Bolsonaro, mencionado na carta de Trump em que anuncia o tarifaço às exportações brasileiras, ao comando do país.

“Apresentaram um relatório dizendo que nós não respeitamos os direitos humanos porque estamos perseguindo o ex-presidente. E que o ministro da Suprema Corte que está julgando é um ditador. Não é possível que ele não conheça nossa Constituição”, ironizou Lula.

Bolsonaro mandou monitorar Moraes, reafirma Cid

» LUANA PATRIOLINO

Em acareação no Supremo Tribunal Federal, ontem, com o tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens da Presidência, reiterou que a ordem de monitorar clandestinamente o ministro Alexandre de Moraes, do STF, partiu do ex-presidente Jair Bolsonaro. O delator esteve frente a frente com o coronel da reserva do Exército Marcelo Costa Câmara, em uma audiência que durou menos de uma hora.

O procedimento foi conduzido por Moraes, relator da ação penal da tentativa de golpe de Estado. Também acompanharam a audiência o procurador-geral da República, Paulo Gonet, e os advogados dos réus. Cid também confirmou existência da chamada “minuta do golpe”, documento que tenta dar aparência legal à não aceitação do resultado da eleição

presidencial de 2022 — em que Bolsonaro saiu derrotado.

A acareação foi determinada pelo ministro, atendendo a um pedido da defesa de Marcelo Câmara. Os advogados questionaram as afirmações de Cid de que o coronel teria acessado e manipulado minutas golpistas e de que realizou monitoramento contínuo de autoridades.

Cid manteve o relato de que pediu a Câmara para acompanhar a agenda de Moraes, a pedido de Bolsonaro, que temia uma reunião do magistrado com o então vice-presidente Hamilton Mourão. No entanto, o delator reiterou que não sabe se o ex-assessor teve relação com o plano “Punhal Verde e Amarelo”, que previa o assassinato de Moraes, do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do vice Geraldo Alckmin.

Segundo a ata da acareação, “a defesa do réu Marcelo Câmara

solicitou que fosse esclarecido que, em relação ao segundo momento, monitoramento no fim de dezembro, não há nenhuma relação com a citada operação ‘Punhal Verde e Amarelo’, e esse monitoramento foi solicitado diretamente pelo ex-presidente Jair Messias Bolsonaro”.

Cid e Câmara são réus da ação penal da tentativa de golpe de Estado, mas em grupos diferentes. O primeiro faz parte do chamado “núcleo crucial”, considerado o central para a organização do plano criminoso. O segundo é réu no “núcleo de gerenciamento de ações”, que, segundo a PGR, se utilizava de posições profissionais relevantes para gerenciar as ações elaboradas pelos golpistas.

Alegações finais

O STF encerrou, ontem, o prazo para que Bolsonaro e os outros seis

réus do núcleo 1 da trama golpista apresentassem suas alegações finais — última etapa antes do julgamento na Primeira Turma, em que os ministros decidirão se os acusados serão condenados ou absolvidos. O primeiro grupo julgado é chamado de “crucial” na denúncia e abrange a cúpula do governo Bolsonaro. A denúncia aponta o ex-presidente como o líder da organização. Também são réus os ex-ministros Walter Braga Netto, Augusto Heleno, Paulo Sérgio Nogueira e Anderson Torres; o hoje deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ); o ex-comandante da Marinha Almir Garnier; e Mauro Cid.

Após as alegações das partes envolvidas, Moraes deve solicitar que a ação penal seja incluída na pauta de julgamentos da Primeira Turma. Caberá ao presidente do colegiado, ministro Cristiano Zanin, marcar a data para análise da acusação.

Rosinei Coutinho/SCO/STF



Delator foi acareado com coronel e reforçou existência da “minuta golpista”

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Juntos chegaremos lá

Líderes da bancada do agro, o deputado Pedro Lupion (PP-PR) e a senadora Tereza Cristina (PP-MS) estão no Japão com o intuito de abrir novos mercados para a carne brasileira. O Ministério da Agricultura e a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex Brasil) também integram a comitiva.

No embalo de Eduardo

Enquanto o Itamaraty e o presidente Lula conversam com várias autoridades estrangeiras para reforçar os valores democráticos do Brasil, o líder do PL, Sóstenes Cavalcante (RJ), prepara uma carta a ser entregue às embaixadas para dizer que houve prisões arbitrárias, censura institucional e perseguição política no país.

Pode ajudar

Na avaliação de deputados, a série de possíveis suspensões devido às ocupações nos plenários da Câmara dos Deputados pode adiar, ainda mais, a votação da cassação de Glauber Braga (PSol-RJ). Para alguns parlamentares, as punições visam estabilizar a Casa, e uma votação para cassar um mandato pode reacender a tensão.

E o IR, hein?

O clima para votação da isenção do Imposto de Renda para quem recebe até R\$ 5 mil mensais deu uma "esfriada". Apesar de ter sido tema da reunião entre os líderes da Câmara, o presidente Hugo Motta (Republicanos-PB) e a ministra de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, ainda não há uma data definida para ser votada em plenário.

Mas vai ficar tudo bem

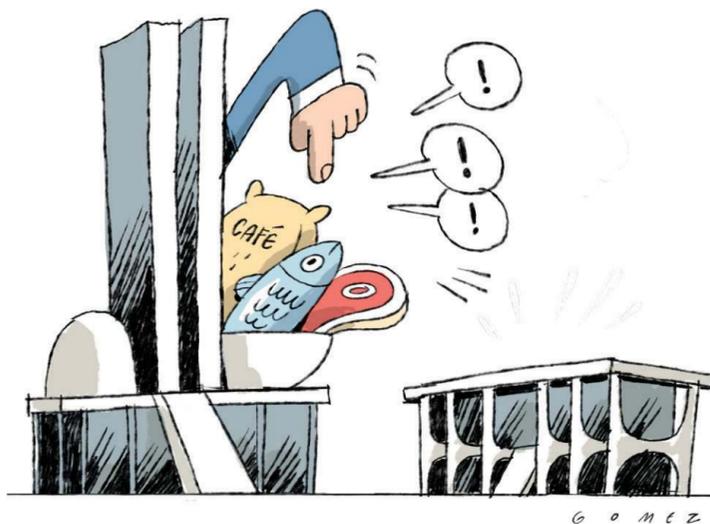
Segundo o líder do MDB na Casa, Isnaldo Bulhões (AL), o atual relatório não contém nada que exija a regra de noventena, e, com certeza, será aprovado ainda este ano, respeitando o preceito da anualidade. Mas, caso ocorram mudanças que exijam a noventena, o líder garante que não haverá prejuízos se ultrapassar alguns dias — ou semanas — para a sua aprovação.

Governo precisa ir além da MP

A medida provisória de ajuda aos exportadores afetados pelo tarifaço de Donald Trump encontrará um clima favorável no Parlamento, porém o governo brasileiro terá de complementar esse pacote para atender pelo menos a três setores: café, carnes e pescados, especialmente este último. A avaliação dos congressistas ligados ao agro é de que não dá para aprovar a MP que atende à indústria e não ter, ao mesmo tempo, algo que possa servir de alento a esses setores. Afinal, o governo e o mercado brasileiro não conseguirão absorver todo o estoque dos produtos. Ou encontra novos mercados com urgência, ou cria logo algo que possa aliviar o prejuízo desses setores.

» » »

Em tempo: o agro é hoje a bancada mais forte do Congresso. Se não for atendida, e logo, a medida provisória, que tem tudo para ser aprovada, pode encontrar dificuldades.



CURTIDAS

AFP



É hora do lobby! Na visão de parlamentares, agora é o momento para que exportadores e importadores façam um acordo, a fim de reverter o tarifaço de Donald Trump. A forma seria incentivar que os compradores norte-americanos se aproximem do presidente e mostrem os prejuízos, para que seus setores sejam isentos. E, de acordo com autoridades, é neste momento que entra o lobby para facilitar o diálogo.

Ajuda crucial! Em setembro, por exemplo, uma missão do Líderes Empresariais (Lide), fundado pelo ex-governador João Dória, estará em Washington para o Lide Development Forum. A avaliação de muitos parlamentares é de que esse encontro pode auxiliar os empresários brasileiros.

Espera aí! O presidente Lula gostou tanto da conversa com o professor Steven Levitsky que o encontro entre os dois deixou os ministros, que chegaram ao Palácio para o anúncio da MP antitarifaço, esperando por quase uma hora. O chefe do Executivo recebeu um livro autografado do autor de *Por que as democracias morrem* e ouviu que o Brasil agiu certo ao conter o extremismo.

Valeu, Lira! Levitsky fez questão de frisar o acerto da turma de centro-direita que, em 2022, parabenizou Lula pela vitória assim que saiu o resultado da eleição. O então presidente da Câmara, Arthur Lira, foi o primeiro a se pronunciar. Levitsky considera que a atitude foi fundamental para reforçar o processo democrático.

COP30

Presidente diz ter convidado o republicano para a conferência; governadores avaliam ações a serem apresentadas no evento

Lula chama Trump; estados se reúnem

» RAFAELA GONÇALVES

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ter enviado, na terça-feira, carta ao presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, convidando-o para participar da COP30, em Belém, em novembro.

"Mandei uma carta para ele, convidando para vir à COP30, porque a COP30 vai ser a COP da verdade", afirmou Lula. "A COP30 vai ser a COP em que queremos cobrar dos governantes do mundo se eles acreditam ou não no que os cientistas falam, que o mundo está passando por problemas gravíssimos", acrescentou. Trump — que está em guerra aberta com o governo brasileiro e impôs tarifaço a produtos do país — é um negacionista das mudanças climáticas.

Ontem, a capital paraense recebeu governadores de todo o país, que pretendem alinhar a estratégia dos estados para a COP30. O encontro, da 17ª edição do Fórum Nacional de Governadores, ocorreu no Parque da Cidade e marca a reta final de preparação para o evento global.

A menos de 90 dias para a conferência, o fórum tem como objetivo fortalecer uma posição unificada dos estados em relação à agenda climática. Marcada para 10 a 21 de novembro na capital paraense, a cúpula reunirá representantes de mais de 190 países em negociações decisivas para o enfrentamento da crise climática.

A programação do evento teve a apresentação das contribuições estaduais em temas como descarbonização, financiamento climático, justiça ambiental e transição energética. Anfitrião da COP30 e

Reprodução/X Fábio Mitidieri @fabiogov55



Governadores dizem que pretendem contribuir para agenda climática

governador do Pará, Helder Barbalho (MDB) destacou que o momento exige liderança política e união entre os entes federativos para que o Brasil chegue à conferência com propostas concretas, alinhadas aos desafios da Amazônia e à percepção global sobre o país.

"A COP30 é uma oportunidade histórica para o Brasil e, especialmente, para a Amazônia. Belém será a porta-voz de um país que quer crescer com responsabilidade climática e justiça social", disse. "Reunir os governadores aqui, a menos de 100 dias da conferência, reforça o compromisso federativo com uma agenda que não é apenas ambiental, mas de desenvolvimento. O Brasil precisa falar ao mundo com uma só voz. E essa voz nasce da união dos nossos estados."

O presidente da COP30, embaixador André Corrêa do Lago, afirmou que a conferência climática precisa

ir além das formalidades diplomáticas e produzir impactos reais na vida das pessoas. "Temos que passar da fase de assinar documentos para entregar resultados concretos à população", ressaltou, reforçando que o evento deve priorizar soluções efetivas para a crise climática.

Belém ainda enfrenta desafios na preparação da infraestrutura para o evento. Obras de mobilidade urbana e adequações no Centro de Convenções seguem em ritmo lento, enquanto a rede hoteleira apresenta capacidade limitada, levantando apreensão sobre a oferta de hospedagem durante a conferência.

Por motivos de saúde, o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), coordenador do Fórum Nacional de Governadores, não esteve na reunião. Em nota, ele destacou que se trata de uma edição especial do encontro.



ASTRAL
CONTROLE DE PRAGAS URBANAS

A SOLUÇÃO PARA AS PRAGAS DENTRO DE SUA CASA

COMERCIAL - INDUSTRIAL - RESIDENCIAL



- DESINSETIZAÇÃO;
- DESRATIZAÇÃO;
- DESCUPINIZAÇÃO;
- CONTROLE DE INSETOS ALADOS;
- LIMPEZA DE ESPELHOS D'ÁGUA;
- LIMPEZA DE RESERVATÓRIOS DE ÁGUAS POTÁVEL.



(61) 3364-4050



RELAÇÕES EXTERIORES

Trump agora ataca o Mais Médicos e revoga vistos

Secretário Marco Rubio afirma que a nova agressão tem a ver com medidas de Washington contra Cuba. Para o chefe da diplomacia dos EUA, programa é "cúmplice do esquema de exportação de trabalho forçado do regime" de Havana

» VANILSON OLIVEIRA

Jerônimo Gonzalez/MS



Mozart atualmente é secretário de Atenção Especializada à Saúde

O governo dos Estados Unidos revogou, ontem, os vistos de Mozart Júlio Tabosa Sales, atual secretário de Atenção Especializada à Saúde do Ministério da Saúde, e de Alberto Kleiman, ex-integrante da pasta e atualmente diretor da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) para a COP30. Os dois participaram da concepção e operacionalização do programa Mais Médicos, atacado pelo secretário de Estado norte-americano, Marco Rubio. Em publicação no X (antigo twitter), ele justifica a medida como uma consequência do endurecimento de medidas tomadas por Washington contra o regime de Cuba — de onde vieram vários profissionais da área de saúde para trabalhar no Brasil.

"O Departamento de Estado também está tomando medidas para revogar vistos e impor restrições de visto a vários funcionários do governo brasileiro e ex-funcionários da OPAS (Organização Pan-Americana de Saúde) cúmplices do esquema de exportação de trabalho forçado do regime cubano. O Mais Médicos foi um golpe diplomático inconcebível de 'missões médicas' estrangeiras", postou Rubio, sob aplausos do deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) — que interagiu postando a seguinte mensagem: "Obrigado, secretário. O mundo livre conhece e apoia seu trabalho".

Segundo o governo dos EUA, Mozart e Kleiman intermediaram, via OPAS, o envio de milhares de médicos cubanos ao Brasil entre 2013 e 2018. "Usaram a OPAS como intermediária com a ditadura cubana para implementar o programa sem seguir os requisitos constitucionais brasileiros, driblando as sanções dos EUA a Cuba e, conscientemente, pagando ao regime cubano o que era devido aos trabalhadores médicos cubanos", afirma.

Ainda segundo o governo norte-americano, o modelo adotado à época "enriquece o corrupto regime cubano e priva o povo cubano de cuidados médicos essenciais". O documento menciona denúncias feitas por ex-participantes cubanos, que teriam relatado exploração e retenção salarial como parte do acordo firmado pelos governos de Brasília e Havana.

O Ministério da Saúde reagiu à nova agressão do governo do presidente Donald Trump ao Brasil. Segundo o ministro Alexandre

Padilha, o Mais Médicos salva vidas e é aprovado pelo povo brasileiro. "O Mais Médicos, assim como o Pix, sobreviverá aos ataques injustificáveis de quem quer que seja. O programa salva vidas e é aprovado por quem mais importa: o povo brasileiro", publicou também no X.

Sem recuo

Padilha afirmou que o Brasil não vai recuar e que não vai se curvar "a quem persegue as vacinas, os pesquisadores, a ciência e, agora,

Jefferson Rudy/Agência Senado



Kleiman está na Organização de Cooperação Amazônica para COP30

duas das pessoas fundamentais para o Mais Médicos", além de ressaltar o trabalho de Mozart e Kleiman. O ministro lembrou que, nos últimos dois anos, o programa dobrou o número de profissionais da saúde. "Temos muito orgulho de todo esse legado que leva atendimento médico para milhões de brasileiros que antes não tinham acesso à saúde. Seguiremos firmes em nossas posições: saúde e soberania não se negociam. Sempre estaremos do lado do povo brasileiro", enfatizou.

Esta não é a primeira vez que o Mais Médicos é alvo de críticas dos EUA. Em 2020, o então secretário de Estado Mike Pompeo cobrou explicações da OPAS sobre o papel da entidade na operacionalização do programa brasileiro e acusou-a de facilitar "trabalho forçado".

Criado em 2013, no governo Dilma Rousseff, o Mais Médicos surgiu como resposta à ausência de profissionais da saúde em regiões periféricas e municípios de difícil acesso, sobretudo nas áreas



O Mais Médicos, assim como o Pix, sobreviverá aos ataques injustificáveis de quem quer que seja. O programa salva vidas e é aprovado por quem mais importa: o povo brasileiro"

Trecho da nota do ministro Alexandre Padilha, da Saúde, publicada no X

mais pobres do país. Com a mediação da OPAS, médicos cubanos foram contratados para atuar no Brasil, o que provocou resistências políticas e corporativas. A oposição acusava o governo de desprezar a exigência de revalidação de diplomas e de alimentar financeiramente o governo de Cuba, por meio do pagamento indireto aos profissionais.

A participação dos cubanos no Mais Médicos foi encerrada em 2018, depois de declarações do então presidente Jair Bolsonaro levarem Havana a retirar seus profissionais do Brasil. Em 2023, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva refundou o Mais Médicos e retomou a proposta de ampliar a cobertura do Sistema Único de Saúde (SUS) nas regiões mais vulneráveis. (Colaborou Fabio Grecchi)

VIOLÊNCIA

Suspeito de matar gari vai para a preventiva

» CAETANO YAMAMOTO*
» IAGO MAC CORD*

A Justiça de Minas Gerais decretou, ontem, a prisão preventiva de Renê da Silva Nogueira Júnior, de 47 anos, apontado como assassino do gari Laudemir de Souza Fernandes, em Belo Horizonte, depois de uma briga de trânsito. O juiz Leonardo Damasceno atendeu ao pedido do Ministério Público do estado (MP-MG) por conta da "periculosidade concreta do agente". O suspeito estava preso desde segunda-feira, depois de a Polícia Militar, com a ajuda de testemunhas e câmeras de segurança, localizarem-no no estacionamento de uma academia de ginástica.

Para o MP-MG, trata-se de um homicídio duplamente qualificado, em razão de Renê ter dificultado a defesa de Laudemir e de o crime ter sido cometido por motivo torpe — o gari foi alvejado por defender a motorista do caminhão em que estava, que fora ameaçada pelo suspeito. O Ministério Público disse considerar que a gravidade da conduta "extrapola o que seria admitido como normal".

Renê tem um histórico de agressividade e descontrole. Ele responde

por lesão corporal grave no estado de São Paulo, o que foi lembrado pelo juiz ao acolher o pedido para a prisão preventiva. "Foi ressaltado o histórico criminal agressivo do autor. Tais circunstâncias, segundo o MP, reforçam a necessidade da prisão preventiva, já que demonstram um temperamento explosivo. O promotor avaliou que, em juízo de probabilidade, eventual soltura do acusado violaria a ordem pública — entendimento acolhido pelo juiz, que decretou a prisão preventiva", afirmou o magistrado, acrescentando o "descontrole emocional (de Renê) e uma perigosa predisposição para o uso da violência letal como primeira resposta a contrariedades do cotidiano".

A mulher de Renê, a delegada da Polícia Civil mineira Ana Paula Lamego Balbino Nogueira, está sendo investigada pela corregedoria da corporação. Isso porque a arma utilizada no crime tem o mesmo calibre da pistola de uso pessoal da agente — o próprio suspeito disse em depoimento que pertence a ela, que continua lotada na Casa da Mulher Mineira, instituição que acolhe vítimas de agressões de maridos, companheiros ou outros homens com os quais convivem.

Reproduções de vídeo/Rede sociais



Renê na audiência de custódia: homem perigoso, segundo o MP-MG

Ameaça no trânsito

O suspeito assassinou Laudemir por volta das 8h, no Bairro Vista Alegre, na Região Oeste de Belo Horizonte. Segundo testemunhas, a vítima e seus colegas recolhiam o lixo quando a motorista do caminhão parou e encostou o veículo para dar passagem para o carro dirigido por Renê. Foi quando ele baixou o vidro e gritou para a motorista que, caso alguém encostasse em seu

veículo, mataria a pessoa.

Os garis, incluindo Laudemir, após as ameaças, pediram que Renê se acalmasse e o instruíram a seguir o caminho. Mesmo assim, de acordo com testemunhas, ele desceu do carro já armado e atirou na direção deles. Um vídeo flagrado por uma das câmeras de segurança da região, que foi divulgado ontem, mostra Laudemir correndo ferido do até cair junto ao muro. Um colega tenta ajudá-lo, mas, apesar



Câmera de segurança flagrou Laudemir (circulado) já ferido de morte

de ser socorrido e encaminhado ao Hospital Santa Rita, em Contagem, não resistiu.

A condutora do caminhão, Eledias Aparecida Rodrigues, de 42 anos, presenciou o crime e foi a primeira a ser ameaçada. Ela disse que Renê parecia estar "possuído com droga" quando atirou contra os colegas.

Eledias garantiu que não houve discussão antes do ataque do suspeito: "Não teve briga, não teve nada", afirmou, frisando que

Renê simplesmente se irritou com o fato de o caminhão ter deixado um espaço estreito para que ele passasse com o carro que dirigia. "Não sou de bater boca no trânsito, não estávamos batendo boca. Foi uma questão de que ele estava possuído com droga, alguma coisa. E ele queria passar a todo custo", explicou a motorista. (Com Estado de Minas)

*Estagiários sob a supervisão de Fabio Grecchi



7 • Correio Braziliense — Brasília, quinta-feira, 14 de agosto de 2025

Bolsas	Pontuação B3	Dólar	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na quarta-feira	Ibovespa nos últimos dias	Na quarta-feira	Últimos	Comercial, venda na quarta-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
0,89% São Paulo	136.527	R\$ 5,401 (+ 0,27%)	R\$ 1.518	R\$ 6,320	14,90%	14,91%	Março/2025 0,56 Abril/2025 0,43 Maio/2025 0,26 junho/2025 0,24 Julho/2025 0,26
1,04% Nova York	136.687	7/agosto 5,422 8/agosto 5,436 11/agosto 5,442 12/agosto 5,387					

PLANO BRASIL SOBERANO

Pacote agrada setor, mas é preciso mais

Exportadores aprovam conjunto de medidas anunciadas pelo governo. Entretanto, consideram essencial abrir novos mercados

» FERNANDA STRICKLAND
» RAPHAEL PATI
» VICTOR CORREIA
» ROSANA HESSEL

Enfim, nasceu. Após semanas de expectativa, o aguardado pacote de medidas do governo federal para socorrer os exportadores brasileiros afetados pelo tarifaço de Donald Trump promete dar um alento à guerra comercial contra os Estados Unidos. De forma geral, o empresariado aprovou o conjunto de ações, que incluem uma linha de crédito de R\$ 30 bilhões e são voltadas principalmente para os pequenos empreendedores. Especialistas afirmam, no entanto, que a ajuda é um paliativo. Será preciso fazer mais para compensar as medidas protecionistas norte-americanas. É ficar atento às consequências fiscais do chamado Plano Brasil Soberano, detalhado na Medida Provisória 1309/2025.

A principal medida é o uso de R\$ 30 bilhões do Fundo Garantidor de Exportações (FGE) para a criação de novas linhas de crédito do Banco do Brasil e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Exportadores afetados pelo tarifaço poderão acessar empréstimos com juros menores do que o praticado pelo mercado, mas deverão se comprometer com a manutenção de empregos.

Além disso, o FGE passará por uma reforma estrutural para abranger todos os setores da exportação, e outros fundos receberão aportes. Serão R\$ 1,5 bilhão para o Fundo Garantidor do Comércio Exterior (FGCE), R\$ 2 bilhões para o Fundo Garantidor para Investimentos (FGI), do BNDES, e R\$ 1 bilhão para o Fundo de Garantia de Operações (FGO), do Banco do Brasil. Os valores serão usados como seguro para os empréstimos a pequenos e médios exportadores, que possuem maior risco de inadimplência.

"Nós vamos atender prioritariamente quem foi atingido, mas o FGCE passa a operar em todo o setor exportador do Brasil, porque nós não podemos contar com que todo mundo consiga resolver o seu problema. E nós precisamos continuar gerando divisas, fortalecendo contas externas, mantendo reservas cambiais", disse o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, durante o anúncio.

A pasta de Haddad ainda vai definir quais serão as condições financeiras para os empréstimos, bem como os critérios de elegibilidade e as exigências de manutenção do emprego.

Além de abrir uma linha de financiamento, o Executivo decidiu aliviar o caixa das empresas com medidas tributárias. Uma delas é a prorrogação, por um ano, do regime de drawback, que isenta de impostos a importação de matéria-prima para produtos que, posteriormente, são exportados. Ainda na área tributária, a Receita Federal está autorizada a adiar em até dois meses a cobrança de impostos federais para as empresas mais prejudicadas.

Em decisão tomada na terça-feira, horas antes do anúncio, o governo também optou por ampliar o programa Reintegra, que devolve aos exportadores brasileiros parte dos tributos pagos ao longo da cadeia produtiva em forma de crédito tributário. Com a mudança,

grandes e médias empresas passam a contar com até 3,1% de retorno, e as micro e pequenas, com até 6%. A medida vale apenas até dezembro de 2026.

Segundo Haddad, a reforma tributária — aprovada em 2023 e regulamentada no ano passado — também vai beneficiar os exportadores, e tornará parte dos anúncios obsoletos. "Muitas das medidas que estão sendo tomadas aqui vão ter fôlego até 2027, porque a reforma tributária, ao entrar em vigor, já vai destravar muitas exportações", disse.

Repercussão

O aguardado pacote de medidas de socorro foi bem recebido por entidades do setor produtivo, apesar da demora. O plano de ajuda era esperado para o fim de julho, antes do início da taxaço de 50% sobre produtos brasileiros, na semana passada.

Especialistas, contudo, acreditam que o governo brasileiro busca ganhar tempo enquanto tenta abrir um canal de negociação com os Estados Unidos. "O pacote precisa ser muito focado e temporário, de fato, para não entrar naquela ideia de que vai ser permanente, e, assim, virar mais um gasto tributário. Depois, vai ser difícil de tirar, especialmente porque o governo Trump está no primeiro dos quatro anos de mandato", alertou Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados. Para ele, o risco de a crise tarifária permanecer por muito tempo "é muito grande". O melhor caminho, segundo ele, é abrir novos mercados.

"O essencial seria o governo ajudar bastante nessa abertura de novos mercados; fechar o acordo de livre comércio com a União Europeia; e continuar a negociação com os norte-americanos. Essa é a porta mais difícil. Mas, de certa forma, já conseguimos isenção para quase 700 produtos nesse primeiro processo", afirmou Vale.

Em certo sentido, o pacote atende a essas reivindicações. Além da linha de crédito de R\$ 30 bilhões, o governo anunciou mais duas frentes: a contrapartida de manutenção de emprego e instauração da Câmara Nacional de Acompanhamento do Emprego; e a abertura de novos mercados, a continuidade das negociações com o governo norte-americano e atuação na Organização Mundial do Comércio (OMC).

O impacto fiscal do pacote ainda é incerto. Mas, até 2026, poderá chegar a pelo menos R\$ 9,5 bilhões, considerando os aportes de R\$ 4,5 bilhões em três fundos garantidores e a renúncia de R\$ 5 bilhões com a antecipação dos efeitos da Reforma Tributária. "Será necessário acompanhar se o impacto primário de cerca de R\$ 10 bilhões estará sujeito às limitações do arcabouço fiscal", observou o economista-chefe da Warren Investimentos, Felipe Salto.

Especialista em contas públicas, Salto destacou que o ideal seria não excluir tais valores do cômputo da meta, "mas, sim, utilizar a banda de tolerância de 0,25% do PIB para absorver tais choques". "Cabe notar que, em nosso entendimento, não se pode excluir um gasto da meta fiscal por meio de medida provisória", ressaltou.

O ex-secretário de Comércio



Reação brasileira

Confira os principais pontos da medida provisória para socorrer os exportadores afetados pelas medidas protecionistas do governo norte-americano.

Linhas de crédito

- R\$ 30 bilhões do Fundo Garantidor de Exportações (FGE). Empresas mais dependentes das exportações para os EUA serão priorizadas.
- Para acessar o crédito, as empresas devem se comprometer a manter o número de empregos.

Prorrogação de prazos do regime de drawback

- O governo vai prorrogar por um ano o prazo para que as empresas consigam exportar suas mercadorias que tiveram insumos beneficiados pelo regime, que isenta de impostos a compra de matéria-prima usada para exportação.
- Vale para as empresas que contrataram exportações para os Estados Unidos que seriam realizadas até o final deste ano.

Diferimento de tributos federais

- A Receita Federal fica autorizada a adiar a cobrança do pagamento de impostos federais por dois meses para as empresas mais afetadas.

Compras públicas de alimentos

- União, Estados e Municípios poderão fazer compras para seus programas de alimentação (para merenda escolar, hospitais, etc.) por meio de procedimento simplificado e média de preço de mercado.
- Vale apenas para produtos afetados pelo tarifaço.

Modernização do sistema de exportação

- Ampliação das regras da garantia à exportação
- As mudanças visam fortalecer empresas exportadoras de média e alta intensidade tecnológica e investimentos produtivos em economia verde.

- O Plano Brasil Soberano permitirá que bancos e seguradoras utilizem essa garantia em mais tipos de operações.
- Prevê mecanismos de compartilhamento de risco entre governo e setor privado, utilizando o Fundo Garantidor do Comércio Exterior (FGCE) como mecanismo de primeiras perdas, aumentando o acesso a crédito e reduzindo custos.

Fundos garantidores

- Aporte de R\$ 1,5 bilhão para o Fundo Garantidor do Comércio Exterior (FGCE).
- R\$ 2 bilhões para o Fundo Garantidor para Investimentos (FGI), do BNDES.
- R\$ 1 bilhão para o Fundo de Garantia de Operações (FGO), do Banco do Brasil, voltados prioritariamente ao acesso de pequenos e médios exportadores.

Novo Reintegra para empresas afetadas

- O Reintegra para as Empresas Exportadoras devolve aos exportadores brasileiros parte dos tributos pagos ao longo da cadeia produtiva, na forma de crédito tributário.
- Atualmente, empresas de grande e médio portes de produtos industrializados têm alíquota de 0,1%; enquanto micro e pequenas, por meio do programa Acredita Exportação, recebem de volta 3% de alíquota.
- A medida aumenta em até três pontos percentuais o benefício para empresas cujas exportações de produtos industrializados foram prejudicadas. Grandes e médias empresas passam a contar com até 3,1% de alíquota, e as micro e pequenas, com até 6%.
- As novas condições valerão até dezembro de 2026 e terão impacto de até R\$ 5 bilhões.



O essencial seria o governo ajudar bastante nessa abertura de novos mercados; fechar o acordo de livre comércio com a União Europeia; e continuar a negociação com os norte-americanos. Essa é a porta mais difícil."

Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados

Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) Welber Barral, sócio da BMJ Consultores Associados, reconheceu a importância do pacote, mas avalia que as medidas não devem resolver todos os problemas dos exportadores, como o adiamento no pagamento de tributos por apenas dois meses. "A prorrogação de dois meses para pagamento de imposto é um prazo muito pequeno. E ainda é preciso olharmos atentamente as condições do financiamento para os exportadores", afirmou Barral.

O economista e consultor André Perfeito avaliou que as propostas do pacote têm como principal objetivo "ganhar tempo" nas negociações com os Estados Unidos. "Me parece adequado também o governo não retaliar, o que abre alguma brecha para negociação", afirmou. Perfeito, contudo, destacou que o ponto mais

problemático no anúncio é o das compras governamentais de produtos perecíveis. "Isso pode gerar queda de preço generalizada em alguns setores e criar desincentivos econômicos para os produtores que já atendiam o mercado local. Na época de Getúlio Vargas, o governo comprou café e queimou esse mesmo café para evitar queda de preço generalizada, nos ensina os livros de história", alertou.

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Ricardo Alban, avaliou como positivas as medidas do pacote do governo. "Recebemos positivamente pelo fato de contemplar muitas das demandas feitas pelas indústrias, federações e associações setoriais, e também porque englobou dois conceitos básicos: continuar negociando com prioridade e, o segundo, se novas medidas forem necessárias, elas serão tomadas", disse.

Cinco perguntas para

Joseph Couri, presidente do Sindicato da Micro e Pequena Indústria (Simpi)

O que achou do pacote?

As medidas merecem meu aplauso, na íntegra. São muito bem-vindas e necessárias. Uma parte das empresas vai conseguir se salvar, postergar. O governo voltou os olhos para os pequenos negócios.

O crédito de R\$ 30 bilhões vai ajudar a totalidade dos exportadores?

Esse crédito está vinculado à manutenção no emprego — ou seja, está direcionado a todas as empresas que acreditam que vão conseguir ou retomar a exportação para os Estados Unidos, ou vão conseguir colocar esse produto em outros países. Quanto às empresas que não veem esse horizonte, aí sim teremos problemas. Na maioria dos casos, estou falando aqui dos pequenos negócios, acredito que eles vão tomar o empréstimo e vão garantir as exportações.

Como avalia a negociação do governo brasileiro com os EUA?

Eu não conheço ninguém mais ponderado e experiente do que o vice-presidente Geraldo Alckmin para essa negociação. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tem um discurso de equilíbrio de bom senso de negociação. O Itamaraty possui profissionais altamente experientes. A própria comitiva de senadores que foi aos Estados Unidos tentar negociar, também foi importante. Toda essa movimentação só demonstra a vontade do Brasil em negociar. Consequentemente, é questão de tempo. Vamos ver o desenrolar disso, que esse cenário vai mudar.

Por quê?

Porque o Brasil continua disposto a negociar. Uma guerra tarifária só tem perdedor. E não vamos esquecer que, nos Estados Unidos, hoje, há um movimento muito claro das pequenas empresas pressionando o governo norte-americano. Porque elas estão sendo prejudicadas.

E as críticas de Tarcísio de Freitas?

Tarcísio é governador de São Paulo. Tem que ser respeitado, assim como todos os governadores. Eles precisam ser respeitados nas suas posições. Mas o que existe é uma discussão política. Não é uma discussão econômica, porque, na discussão econômica, todos os estados do Sul e do Sudeste serão os mais prejudicados com o tarifaço. (RH)

BRASIL SOBERANO

Haddad vê contrassenso nas medidas adotadas pela Casa Branca e critica setores que atuam para prejudicar o Brasil

Punido por ser democrático

» RAPHAEL PATI
» FERNANDA STRICKLAND
» VICTOR CORREIA

Além do lançamento de ações para socorrer exportadores contra o tarifaço de Donald Trump, o anúncio da medida provisória Brasil Soberano teve mais posicionamentos políticos do governo brasileiro. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, voltou a criticar a ação dos Estados Unidos de taxar centenas de produtos nacionais

em 50%. Na avaliação do chefe da equipe econômica, que recentemente lamentou o cancelamento de uma reunião com o secretário de Tesouro norte-americano, Scott Bessent, disse que o país vive uma “situação muito inusitada”.

“O Brasil é um país que está sendo sancionado por ser mais democrático que o seu agressor. É uma situação inédita e muito incomum no mundo um país que não persegue adversários, imprensa, escritores de advocacia, universidades e imigrantes, e está sujeito a uma

retaliação injustificável do ponto de vista político e econômico”, disse o ministro.

Haddad voltou a criticar a atuação de setores aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro que estão incentivando a adoção do tarifaço contra o Brasil. “Vamos enfrentar, como já enfrentamos várias situações difíceis no país, e vamos superar a dificuldade que é imposta de fora para dentro, infelizmente, com o apoio de alguns setores radicalizados da sociedade brasileira”, acrescentou.

O Plano Brasil Soberano, divulgado hoje, está baseado em três pilares, de acordo com o governo federal: fortalecimento do setor produtivo, com a abertura de uma linha de crédito de R\$ 30 bilhões para empresas afetadas; proteção dos trabalhadores, com a instalação da Câmara Nacional de Acompanhamento do Emprego; e diplomacia comercial e multilateralismo, com a abertura de novos mercados, a exemplo de União Europeia e EFTA.

O ministro destacou que a

reforma tributária — aprovada em 2023 e regulamentada no ano passado — também vai beneficiar os exportadores. “Muitas das medidas que estão sendo tomadas aqui vão ter fôlego até 2027, porque a reforma tributária, ao entrar em vigor, já vai destravar muitas exportações que se tornam, pelo nosso sistema tributário caótico, impossíveis de serem realizadas”, acrescentou Haddad.

O presidente Lula também expressou um posicionamento político no lançamento da MP Brasil

Soberano. Afirmou que a disputa comercial com os Estados Unidos não é apenas um embate econômico, mas um “debate público com teor ideológico”. Sem citar diretamente as novas tarifas impostas pelo governo norte-americano, o presidente ironizou a postura de Washington e elogiou a atuação das instituições brasileiras. “Se ele (Trump) conhecesse a verdadeira história, estaria dando parabéns à Suprema Corte brasileira por estar ajudando a democracia”, disse.

Reunião virtual com Brics

Durante a cerimônia no Palácio do Planalto, o presidente Lula mencionou ações do governo brasileiro para compensar as hostilidades provenientes dos Estados Unidos. Ele citou conversas recentes com líderes da Índia, China, Rússia, Argentina, França e Alemanha, além de uma reunião virtual planejada com países do Brics. O objetivo, segundo o chefe do Executivo, é articular respostas conjuntas e alternativas comerciais.

Lula rebateu críticas de que a aproximação com países do Brics prejudica o Brasil. Lembrou que o bloco mantém uma balança comercial de US\$ 160 bilhões com o país e defendeu ampliar a integração: “Queremos vender mais e comprar mais. Queremos aprender mais e ensinar mais. É assim que este país vai se transformar”, afirmou.

O presidente declarou que os líderes do Brics farão uma videoconferência sobre o tarifaço. “Nós vamos fazer uma teleconferência que está sendo articulada para a gente discutir, dentro do Brics, o que a gente pode fazer para melhorar nossa relação entre todos os países

que foram afetados”, disse.

Lula enfatizou que não vai retaliar as medidas impostas pelos Estados Unidos e que o objetivo principal agora é ampliar a relação comercial com outros parceiros. Confirmou que já teve conversas com os líderes da China, da Índia e da Rússia, e que entrará em contato com os chefes de Estado da África do Sul, da França e da Alemanha. “Vou falar com todo mundo, para eles se darem conta do que está acontecendo no mundo”, afirmou.

O presidente também sinalizou que pretende aumentar o comércio com a China, apesar dos esforços dos EUA para que o país asiático quadruple a compra de soja norte-americana — medida que seria prejudicial para as exportações brasileiras de soja. “É importante lembrar que esse cara dos Brics (China) que assusta eles é simplesmente um país com quem o Brasil tem uma balança comercial de US\$ 160 bilhões. É o dobro do que nós temos com os Estados Unidos. E nós queremos crescer mais, vender mais, comprar mais”, declarou o petista. (FS e VC)

PODCAST DO CORREIO

Correio Braziliense



Juliana Evangelista: Embrapa Agroenergia está aberta a conexões

Editais para inovar na bioeconomia

» LETÍCIA CORRÊA*

O Brasil reúne condições excepcionais para se tornar um ator global relevante na transição energética. Mas, para exercer esse papel, é fundamental fomentar um ambiente de inovação para a produção de energia com mais tecnologia e menos impacto ambiental. É nesse contexto que atua a Embrapa Agroenergia, unidade que serve como uma ponte entre diversos setores para dar mais competitividade à bioeconomia nacional.

Em outras palavras, pode-se dizer que a Embrapa Agroenergia é um hub de inovação. As conexões ocorrem com o governo, a academia e as empresas parceiras, com o intuito de criar alternativas menos prejudiciais ao meio ambiente de se produzir energia. “Nós trabalhamos gerando conexões, promovendo inovação, por meio da união entre ideias, talentos, infraestrutura e recursos”, disse a chefe-adjunta de Transferência de Tecnologia da Embrapa Agroenergia, Juliana Evangelista.

Convidada para o Podcast do Correio, a engenheira agrônoma explicou como funciona a dinâmica para o Brasil avançar na produção de energia renovável. E ressaltou como um passo importante nesse sentido o edital InovaBio, que está

com inscrições abertas. A iniciativa tem como finalidade selecionar projetos que contribuam para o desenvolvimento de soluções tecnológicas inovadoras na produção de biomassas, biocombustíveis, bioprodutos e bioinsumos.

Na conversa com as jornalistas Adriana Bernardes e Sibeles Negromonte, Juliana Evangelista exorta empresas de todos os portes a apresentarem propostas para o InovaBio. Segundo ela, há uma oportunidade ímpar de formar parcerias na cocriação de soluções tecnológicas — inclusive por meio de financiamento pela Embrapa. O InovaBio está com inscrições abertas até amanhã e pode ser conferido no site da Embrapa.

Segundo Evangelista, o Brasil dispõe de infraestrutura e capacidade intelectual para ser protagonista na transição energética. “As políticas públicas têm aumentado a porcentagem de biodiesel no diesel, de etanol na gasolina, justamente para fazer com que essa transição energética, que é uma demanda global, seja feita pelo Brasil com grande protagonismo e fazendo com que o agro descarbonize cada vez mais as suas atividades”, afirmou.

* Estagiária sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza

ESCOLHA A ESCOLA DO SEU FILHO 2025

As salas de aula estão mais tecnológicas, colaborativas e centradas no aluno. Um novo modelo de ensino surge — mais inclusivo, flexível e preparado para o futuro.

Ciente dessa realidade, o **Correio Braziliense** apresenta a nova edição do projeto **Escolha a Escola do Seu Filho**: uma oportunidade exclusiva para escolas que acreditam no poder da educação como chave da transformação.

Faça parte dessa iniciativa:
Entre em contato com a equipe comercial!

Patrocínio

ONE SCHOOL

Escola montessori

COLÉGIO MARISTA JOÃO PAULO II

LEONARDO DAVINCI

Apoio

SESI

Apoio de Comunicação

Clube 105.5 FM

cb.dooh MÍDIA DIGITAL

TV BRASÍLIA

Realização

CORREIO BRAZILIENSE

CB Brands ESTÚDIO DE CONTEÚDO



GUERRA NO LESTE EUROPEU

Trump pressiona Putin por cessar-fogo

Presidente dos Estados Unidos fala em "consequências muito severas" se russos não interromperem o conflito na Ucrânia, depois da cúpula de amanhã, no Alasca. Republicano também anuncia planos de reunião tripartite com Moscou e Kiev

» RODRIGO CRAVEIRO

Depois de participar de uma cúpula por videoconferência com o presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, e líderes europeus, o norte-americano Donald Trump endureceu o tom com o homólogo russo Vladimir Putin. Ao ser questionado por jornalistas se a Rússia enfrentaria consequências, caso Putin não interrompa a guerra depois da reunião de amanhã, em Anchorage (Alasca), Trump respondeu afirmativamente. "Sim, eles irão... Muito severas consequências", disse. O republicano externou os planos de organizar um encontro entre Putin e Zelensky "quase imediatamente" após o evento no Alasca. "Podem ser alcançadas grandes coisas na primeira reunião, será um encontro muito importante, mas que prepara o terreno para uma segunda reunião", declarou Trump. "Se a primeira (reunião) correr bem, teremos uma segunda rapidamente", prometeu. "Eu gostaria que fosse quase imediatamente, e teremos rapidamente uma segunda reunião entre o presidente Putin, o presidente Zelensky e eu, se eles quiserem que eu esteja presente." No entanto, não descartou cancelar a reunião tripartite, em caso de fracasso no diálogo de amanhã.

Zelensky passou parte da tarde agradecendo a cada um dos líderes europeus com quem conversou ontem. "Obrigado por seu apoio", escreveu na rede social X, em mensagens acompanhadas da republicação de textos em que os governantes expressavam satisfação com o encontro e solidariedade para com a Ucrânia. O presidente da França, Emmanuel Macron, assegurou que os aliados europeus estão alinhados em relação a prioridades no que diz respeito à guerra. "Nada sobre a Ucrânia deveria ser decidido sem os ucranianos. Um cessar-fogo é essencial pré-requisito para qualquer negociação. Essas negociações devem levar a uma paz sólida e duradoura, com garantias de segurança, assegurando a soberania da Ucrânia e a estabilidade do nosso continente", afirmou. "Todos concordamos que, até que um cessar-fogo e uma paz duradoura sejam alcançados, nosso apoio à Ucrânia permanecerá inabalável."

O premiê britânico, Keir Starmer, disse que a intervenção de Trump pode abrir brecha para uma trégua

viável na guerra entre Rússia e Ucrânia. "Nos três anos e alguns meses de duração deste conflito, nunca estivemos próximos de uma saída real para alcançar o cessar-fogo. E agora, sim, temos essa oportunidade, graças ao trabalho realizado pelo presidente Trump", comentou. Starmer defendeu, porém, que "as fronteiras internacionais não podem, nem devem ser alteradas pela força". Por sua vez, Friedrich Merz, chanceler da Alemanha, ressaltou que a Ucrânia "deve estar presente à mesa" durante as próximas reuniões.

Manipulação

Peter Zalmayev, diretor da ONG Eusaria Democracy Initiative (em Kiev), ironizou a ameaça de Trump sobre "consequências muito severas" para a Rússia e comparou-a a um "recorde quebrado". "Ele deu a Putin duas semanas aqui, três semanas ali, um prazo até 8 de agosto. Putin tem conseguido fazê-lo retroceder e manipular Trump a não cumprir com suas ameaças. Acho que seria muito ingênuo esperar uma consequência severa vinda de Trump. Putin tem sido muito hábil em conduzir a situação, seja quando mais sanções foram aplicadas ou mais armamentos, enviados pelo Ocidente à Ucrânia", explicou ao **Correio**. "Putin está confiante em participar desse encontro com o americano, pois sente que é capaz de manipular Trump em benefício próprio. Por isso, estou cético."

De acordo com Zalmayev, Trump tem sido imprudente em mencionar a necessidade de cessão territorial por parte da Ucrânia. "Ele difamou nossa Constituição. É um ato inconstitucional dar a nossa terra a qualquer país. Isso é uma questão de soberania", defendeu. "Essa conversa de que Trump estaria pronto para mediar trocas territoriais é muito irresponsável. A Rússia exige que a Ucrânia abandone partes dos territórios ocupados antes que Moscou consiga controlá-las. A Ucrânia teria que ceder 20% da área ucraniana ocupada, mas também abandonar mais territórios", acrescentou.

"Francamente, estou cansado dessas velhas promessas, sem que tenhamos qualquer resultado", desabafou ao **Correio** Olexiy Haran, especialista em política comparada da Universidade de Kiev-Mohyla. "Acho que haverá a continuidade de

Genya Savilov/AFP



Moradora da cidade de Bilozerske, na região de Donetsk (leste), caminha em meio a prédios destruídos pelos bombardeios russos

sanções dos Estados Unidos contra a Rússia. No entanto, Trump tem criado prazos para que Moscou atenda às suas demandas e, no fim das contas, ele não reforça as sanções. Eu espero por consequências severas, mas escutamos essas ameaças o tempo todo, e Putin continua matando pessoas."

Zalmayev também se mostra cético em relação ao encontro de amanhã entre Putin e Trump. "Putin procurará ter a certeza de que a reunião não será um desastre. Ele se certificará de que poderá dar algo que Trump possa levar para Washington e usar como propaganda, alegando que fez algo certo", observou. O estudioso aposta que o chefe do Kremlin não hostilizará o titular da Casa Branca, sob o risco de sofrer novas sanções. "Putin tentará convencer os EUA a suspenderem algumas das sanções em vigor. Essa é a meta mais importante que ele perseguirá no Alasca. Talvez prometa libertar prisioneiros e devolver algumas das crianças ucranianas sequestradas no início da guerra."

Territórios ucranianos reivindicados pela Rússia



FAIXA DE GAZA

Exército de Israel aprova plano para nova ofensiva

Omar Al-Qattaa/AFP



Garota chora na fila para receber refeições quentes, na Cidade de Gaza

As Forças de Defesa de Israel (IDF) anunciaram que aprovaram o plano para uma nova ofensiva na Faixa de Gaza. Testemunhas relataram ataques aéreos intensos sobre a Cidade de Gaza, no norte do território, e dos campos de refugiados próximos, uma das áreas mais densamente povoadas da Faixa de Gaza. Com a ofensiva, as tropas israelenses pretendem dismantlar os últimos redutos do movimento fundamentalista islâmico Hamas, que denuncia "incursões terrestres agressivas".

Por ordem do gabinete militar do primeiro-ministro Benjamin Netanyahu, as IDF, que controlam atualmente 75% do território, prepararam-se para iniciar a nova fase de operações, com o objetivo de libertar todos os reféns israelenses

humanitária; outros 113 foram feridos a tiros perto dos centros de distribuição.

Depois de 22 meses de guerra, Israel planeja tomar o controle da Cidade de Gaza, no norte do território, e dos campos de refugiados próximos, uma das áreas mais densamente povoadas da Faixa de Gaza. Com a ofensiva, as tropas israelenses pretendem dismantlar os últimos redutos do movimento fundamentalista islâmico Hamas, que denuncia "incursões terrestres agressivas".

Por ordem do gabinete militar do primeiro-ministro Benjamin Netanyahu, as IDF, que controlam atualmente 75% do território, prepararam-se para iniciar a nova fase de operações, com o objetivo de libertar todos os reféns israelenses

mantidos em Gaza e "derrotar" o Hamas. O chefe do Estado-Maior, tenente-general Eyal Zamir, "aprovou a principal estrutura do plano operacional do Exército na Faixa de Gaza", afirma um comunicado militar, que não informou nenhuma data para a ofensiva.

Tanques

Nas ruas da Cidade de Gaza, observavam-se famílias palestinas em fuga, com bagagens e colchões empilhados em bicicletas e carroças. "Os tanques avançam há dias (...) na parte sudeste do bairro de Zeitoun, destruindo casas. Os tanques também avançam na parte sul de Tal Al-Hawa", contou à agência France-Presse Abu Ahmed Abbas, um homem de 46 anos que teve a

casa destruída. "As explosões são maciças, há muitos bombardeios (...) Os tanques continuam lá e vi dezenas de civis fugindo", disse Fatum, uma mulher de 51 anos que mora com o marido e a filha em uma barraca, em Tal Al-Hawa.

Eyal Zamir destacou "a importância de aumentar a disponibilidade e a preparação das tropas para o recrutamento de reservistas", uma questão política espinhosa, visto que os ultraortodoxos negam-se a cumprir o serviço militar obrigatório. O Egito anunciou, na terça-feira, que trabalha com o Catar e os Estados Unidos para obter um cessar-fogo de 60 dias na Faixa de Gaza, onde a guerra começou em 7 de outubro de 2023, após um ataque sem precedentes do Hamas contra o território israelense.

VISÃO DO CORREIO

Direitos humanos sem base técnica

Em um novo capítulo da escalada da tensão entre Brasília e Washington, a diplomacia estadunidense divulga relatório afirmando que o Brasil vive um momento de “declínio” dos direitos humanos — conclusão feita a partir de “relatos confiáveis” de crimes como assassinatos arbitrários e ilegais, torturas, restrições à liberdade de imprensa e repressão ao debate democrático. Falta embasamento para as graves acusações, e sobram críticas ao Judiciário e ao Executivo brasileiro, deixando evidente que o documento tem, na verdade, pretensões políticas.

A interpretação seletiva não é exclusiva à análise da situação brasileira. Reconhecido internacionalmente por trazer um cenário técnico sobre o respeito aos direitos humanos pelo mundo, o relatório elaborado na chamada gestão Trump 2.0 não se presta ao objetivo tradicional. Perde, portanto, profundidade — tem um quarto do tamanho da edição anterior, feita no governo Biden — e cai no descrédito.

A leitura da nova avaliação do Departamento de Estado americano leva, por exemplo, à conclusão de que El Salvador vive um momento de avanço na garantia dos direitos fundamentais, sem “relatos confiáveis de violações significativas dos direitos humanos” em 2024 e uma investida do presidente Nayib Bukele para “identificar e punir autoridades que cometeram violações”. Organizações reconhecidas na área, como a Human Rights Watch, relatam o contrário.

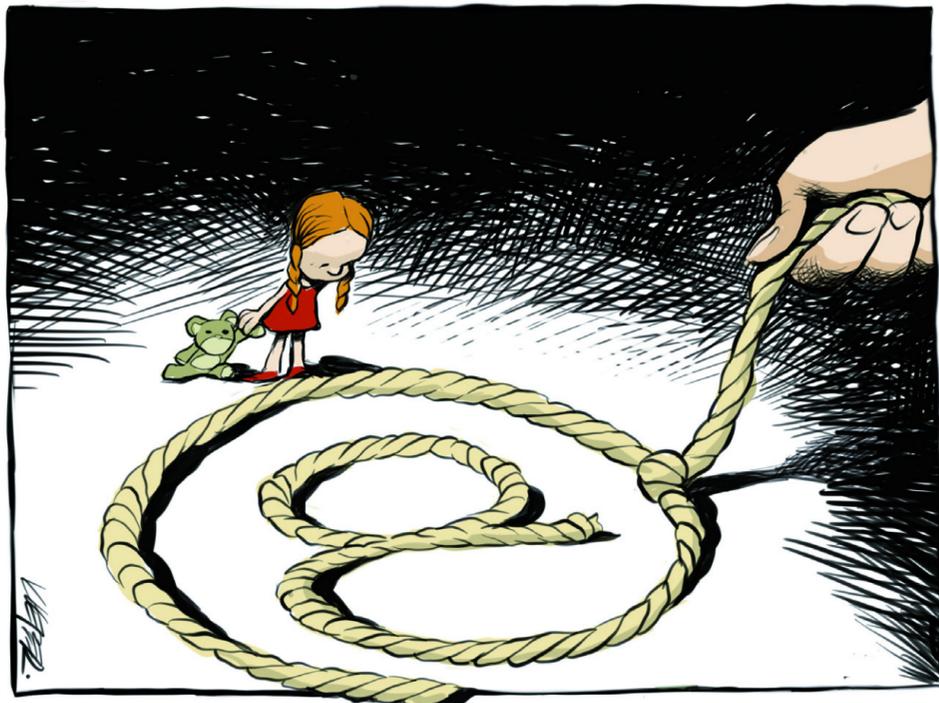
Menor que o Sergipe, El Salvador, na América Central, tem a maior taxa de encarceramento do planeta. A política de tolerância zero adotada por Bukele, um aliado de Trump, é entendida por especialistas como um regime de exceção que levou mais de 81 mil pessoas à prisão — sendo 3 mil menores de idade — e funciona à base de detenções sem mandado, torturas e falta de acesso a advogados, entre outras atrocidades. Bukele se autointitula o “ditador mais legal do mundo” e recebe dinheiro da Casa Branca para receber deportados em suas penitenciárias.

Outro desencontro de interpretações tem como palco a Faixa de Gaza. A constatação de que a população do conclave é vítima de um genocídio e, consequentemente, a pressão pelo fim do crime humanitário crescem pelo mundo. Mas o relatório americano se limita a apontar que “as organizações terroristas Hamas e Hezbollah continuam a atacar indiscriminadamente civis israelenses, violando a lei dos conflitos armados”. Em outro trecho, acusa a África do Sul de cometer genocídio e racismo contra a população branca, uma das pautas sem fundamento da extrema-direita.

França, Reino Unido e Alemanha também não são poupados. Lá, a “deterioração” dos direitos humanos se dá sobretudo em relação a violações na liberdade de expressão, na avaliação da diplomacia estadunidense. Curiosamente é também no continente europeu onde há importantes avanços na responsabilização das big techs sobre conteúdos criminosos publicados nas redes sociais.

Não faltam evidências, portanto, de que os Estados Unidos fazem um retrato comprometido dos direitos humanos pelo mundo. Sem, inclusive, olhar para questões internas. Há de se destacar que, no mesmo dia em que o relatório de viés ideológico foi divulgado, o chefe do Pentágono compartilhou um vídeo defendendo o fim do voto feminino e homens da Guarda Nacional desembarcaram em Washington para acabar com a “trágica emergência de segurança” na capital, que, segundo dados oficiais, tem o menor índice de criminalidade dos últimos 30 anos.

Para além dos embates políticos potencializados pelo novo documento, há o risco de prejuízos justamente na condução de questões humanitárias. A reconhecida qualidade técnica do relatório o alçou ao status de referência em tribunais internacionais. A versão atual, sem base técnica, perde tal importância. Assim, Trump dá novo golpe no sistema internacional de promoção da cooperação e da paz, a exemplo do movimento de enfraquecimento da OMS orquestrado antes mesmo de assumir a presidência.



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.
» E-mail: sredat.df@dabr.com.br

Populismo autoritário

Excelente a palestra do professor de Harvard, Steven Levitsky, coautor do livro *Como as democracias morrem*, no Senado. Segundo ele, existem hoje 12 democracias na América e poucas ditaduras, como a Venezuela. Mas há o risco da eleição de governos populistas autoritários, que odeiam a democracia. Para ele, esse fenômeno teria como causas: crise econômica, aumento da violência e da corrupção e falta de resposta aos anseios da população. Fatores que levariam as pessoas à frustração, a achar que os partidos e políticos são iguais e a ficarem receptivas a aventureiros que usam mídias sociais para criticar elites e partidos e se venderem como novidade. Levitsky analisou a tentativa de Trump, em 6/1/2021, e de Bolsonaro, em 8/1/2023, de anular, à força, as eleições e se manter no poder. Ele explica que as instituições brasileiras são sólidas e reagiram de forma rápida e consistente aos invasores e seus líderes, inclusive Bolsonaro, que estão sendo processados e punidos. Já nos EUA, a reação das instituições foi fraca e não impediu a volta de Trump. Para ele, o fato de os EUA nunca terem sido uma ditadura deixa a sociedade sem memória, sem referência para ver os sinais de perigo e sem meios de defesa da democracia.

» **Ricardo Pires**
Asa Sul

Trump

É uma tremenda desfaçatez e uma cara de pau sem limites a de um chefe de Estado que apoia a fome dos desgraçados da Faixa de Gaza e persegue com ódio os imigrantes em seu país querendo se arvorar de um arauto na defesa dos direitos humanos em todo o planeta. E o que mais me impressiona é que existem milhares de brasileiros, “com o complexo de vira-lata”, que apoiam e aplaudem essa atitude megalomaniaca do presidente americano.

» **Paulo Molina Prates**
Asa Norte

Soberania

Devido ao caloroso e espinhoso atual ambiente belicoso entre Brasil e Estados Unidos, não há como separar o anúncio de Lula de socorro às empresas exportadoras afetadas pelo tarifaço chantagista de Trump de 50% de um clima político. O apoio do governo federal enfatiza a defesa da soberania. Os bicos afiados, mas calados, entre Lula e Trump renderam inegáveis grãos eleitorais a Lula. Nessa linha, se a vigorosa carta do governador Ibaneis Rocha ao presidente dos Estados Unidos defendendo Brasília, e salientando ser político de direita e adversário de Lula, for bem acolhida por Trump, é forte indício de que estará nascendo valioso canal de negociações entre o Brasil e a Casa Branca. Algumas arestas e má vontade de Trump poderão ser removidas. Aguardemos qual será a reação do conselheiro informal de Trump para intrigas e torpezas, o deputado fujão, Eduardo Bolsonaro.

» **Vicente Limongi Netto**
Asa Sul

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

As bets e as plataformas digitais estão com a “Felca” no pescoço!

Vital Ramos de V. Júnior — Jardim Botânico

Precisamos adultizar, com urgência, nossos parlamentares rebeldes, amotinados, inconsequentes, traquinas, infantilizados.

Paccelli M. Zahler — Sudoeste

Toda vez, eu fico procurando as tais velhinhas com bíblias nas mãos que os bolsonaristas tanto falam nas imagens e nunca as acho, nem os vendedores de algodão-doce. Engraçado!

James Moura — Brasília

O clima em Brasília vai continuar quente durante o dia e esfriando à noite. O efeito acontece por causa de uma massa de ar seco que faz o tempo mais frio.

José R. Pinheiro Filho — Asa Norte

A maior economia do mundo não pode ter pobreza. Solução trumpista: retirem de Washington todas as pessoas em situação de rua. Higieneização socioeconômica.

Rafael Vieira — Brasília

Trump mentiu muito sobre a violência em Brasília. Seria verdadeiro se citasse Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia, onde as forças de segurança não livram a cara de ninguém, principalmente se for preto e pobre.

Maria Germana — Rio de Janeiro



CIDA BARBOSA
cidabarbosa.df@dabr.com.br

Punições quase inócuas

Mãe e padrasto condenados por tortura e homicídio de bebê. Achei que tinha lido notícia repetida na sexta-feira. Não tinha. Em um intervalo de duas semanas, dois casais, um do Rio de Janeiro e outro de Goiás, foram sentenciados por barbáries contra crianças.

No dia 8 passado, os assassinos de uma menina de 2 anos receberam condenações que, somadas, ultrapassam 100 anos — o padrasto, 52 anos de prisão; a mãe, 50. A criança foi espancada até a morte em agosto de 2023, em São Gonçalo (RJ). Segundo a investigação, ela vinha sofrendo agressões antes da violência final, mas a mãe, mesmo ciente do sofrimento da filha, nada fez para impedir.

O crime em Goiás aconteceu em abril de 2024. Um bebê de 1 ano deu entrada no hospital com sinais de espancamento e não resistiu aos ferimentos. Os médicos também constataram diversas mordidas pelo corpo, unhas das mãos roxas, queimaduras de cigarro e unhas dos pés arrancadas. A investigação mostrou que o garotinho sofreu torturas por cerca de 30 dias. Em 23 de julho último, o padrasto foi condenado a 51 anos de prisão; a mãe, a 48 anos.

Além da extrema crueldade contra

inocentes indefesos, os dois casais de covardes têm algo mais em comum: nenhum deles vai cumprir a totalidade da sentença na cadeia, porque a legislação “penal” não permitirá que isso aconteça. No Brasil, o máximo que um condenado pode ficar trancafiado é 40 anos, e nem esse teto é cumprido, tantas são as benesses da nossa lei frouxa, que agracia, inclusive, os criminosos mais sórdidos e repugnantes.

Os benefícios da legislação tinham de ser concedidos aos condenados que realmente têm condições de ressocialização. Quem é capaz de atrocidades como tortura, estupro e assassinato de crianças e adolescentes jamais deveria voltar às ruas, tinha de ficar enjaulado até o fim da sua lamentável existência. Mas, como penas de caráter perpétuo são vedadas pela Constituição, ao menos as sentenças impostas nos tribunais deveriam ser cumpridas em sua totalidade atrás das grades, sem regalia de nenhuma ordem.

Infelizmente, o Brasil parece estar longe de dar um destino exemplar a predadores de meninos e meninas. Se realmente fossem justas, nossas leis respeitariam as vítimas, não contemplariam seus algozes.

CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegara”
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

Localidade	SEG/SÁB	DOM
DF/GO	R\$ 5,00	R\$ 7,00

Assine
(61) 3342.1000 - Opção 01 ou (61) 99966.6772 Whatsapp

*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno.
Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 991.58.8045 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.

Anuncie
Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp
Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp
Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edison Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp.



Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A Press. Tel: (61) 3214-1131



D.A Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco I, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF;
de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/
sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.uudapress.com.br

Estabilidade democrática deve ter status de bem público



» BENITO SALOMÃO
Professor do Instituto de
Economia e Relações Internacionais
da Universidade Federal de
Uberlândia (UFU)

riscos de retrocessos em termos de garantias e liberdades individuais.

É como se a política, tida como arte de mediar diferenças de forma pacífica, cedesse espaço nas sociedades contemporâneas para um clima de contínua truculência e beligerância. Esse terreno é propício para a proliferação do populismo como uma pseudossolução para conflitos. No meio desse conflito e ambiente hostil, estão as instituições democráticas, tendo que lidar com a oposição daqueles que querem subvertê-las.

Em outro artigo neste espaço, mencionei o *Paradoxo da Tolerância*, de Norberto Bobbio, publicado no seu *Elogio à serenidade*. O pressuposto básico para uma organização social democrática é a tolerância, entendida aqui como respeito a opiniões divergentes. Porém, em contextos como o atual, é permitido à democracia tolerar divergências quanto à sua própria existência? A resposta evidentemente é não, mas isso causa um problema adicional, já que esse conjunto de ideias antidemocráticas estão aí, compõem parte do “espírito do nosso tempo” e as democracias ocidentais parecem não estar preparadas, no campo da política e da justiça, para enfrentar arroubos autoritários que surgem e se proliferam mundo afora.

Isso principalmente porque boa parte do discurso autoritário dos nossos tempos vem camuflado por uma falsa roupagem de defesa das liberdades. O novo autoritarismo reivindica direitos como o de liberdade de expressão para atacar as instituições constituídas, o que empurra as instituições para uma posição reativa, quase sempre tendo que mediar situações diante do dilema do *Paradoxo da Tolerância*: tolerar ou não posições políticas contrárias à sua própria existência? Não há resposta unificada, tão pouco coordenada. Nos lugares onde o dilema aparece, as reações têm sido heterogêneas.

Mas, a propósito, o que tudo isso tem a ver com bens públicos? A resposta é simples, as instabilidades democráticas, que se tornaram o novo normal neste quarto de século, para além das implicações político-jurídicas supracitadas, exercem efeitos deletérios sobre a performance econômica. O modo de produção capitalista sustenta-se em dois pilares: i) a propriedade privada e ii) as trocas de excedentes. Esses pressupostos se sustentam em decisões humanas de produção e consumo e, para que sejam verificadas em plenitude, um elemento precisa ser verificado — a confiança.

No livro *The animal spirits*, George Akerlof e Robert Shiller argumentam que a confiança (ou a falta dela) se propaga numa economia como uma epidemia. Nesse contexto, as instabilidades geradas pelo processo político beligerante do século 21 tem elevada capacidade de prejudicar o ambiente de negócios. É como se tais instabilidades atuassem como uma externalidade negativa sobre o organismo econômico, produzindo incertezas e comprimindo o horizonte de previsibilidade de agentes econômicos que devem decidir.

Como tais instabilidades são difíceis de serem quantificadas, os economistas fazem pouca menção a elas, tratando como o ruído dos seus modelos. Porém, o fato de um evento não ser observável (ou quantificável) não o torna inexistente. Nesse aspecto, uma democracia estável, com respeito às instituições e às opiniões divergentes (o princípio da tolerância), deve ser alçada ao status de bem público, estimulando a confiança, gerando um ambiente favorável à economia de negócios, de forma que todos se beneficiem dele. Isto é, a estabilidade democrática é um bem não excludente e não rival.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) //
circecunha.dj@dabr.com.br



A ficção do futuro

Não restam dúvidas de que as redes sociais foram, entre os vários setores da economia tecnológica, as que mais lucraram, em todos os sentidos, com a expansão global da internet. A internet é do povo, como o ar é do avião. O que esses tempos conturbados mostram é que crescem, em ocasiões assim, a procura por magos, ciganos, feiticeiros e outros xamãs. Todos buscam saídas para o futuro, qualquer um que seja. Um desses programas de prognosticar o dia de amanhã é feito por um tal “Cigano do Além Mar”. Num desses episódios, o tal cigano expôs tudo o que viria em seguida. Ou seja, amanhã, no mês que vem e assim por diante até as próximas eleições. Contou ele que toda trama atual está agora atingindo seu clímax.

Um folhetim sobre um país que procura, no futuro, a resposta perdida no presente é o que temos para hoje. Dizem que o século 21 seria a era da informação. E é. Só se esqueceram de avisar que informação não é sinônimo de entendimento. O Brasil, esta grande embarcação que avança a remos e contra marés, navega em águas turvas. A política não dá trégua, a economia aperta o cinto até onde não há mais furo, e a população vive, como dizem os mais antigos, “a pão e água” — mas conectada, sempre conectada.

Se há um setor que ganhou com essa história toda foi o das redes sociais. Plataformas globais, com nomes reluzentes e bolsos profundos, transformaram-se em verdadeiras catedrais digitais. E o povo, fiel devoto, compara diariamente ao culto. A internet é do povo como o ar é do avião. Nos tempos de crise, o coração humano se volta para o que não pode ver, tocar ou medir. E é aí que florescem, como pragas ou como jardins, as figuras dos adivinhos digitais. Programas como Visão 2025, Oráculo News, AstroPolítica Brasil e Linha Direta com o Amanhã ganham seguidores fiéis. O algoritmo trata de entregar o mais do mesmo, embalado em promessas de que, sim, o futuro pode ser antecipado e, com sorte, até manipulado. Entre eles, brilha, ou pelo menos pisca, o tal Cigano do Além Mar. Personagem ou pessoa? Ninguém sabe. Ele próprio garante ser um alter ego coletivo, uma voz que fala pelo povo, mas sem a obrigação de acertar. Afinal, nestes tempos de regulação iminente, opinar é quase como sussurrar num confessional: não se sabe quem escuta, nem o que farão com as palavras ditas.

O Cigano é irreverente, diz o que pensa e pensa o que quer, o que é luxo raro. A plateia digital, entre gargalhadas e espanto, lotou a caixa de comentários. Segundo o Cigano, o que virá amanhã, no mês que vem, ou até as próximas eleições, está escrito. Só que a escrita, ele adverte, não é em papel — é em nuvem, e, na nuvem, tudo pode ser editado. Por isso, garante, nada é definitivo: só o provisório.

O que hoje parece desgraça pode ser, amanhã, anúncio de prosperidade. Ou vice-versa. Enquanto isso, o país real segue seu curso: preços subindo, empregos rareando, discursos endurecendo. A cada nova tensão no noticiário, aumenta a audiência dos programas de adivinhação política. Não são só os crentes ou crédulos que assistem. Há também os curiosos, os desesperados e, claro, os que buscam confirmar apenas aquilo em que acreditam. Os políticos, na surdina, adoram esses xamãs e não dão um passo sem antes escutar o que predizem. No fundo, o que move esse interesse não é o amor pelo misticismo, mas o desespero por alguma certeza.

No Brasil, onde a realidade é volátil como *trending topic*, ter alguém, mesmo um personagem de chapéu largo e olhar astuto, que arrisque dizer que o que vem pela frente é um alívio. O Cigano, por sua vez, sabe que suas “visões” são mais espelho do que janela. Refletem a ansiedade coletiva, o desejo de ordem em meio ao caos. E, quando exagera, quando provoca, quando ri da própria profecia, é como se dissesse: “Eu sou vocês, e vocês são eu. Estamos todos tentando adivinhar o amanhã”.

Talvez seja por isso que, mesmo sem credenciais, sem estatísticas, sem fontes oficiais, ele siga conquistando espaço. Porque, num país onde até o passado é incerto, quem não quer ouvir alguém falar do futuro com a confiança de quem leu o roteiro inteiro? E, assim, entre lives, áudios de WhatsApp e cortes para o TikTok, o Cigano do Além Mar vai tecendo sua narrativa. Uma novela interativa em que cada seguidor se torna cúmplice e personagem. Ninguém sabe como termina e, talvez, essa seja a única previsão realmente confiável. O mais difícil é mesmo prever o futuro daquilo que nos parece ficção.

A frase que foi pronunciada:

“Não conheço maneira de julgar o futuro a não ser pelo passado”

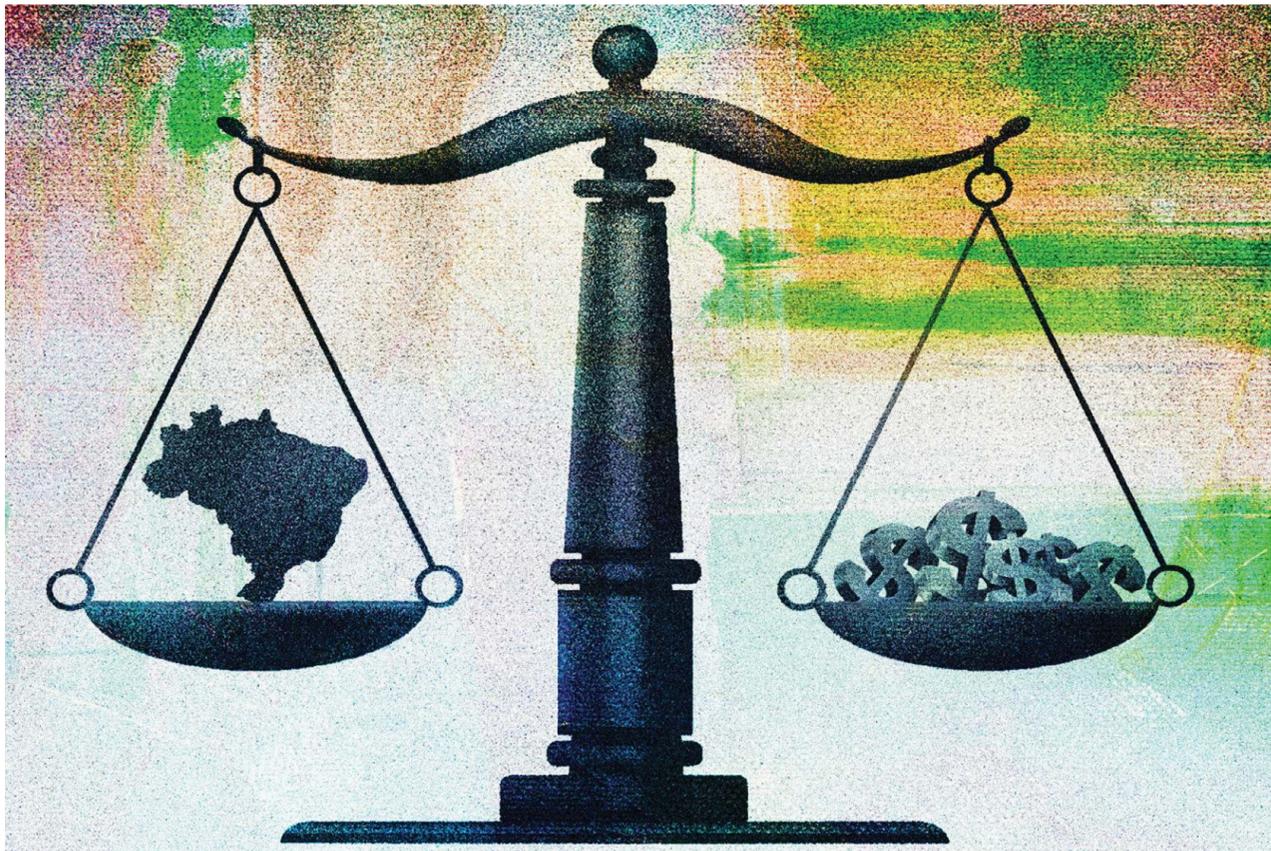
Confúcio

História de Brasília

Lá, a pessoa é informada de que precisará de selos, e não tem ninguém vendendo. Terá que vir ao Plano Piloto e voltar, perfazendo um total de 36 quilômetros a mais.

(Publicada em 8/5/1962)

Maurenilson Freire



Navios negreiros e petroleiros: o Brasil apegado ao atraso



» MARCELO COUTINHO
Professor da Universidade
Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
e especialista em indústria de
hidrogênio verde

como se fosse uma commodity. Mas o que isso tem a ver com os navios petroleiros de hoje, quase 200 anos depois? Assim como o fim do tráfico negreiro demarcou o início tardio e relutante da civilização moderna brasileira, o fim da era do petróleo demarcará o início da civilização tardia e relutante pós-carbono no Brasil. São vidas humanas em questão, só que, agora, numa escala muito maior. Centenas de milhões de pessoas no mundo já são seriamente atingidas pelas mudanças climáticas. A catástrofe recente do Rio Grande do Sul é prova disso.

Assim como na época em que combateu o imperialismo europeu numa luta inglória e vergonhosa para manter seus navios negreiros com justificativas econômicas e sociais, o Brasil agora combate o neoimperialismo europeu numa luta igualmente inglória para manter seus navios petroleiros e de biocombustíveis a todo vapor, com justificativas socioeconômicas. Sim, o Brasil aderiu à Opep e aos países alinhados com a manutenção do comércio de petróleo. Não tem feito nada concretamente para diminuir a dependência do petróleo e gás natural nos últimos anos, e faz isso porque tem interesse crescente no comércio de combustíveis fósseis. Em 2024, o petróleo se consolidou como o principal produto de exportação brasileira, gerando US\$ 44,8 bilhões e respondendo por 13,3% das vendas externas do país.

Assim como no passado tinha interesse nos navios negreiros, agora a elite brasileira tem interesse nos navios petroleiros. Segundo o último relatório da Opep, “o Brasil está entre os principais impulsores do crescimento futuro do fornecimento global de petróleo”. O país vem subindo tanto a demanda e o consumo quanto a produção de petróleo, e pretende

aumentar ainda mais nas próximas décadas. O transporte rodoviário deve puxar o consumo de diesel no país em +42% até 2050, e a aviação impulsionará o querosene de aviação em +58%.

O Brasil trabalha para adiar a transição energética o quanto pode porque seu orçamento vem em grande parte da venda de combustíveis sujos, assim como parte do dinheiro na primeira metade do século 19 vinha do tráfico negreiro. O país não quer parar com os navios petroleiros, quer, na verdade, aumentar, e trabalha internacionalmente na defesa dos interesses fósseis mantendo um verniz de sustentabilidade. O discurso é pró-transição energética renovável, mas a prática é outra muito diferente. Quando não estão protegendo o capital do petróleo, as instituições nacionais estão defendendo usineiros que fabricam etanol e biodiesel às custas das florestas brasileiras, emitindo ainda mais carbono.

Desta vez, não há um Reino Unido que faça um bloqueio naval aos navios petroleiros e force, assim, a transição na marra, embora já haja uma mudança de era em andamento no mundo. Isso significa que o Brasil continuará como está por mais tempo, com falsas alegações, perdendo na prática a corrida pela indústria energética renovável global. Enquanto o país assina no Brics um documento que dá sobrevida aos combustíveis fósseis e brinca de petróleo na Foz do Amazonas, a China faz uma revolução energética que a colocará de fato na supremacia mundial tecnológica numa área absolutamente central para o desenvolvimento. A indústria de hidrogênio verde chinesa pisou no acelerador, assim como a potência asiática já vinha fazendo com a indústria eólica, solar e de baterias. O Brasil colonial agradece.

O tráfico negreiro foi, sem dúvida alguma, um dos mais tristes capítulos da história mundial, e o Brasil teve parcela importante de culpa nisso. Mais de 11 milhões de africanos foram transportados da forma mais desumana possível nos navios negreiros. O Brasil foi o último país a abolir a prática em todo o Ocidente. A Lei Eusébio de Queirós, de 1850, proibiu definitivamente o comércio de pessoas escravizadas. E somente em 1988, com a Lei Áurea, o país aboliu a escravidão.

O Brasil já independente resistiu ao máximo em acabar com o tráfico de escravos. Não fosse a enorme pressão da poderosa Grã-Bretanha, o país simplesmente continuaria com esse pesadelo humano por muito mais tempo. A elite, à época, alegava que o fim do tráfico negreiro traria enormes prejuízos econômicos ao Brasil e chegou até a constituir um Itamaraty para combater internacionalmente as ideias abolicionistas. Felizmente, essa abjeta diplomacia fracassou e o tráfico acabou, fazendo, assim, com que o Brasil pudesse entrar na modernidade civilizatória, ainda que tardiamente.

O navio negreiro era uma embarcação de carga que transportava pessoas escravizadas, principalmente da África para as Américas até o século 19,

TRATADO do plástico em risco

Rascunho apresentado pela presidência do Comitê Intergovernamental de Negociações sobre a produção do material desagradou a maioria das delegações, que considerou o texto pouco ambicioso. Postura brasileira é criticada

» PALOMA OLIVETO

Corre o risco de ir para o lixo o que seria o primeiro tratado internacional contra a poluição por plásticos. Na véspera do encerramento da segunda rodada de negociações — uma prévia terminou sem acordo no ano passado, na Coreia do Sul —, um rascunho da declaração de Genebra foi rechaçado por mais de 100 países em Genebra, na Suíça. O texto de síntese apresentado pelo presidente dos debates, o diplomata equatoriano Luis Vayas Valdivieso, foi considerado pouco ambicioso por negociadores e organizações não governamentais que acompanham (ONGs) a reunião, iniciada na semana passada.

“Isso não é um tratado global”, reagiu Zaynab Sadan, líder mundial de políticas de plásticos e chefe da delegação do WWF no Comitê Intergovernamental de Negociação (INC-5). “É uma coleção de medidas nacionais e voluntárias que não resolverá a crise cada vez mais grave dos plásticos. Após mais de dois anos e meio de negociações, estamos mais longe do que nunca de finalizar um tratado eficaz.” As conversas sobre o tratado começaram em 2022 e era esperado que o documento saísse de Busan, na Coreia do Sul, no fim do ano passado. O pouco progresso, porém, levou para Genebra uma segunda tentativa de acordo.

Após nove dias de debates, a pauta continua engessada e há temor de que as negociações, que se encerram oficialmente hoje, não cheguem a lugar nenhum. Mais do que a falta de tratado, delegações e ONGs temem a aprovação de um texto final fraco, incapaz de fazer frente ao desafio gigante: segundo o Programa das Nações Unidas para o

AFP



A obra *O Fardo do Pensador*, releitura do icônico *O Pensador* de Rodin, foi instalada em frente ao Escritório das Nações Unidas, em Genebra: consenso difícil

Meio Ambiente (Pnuma/Unep), que conduz o processo, a produção anual de plástico está em 400 milhões de toneladas ao ano, um número estimado para dobrar em 2040.

Descartáveis

O objetivo do tratado não é eliminar a produção de plástico, mas reduzi-la, especialmente os de uso único, como descartáveis. Além da poluição decorrente da fabricação do material, cuja base é o petróleo, há preocupação com o destino dos resíduos, que colocam em risco não só os habitats, mas a saúde humana. O material

representa 85% do lixo marinho e, em 2040, haverá o correspondente a 50kg de detritos do tipo por metro da costa global. Nos últimos anos, micro e nano partículas de polímeros sintéticos têm sido identificadas em órgãos como cérebro, placenta e pulmão, e a principal via de entrada no organismo é a por meio de alimentos contaminados.

O forte lobby do petróleo e dos produtores de plástico é apontado como principal entrave nas negociações. “O texto não faz o mínimo necessário para responder à urgência do desafio que enfrentamos”, disse Magnus Heunicke, ministro de Meio

Ambiente da Dinamarca, país que ocupa a presidência rotativa da União Europeia. O bloco considerou o rascunho de ontem “inaceitável”, mesma expressão utilizada pelo diplomata panamenho Juan Carlos Monterrey Gomez, que foi contundente em sua fala na plenária de ontem. “Esse texto fala de fechar uma ferida... mas o texto apresentado aqui torna essa ferida mortal e não o aceitaremos. Isso não é ambição, é rendição”, discursou.

A postura do Brasil nas negociações vem sendo criticada por ONGs e diplomatas. Embora tenha rejeitado o rascunho de ontem — apoiado principalmente por Índia, Arábia Saudita,

Bahrein, Catar, Kuwait e Estados Unidos —, o país, que sediará a 30ª Conferência das Mudanças Climáticas, em novembro, tem se alinhado aos produtores de petróleo em Genebra. Na plenária, a negociadora Angélica Ikeda afirmou que o governo brasileiro quer um tratado “robusto”, mas destacou a necessidade de medidas “balanceadas” sobre produção de plástico.

“Balanceado”

Com 1,4 milhão de toneladas de material fabricadas por ano, o Brasil é o maior produtor da América Latina e o quarto maior do mundo, embora

não tenha um programa eficiente para gestão dos resíduos. “A ciência nos diz que precisamos focar não apenas no lixo plástico, mas na produção *per se*. Definitivamente, uma abordagem balanceada é necessária”, disse a líder da delegação brasileira.

Para o gerente de políticas públicas do WWF-Brasil, Michel Santos, um dos pontos mais criticados na postura do país é o apoio à adoção de medidas voluntárias, em vez de obrigatórias. “Manter um discurso de compromisso ambiental, mas defender medidas voluntárias nas negociações é totalmente contraditório”, diz Santos. “O Brasil pode — e deve — ser protagonista nesse acordo, exercendo uma liderança real e exigindo um tratado forte, com regras e propostas concretas para enfrentar a crise do plástico. Caso contrário, favorecerá a superprodução e a poluição. É preciso ter mais ambição para proteger as pessoas, a natureza e o futuro do planeta”, assinalou.

A diretora de advocacy da Oceana Brasil, Lara Iwanicki, diz que reduzir a produção de plástico e banir aqueles de uso único pode, inclusive, avançar a economia do país. “Acabar com plásticos problemáticos é também abrir mercado. O tratado global pode impulsionar novos negócios de reúso e refil, criar empregos e tornar o Brasil competitivo em um cenário global que já exige soluções sustentáveis”, acredita.

Um novo texto deve começar a circular nas primeiras horas de hoje, com a sessão plenária estimada para as 16h de Genebra (11h de Brasília). A expectativa é de que os 31 artigos do texto sejam negociados ao longo do dia, e é possível que o resultado tratado — se sair — seja divulgado na madrugada de sexta-feira, no fuso horário suíço.

Cientistas defendem mudança no uso da terra

A humanidade precisa mudar o uso dos sistemas alimentares, sob o risco de uma grande fome global, alerta um artigo publicado na revista *Nature* por 21 cientistas internacionais — nenhum deles é do Brasil. Entre as ações propostas, está substituir 70% da carne vermelha produzida de forma predatória por frutos-do-mar de origem sustentável, como peixes e moluscos selvagens ou de cativeiro. Isso pouparia 17,1 milhões de quilômetros quadrados de terra atualmente usada para pastagens e alimentação de gado.

No artigo, os pesquisadores destacam a importância de restaurar metade das terras degradadas até 2050,

ano que também consideram limite para reduzir o desperdício de alimentos em 75%. Combinadas, as duas medidas poderiam poupar a destruição de habitats do tamanho do continente africano, dizem. Além disso, os autores calculam que substituir apenas 10% da produção de vegetais por derivados de algas marinhas de origem sustentável poderia liberar mais de 0,4 milhão de quilômetros quadrados de áreas cultiváveis.

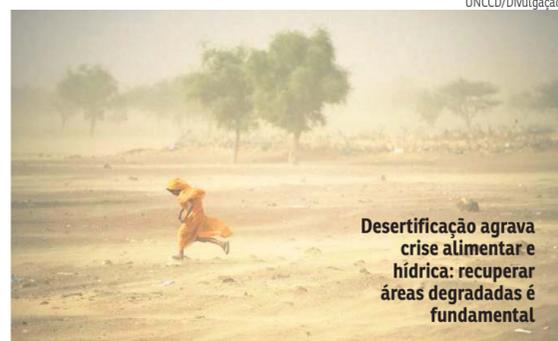
“O artigo apresenta um conjunto ousado e integrado de ações para combater a degradação da terra, a perda de biodiversidade e as mudanças climáticas em conjunto, bem como um caminho

claro para implementá-las até 2050”, define o espanhol Fernando T. Maestre, pesquisador da Universidade de Ciência e Tecnologia Rei Abdullah (Kaust), na Arábia Saudita, autor principal da publicação. “Ao transformar os sistemas alimentares, restaurar terras degradadas, aproveitar o potencial de frutos-do-mar sustentáveis e promover a cooperação entre nações e setores, podemos ‘dobrar a curva’ e reverter a degradação da terra, enquanto avançamos em direção às metas da Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (UNCCD) e outros acordos globais.”

Reformas

Segundo o artigo, os sistemas alimentares ainda não foram totalmente incorporados aos acordos intergovernamentais, nem recebem atenção suficiente nas estratégias atuais para combater a degradação da terra. “Reformas rápidas e integradas, focadas nos sistemas alimentares globais, no entanto, podem levar a saúde da terra da crise à recuperação e garantir um planeta mais saudável e estável para todos”, diz o texto.

Em nota, o coautor Barron J. Orr, cientista-chefe da UNCCD, afirma que, quando os solos perdem fertilidade, os



Desertificação agrava crise alimentar e hídrica: recuperar áreas degradadas é fundamental

lençóis freáticos se esgotam e a biodiversidade é perdida, a restauração da terra se torna exponencialmente mais cara. “As taxas contínuas de degradação da terra contribuem para

uma cascata de crescentes desafios globais, incluindo insegurança alimentar e hídrica, realocação forçada e migração populacional, agitação social e desigualdade econômica.” (PO)

EVOLUÇÃO

Hominídeos coexistiram há 2,6 milhões de anos

As primeiras linhagens humanas viveram, na África, com um tipo diferente de hominídeo, o Australopithecus, segundo um estudo publicado ontem na revista *Nature*. Análises geológicas e anatômicas de dentes fossilizados descobertos na Etiópia por pesquisadores do Projeto de Pesquisa Ledi-Geraru mostram que, há 2,6 milhões de anos, eles coabitaram essa parte do continente africano.

Os cientistas demonstraram surpresa com a descoberta, pois, até agora, acreditava-se que o Australopithecus estava extinto na região há cerca de 3 milhões de anos. O famoso fóssil desse

hominídeo ancestral, conhecido como Lucy, foi encontrado em um sítio próximo, mas não há registro fóssil posterior do gênero.

“As pessoas costumam pensar que a evolução é uma progressão linear”, explica Lucas Delezene, professor de antropologia da Universidade do Arkansas e segundo autor do artigo, assinado por mais de 20 cientistas da América do Norte, da África e da Europa. “Pensem na evolução como uma ‘marcha do progresso’. Mas, na realidade, os humanos são apenas uma espécie que compõe um ramo de uma árvore genealógica maior — ela é bastante densa e o que encontramos é outro ramo até então desconhecido”, diz.

University Arkansas Relations/Divulgação



Lucas Delezene, coautor do artigo assinado por 20 cientistas

Sobreposição

Segundo o pesquisador, a ideia de que o *Homo* aparece e imediatamente se espalha pelo planeta, substituindo todas as outras espécies de hominídeos, não é precisa. “O *Homo* viveu lado a lado com muitas outras espécies de hominídeos por toda a África. O interessante é que o *Homo* se sobrepõe a diferentes espécies de hominídeos em diferentes lugares.”

Por exemplo, do sul da Etiópia ao sul da África, as primeiras espécies de *Homo* se sobrepuseram a um hominídeo conhecido como *Paranthropus*, que é bem conhecido por seus dentes enormes e músculos mastigatórios, além de uma dieta baseada em gramíneas em algumas partes

de sua área de distribuição. No entanto, na região de Afar, na Etiópia, nenhum fóssil de *Paranthropus* jamais foi encontrado.

Embora os novos fósseis preencham uma parte do quebra-cabeça, ainda há um longo caminho a percorrer antes do panorama completo da evolução humana. A equipe destaca que, apesar das evidências de que os dentes estudados sejam do *Homo* primitivo e do novo Australopithecus, a equipe não sabe como eram suas cabeças ou o restante de seus corpos. A colaboração multinacional, realizada em parceria com a comunidade local do povo Afar, continuará seu trabalho em busca de mais fósseis, idealmente com financiamento contínuo, disse Delezene.

SEGURANÇA

Acidentes de trabalho DISPARAM NO DF

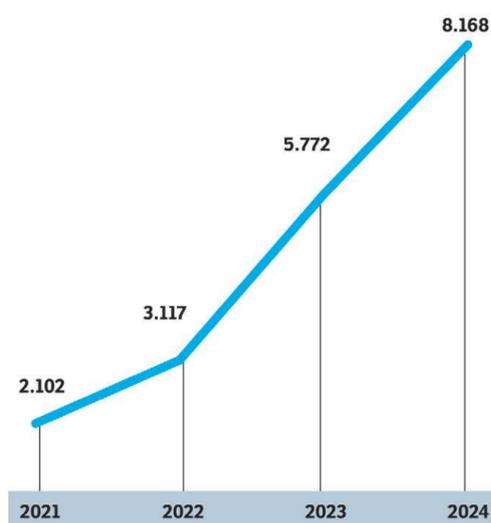
Dados dos últimos cinco anos apontam que os casos apurados passaram de 1.147 registros em 2020 para 8.168 em 2024, um crescimento de 612%, segundo o Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (Datasus)

» CARLOS SILVA

Cuidado!

Crescimento de casos preocupa

NÚMERO DE ACIDENTES



Minervino Júnior/CB



Quando você olha um canteiro (de obras) ilegal, a diferença salta aos olhos: não há garantia de segurança nem de qualidade"

José Antonio Bueno Magalhães Júnior, diretor do Sinduscom-DF

O número de investigações de acidentes de trabalho no Distrito Federal registrou um salto expressivo nos últimos anos. Dados de 2020 a 2025 apontam que os casos em apuração passaram de 1.147 registros em 2020 para 8.168 em 2024, um crescimento de 612%, segundo o Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (Datasus). Apenas nos seis primeiros meses de 2025, foram contabilizadas 2.137 investigações, indicando que a tendência de alta pode se manter até o fim do ano.

No total, entre 2020 e 2025, foram 22.443 ocorrências investigadas. Entre as causas mais frequentes, destacam-se os impactos provocados por objetos lançados ou projetados em queda (classificação W20, da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), que somaram 2.775 registros no período — com pico em 2024, quando 1.168 casos desse tipo foram investigados.

Outro fator de destaque foi o aumento de investigações relacionadas a circunstâncias associadas às condições de trabalho (Y96), que saltaram de 142 em 2020 para 818 em 2024, totalizando 1.726 casos no período. Situações envolvendo quedas sem especificação (W19), quedas no mesmo nível causadas por escorregões, tropeços ou passo em falso (W01) e quedas de escadas ou degraus (W10) também se mantiveram entre as principais causas de investigação.

Casos de contato com objetos cortantes ou penetrantes (Y28) e exposição a fatores não especificados (X59) igualmente registraram números elevados. A classificação W22, que trata de impactos acidentais provocados por outros objetos, somou 1.693 investigações no período, enquanto acidentes envolvendo máquinas e equipamentos (W31) atingiram 976 ocorrências.

Para além de números nas estatísticas, acidentes de trabalho representam também prejuízo econômico. De acordo com o Bruno Vinícius Ramos Fernandes, professor do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade de Brasília (UnB), o impacto econômico anual dessas ocorrências no Brasil ultrapassa R\$ 100 milhões, considerando perda de produtividade, aumento de custos e redução do consumo por parte dos afastados.

No Distrito Federal, onde a economia é fortemente baseada no setor de serviços — cerca de 90% do Produto Interno Bruto (PIB) local, acima da média nacional, de 70% — a alta frequência desse tipo de sinistro pode ter efeitos ainda mais avassaladores. "O impacto maior é em relação à mão de obra. Num cenário de desemprego baixo, com a menor taxa histórica de 5,8%, fica difícil repor, principalmente em setores como manutenção e construção civil, em que a demanda por profissionais técnicos é maior que a oferta", afirma.

Vida após a queda

Esses números também se traduzem em vidas que podem mudar radicalmente. Ao 55 anos, Alfredo (nome fictício) caiu de um andaime, enquanto trocava a fachada de um prédio em Águas Claras. Na queda, de cerca de dois metros e meio de altura, fraturou o braço em dois lugares, entre eles, o punho.

Bom exemplo: o uso de equipamento de proteção individual (EPI) é fundamental para evitar tragédias no trabalho, alertam especialistas

"Isso faz três anos. Nunca mais fui o mesmo", conta.

No dia do acidente, o pedreiro usava cinto de segurança e capacete. "Até hoje não entendo como aconteceu. Na hora desmaiei e fiquei desacordado por uns 10 minutos, segundo me falaram. Lembro-me dos bombeiros e depois, de acordar no hospital".

Alfredo, que é autônomo, ficou afastado do trabalho por seis meses. Passou por cirurgia e, depois, várias sessões de fisioterapia. Sem renda, o orçamento de casa pesou, e quem segurou as pontas foi a mulher dele. "O que recebi do INSS não cobria o que eu ganhava no mês. Foi muito difícil", relata.

Desafios da segurança

De acordo com Beatriz Barcelos, engenheira de segurança do trabalho e professora da Universidade Católica de Brasília (UCB), é justamente na área de construção civil que se concentra grande parte da atenção das autoridades. A

subnotificação de casos é um problema sério no setor, pois muitos acidentes considerados "simples" não são comunicados por meio da Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT).

Para a engenheira, a prevenção ainda esbarra em três pontos críticos: fiscalização insuficiente, cultura organizacional, que não prioriza a segurança, e percepção de que investir em prevenção é custo e não benefício. "A reincidência de acidentes é um indicativo claro de falhas na gestão de riscos e na cultura de segurança", avalia.

A especialista lembra que as empresas têm obrigações previstas em norma, como manter Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (Sesmt), criar comissões internas de prevenção de acidentes (Cipa) quando exigido, fornecer EPIs, realizar treinamentos e elaborar programas de gerenciamento de risco e controle médico. No entanto, o cumprimento integral dessas exigências ainda varia muito con-

forme o porte e o setor da empresa. "A informalidade e a terceirização dificultam a implementação efetiva dessas medidas", ressalta.

Avanços

Segundo José Antonio Bueno Magalhães Júnior, diretor de Políticas e Relações Trabalhistas do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal (Sinduscom-DF), a alta nos números se traduziu em respostas de diversos setores da economia para lidar com esse fenômeno. O setor formal da construção civil no Distrito Federal tem conseguido reduzir a incidência de acidentes de trabalho nos últimos anos. "Fomos os primeiros no ranking de acidentes, hoje ocupamos a terceira posição. Essa redução é fruto de um trabalho conjunto. Hoje, de 7% a 8% do valor de ca-



Confira aqui o documento que dita as normas de fiscalização e as penalidades relacionadas a acidentes de trabalho

da obra em segurança do trabalho".

O dirigente explica que a segurança nos canteiros é sustentada por um "tripé": equipamentos de proteção individual (EPI), equipamentos de proteção coletiva (EPC) e medidas administrativas. "O EPI é a última linha de defesa. Antes dele, vem a proteção coletiva, que previne o acidente na origem, e as medidas administrativas, como treinamento, limpeza do canteiro e alocação correta dos funcionários. Não adianta só investir em EPI, é preciso conscientizar e capacitar continuamente", afirma.

Apesar dos avanços, o José Antonio Bueno alerta que o maior número de ocorrências está no setor informal. "É o nosso maior gargalo. Muitas obras ilegais não têm do-

documentação, não registram os trabalhadores, não sofrem fiscalização e, muitas vezes, nem têm um responsável identificado. Quando você olha um canteiro ilegal, a diferença salta aos olhos: não há garantia de segurança nem de qualidade", lamenta.

Entre as principais frentes de prevenção, ele destaca o combate a acidentes em altura, soterramentos e choques elétricos, com uso de linha de vida, cintos de segurança, ferramentas adaptadas e treinamento para agir em situações de risco. O Sinduscom mantém convênios para oferecer cursos de capacitação, acompanhamento psicológico, programas contra o alcoolismo e até alfabetização. "A segurança do trabalho não se limita a treinar para evitar acidentes. Passa por saúde, alimentação e até educação financeira para o trabalhador", ressalta.

Fiscalização

Em nota, o Ministério do Trabalho informou que a fiscalização das condições de trabalho no Brasil é planejada com base em diagnósticos que analisam a ocorrência de acidentes e adoecimentos relacionados à atividade laboral. Segundo a pasta, a inspeção do trabalho atua de forma contínua, seguindo um planejamento estratégico que prioriza "os estabelecimentos com maior registro de irregularidades trabalhistas, com maior ocorrência de acidentes e adoecimentos relacionados ao trabalho".

Além dos estudos e levantamentos técnicos, as ações fiscais também se baseiam em denúncias recebidas pelo canal oficial da Inspeção do Trabalho (<https://denuncia.sit.trabalho.gov.br/>) e em informações coletadas diretamente pelas unidades descentralizadas do órgão. Essas fiscalizações podem ser presenciais, com visita ao local, ou realizadas de forma indireta ou eletrônica, por meio da análise de documentos.

As empresas que descumprem as normas de segurança e saúde no trabalho estão sujeitas às penalidades previstas na Norma Regulamentadora 28 (NR-28). Conforme o Ministério, "após o decurso do devido processo administrativo, com possibilidade de defesa por parte das empresas, mantida a autuação, será aplicada uma multa pecuniária conforme cada caso específico". A reincidência, dentro do prazo de dois anos, pode elevar a multa ao valor máximo previsto.

O valor final da multa é calculado com base no número de empregados e no grau de irregularidade encontrado, que varia conforme o item da norma descumprida. A tabela completa de valores e critérios está disponível no anexo I da NR-28 (**confira o QR Code**).

ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br

Prisão por videoconferência

A direção-geral da Polícia Civil do Distrito Federal vai iniciar um projeto-piloto para lavratura de Autos de Prisão em Flagrante (APFs) e oitivas por meio de videoconferência. A medida prevê que o delegado de plantão na 1ª Delegacia de Polícia (DP) presida, à distância, procedimentos ocorridos na 8ª DP, sem a presença física no local. A ideia causou a discordância do Sindicato dos Delegados de Polícia do Distrito Federal (Sindepó-DF). A entidade manifestou, nesta semana, sua insatisfação em ofício dirigido ao delegado-geral da PCDF, José Werick de Carvalho. O sindicato pede a suspensão de qualquer ampliação do projeto até que haja regulamentação legal específica e diálogo com representantes da categoria. Também defende a manutenção da presença física do delegado nas Centrais de Flagrantes.

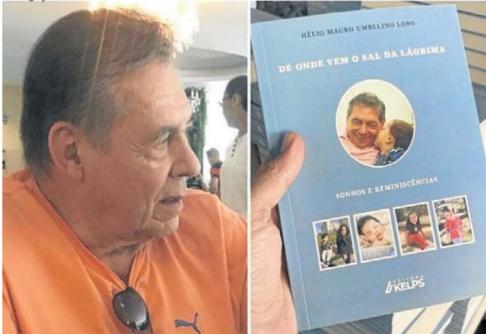
Comprometimento da análise

Segundo o Sindepó-DF, a decisão foi adotada sem consulta prévia à categoria e sem regulamentação legal específica, criando um novo modelo procedimental não previsto no ordenamento jurídico vigente. A presidente do Sindepó-DF, delegada Cláudia Alcântara, sustenta que a categoria não é contra o uso de tecnologia para aprimorar o trabalho policial, mas alerta que mudanças dessa natureza precisam seguir critérios técnicos e jurídicos claros. "Não se trata de resistência ao avanço tecnológico, mas de preservar garantias legais, a qualidade da investigação e o atendimento humanizado à população. A lavratura remota de flagrantes pode comprometer a segurança jurídica, a integridade das provas e a proteção às vítimas, especialmente as mais vulneráveis. É essencial que qualquer alteração dessa magnitude seja amplamente debatida com a categoria e devidamente regulamentada por lei", destacou.



Minerato Junio/CB

Divulgação



Memórias

Primeiro prefeito de Goiânia, Hélio Mauro Umbelino Lobo lança, nesta sexta-feira, em Pirenópolis, o livro *De onde vem o sal da lágrima*. Na obra, o político conta histórias colecionadas durante sua carreira política, iniciada na década de 1970, como prefeito de Goiânia, deputado estadual e federal e chefe de gabinete de ministérios em Brasília. Ele criou várias obras de restauração do patrimônio histórico cultural, incluindo um famoso festival de música da época, que buscava incentivar novos talentos, intitulado Comunicamos. A noite de autógrafos será no Espaço Cultural Escultora Maria Guilhermina, no Relais Amadeus Hotel Design, com a presença de vários amigos, como o ex-prefeito de Goiânia Indio do Brasil Artiaga, o ex-governador do Distrito Federal José Roberto Arruda, o deputado Federal Wilmar Rocha e o ex-governador de Goiás Marconi Perillo.

Ed Ferreira/MPDFT



Aprovação para o CNMP

O plenário do Senado aprovou, ontem, por maioria absoluta, os nomes de três indicadas para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP): a procuradora de Justiça do Ministério Público do Estado do Amapá (MPAP) Ivana Lúcia Franco Cei, que será reconduzida; a promotora de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) Fabiana Costa Oliveira Barreto (foto) — ex-procuradora-geral de Justiça do DF —; e a advogada Greice Fonseca Stocker.

Ed Alves/CB/DA, Press



Gutemberg é reeleito presidente do Sindicato dos Médicos

Gutemberg Fialho foi reeleito para novo mandato na presidência do Sindicato dos Médicos do Distrito Federal (SindMédico-DF). Médico e advogado, paraibano de Araruna, radicado no DF desde a década de 1980, Gutemberg conquistou o quinto mandato consecutivo, com 64% dos votos válidos, em um pleito que marcou o retorno das disputas eleitorais sindicais.

Vídeos educativos nos cinemas

Os cinemas do Distrito Federal poderão ser obrigados a exibir vídeos educativos de conscientização, prevenção e combate à violência contra as mulheres antes do início dos filmes. A medida está prevista no projeto de lei nº 730/2023, do deputado Pastor Daniel de Castro (PP), aprovado ontem pela Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa da Câmara Legislativa. O texto ainda precisa ser analisado pelos distritais em plenário, antes de seguir para sanção do governador Ibaneis Rocha.

Caio Gomez/CB



CPMI do INSS

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) sobre desvios no INSS será instalada na próxima semana, segundo anunciou, ontem, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP). O requerimento de instalação da CPMI foi apresentado pela senadora Damares Alves (Republicanos-DF) — que deve assumir a vice-presidência da comissão — e pela deputada Coronel Fernanda (PL-MT), com o apoio de 223 deputados e 36 senadores. O presidente da CPMI será o senador Omar Aziz (PSD-AM).

Saulo Cruz/Agência Senado



Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

» Entrevista | CARLOS JACOBINO | PRESIDENTE DO SINFOR-DF

Ao CB.Poder, dirigente do sindicato que reúne as indústrias de informação destacou a força do ecossistema de ciência, tecnologia e inovação do DF. O especialista ressaltou, ainda, a necessidade de regular o uso da IA nas redes sociais

Brasília, capital tecnológica

» LAÍZA RIBEIRO*

As oportunidades no setor de tecnologia no Distrito Federal foram o destaque do CB.Poder

— parceria do **Correio** com a TV Brasília — de ontem. Aos jornalistas Carlos Alexandre e Jaqueline Fonseca, o presidente do Sindicato das Indústrias da Informação do Distrito Federal (Sinfór-DF),

Carlos Jacobino, avaliou o DF como um polo gerador de tecnologia e falou sobre o impacto que o setor tem no PIB da capital. Confira, a seguir, os principais trechos da entrevista.

Podemos dizer que Brasília é um mercado atraente para se investir em tecnologia?

Não tenha dúvida. Recentemente, saiu uma pesquisa destacando Brasília como a melhor capital do mundo para nômades digitais. É considerada um espaço superpropício para quem quer viver e produzir aqui, independentemente se você vai trabalhar no Brasil ou no exterior. E esse contexto, de uma cidade que tem boa qualidade de vida, boas universidades, um conjunto de fatores de atratividade, cria muitas conexões. Atualmente, temos a Fundação de Apoio à Pesquisa, a FAP, com muitos projetos, como o Start BSB, com programas de enriquecimento

do ecossistema que envolvem todas as etapas de uma startup, desde a ideação até a consolidação no mercado. Temos um espaço muito atraente. Brasília é um espaço que combina com tecnologia.

Como Brasília se situa no mercado de TI, em nível nacional?

Nosso ecossistema de ciência, tecnologia e inovação é muito forte, não só no DF como em outros países. Temos startups que exportam tecnologia para várias nações, empresas que prestam serviço nacional e internacionalmente, tecnologias que são desenvolvidas aqui e utilizadas em vários

estados e em empresas privadas. Tudo isso com tecnologia, pesquisa e desenvolvimento local.

O que pode nos contar sobre o Brasília Mais TI?

Como atração principal desse ano, convidamos a Deborah Lynch-Smith, CEO da Agência Norte-Americana de Competitividade. Ela vem para falar sobre como a tecnologia, a inovação e a inteligência artificial têm afetado a competitividade dos países. Teremos algumas palestras mais técnicas com grandes nomes. Na edição de 2024, foram mais de 60 palestrantes e cerca de R\$ 100 milhões em negócios gerados, mas este será

Bruna Gaston CB/DA Press



um pouco do que tem acontecido, e realmente é preocupante. As big techs têm um papel importantíssimo em impedir que determinados conteúdos sejam veiculados. Atualmente, conseguimos aplicar a visão computacional para a leitura do próprio arquivo. No processamento do arquivo, eu consigo extrair o que foi dito, o que foi mostrado, sem a necessidade de curadoria humana para isso, e conseguimos denunciar também.

Qual é a dificuldade de aplicar isso na rede social?

Em tese, não precisaríamos de uma legislação nova. Existem leis que preveem questões como pedofilia e racismo. Existe um marco legal da internet que fala de muitas coisas que não podem acontecer. A grande questão é que as pessoas têm uma sensação de impunidade e acham que a internet é um ambiente de ninguém, onde elas podem falar, escrever e postar o que querem. Não podemos fugir dessa discussão.

* Estagiária sob a supervisão de Eduardo Pinho

bem maior. Aumentamos as áreas de exposição, o número de palestras, de painéis e de atrações. Em 2025, tivemos inscrições de todos os estados, a primeira vez que isso acontece. Serão três dias de evento, de 19 a 21 de agosto. Tem uma área específica para o público teen com arena gamer, atividade de economia criativa e palestras. Além disso, teremos um campeonato de robótica para alunos da rede pública.

Qual o objetivo desse espaço específico para o público mais jovem?

Trazer mais jovens e estudantes para a tecnologia. Isso torna o nosso terreno muito fértil. Esses jovens serão futuros empreendedores, abrirão startups, vão trabalhar, abrir empresas e se conectar

com as universidades. O espaço maker, por exemplo, será conduzido pela Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade Católica também participará do evento. Os estudantes terão a oportunidade de se conectar com as empresas e muitos podem sair de lá com um emprego ou, pelo menos, com conexões para o emprego.

Qual sua opinião sobre a regulação do uso da inteligência artificial nas redes sociais?

Entendemos que é fundamental termos um ambiente saudável e equilibrado de regulação da inteligência artificial. Em especial da aplicação nas redes sociais. Temos, por exemplo, o vídeo do Felca que viralizou com mais de 30 milhões de visualizações, contando



Aponte a câmera do celular para assistir à entrevista completa

TRÂNSITO

Após bater em um carro e em uma moto, caminhão atingiu a base de uma passarela na via. Motociclista ficou ferido e o tráfego foi afetado em toda a região. Batida danificou um dos pilares da estrutura e a reconstrução deve levar de 10 a 15 dias

Acidente trava a Estrutural

Ed Alves CB/DA Press



Segundo o DER-DF, a colisão não afetou a estrutura metálica da passarela, mas danificou o pilar atingido

» RAPHAELA PEIXOTO
» NATHÁLIA QUEIROZ

O trânsito travou, ontem, na Via Estrutural (DF-095), depois que um caminhão atingiu a base de uma passarela. Segundo a Polícia Militar (PMDF), antes do impacto, o veículo colidiu em um carro e em uma moto, perto da quadra 10 do SCIA, sentido Taguatinga — Plano Piloto.

O acidente ocorreu por volta das 6h20 e causou um intenso congestionamento na Via Estrutural, por onde passam cerca de 100 mil veículos diariamente, conforme informações do Departamento de Estradas de Rodagem do DF (DER-DF). Durante toda a manhã, o trânsito na região ficou engarrafado.

A batida danificou um dos pilares da estrutura e a reconstrução deve levar de 10 a 15 dias, apesar de a estrutura metálica da passarela estar intacta, segundo o superintendente técnico do DER-DF, Plínio Fragassi.

Após colidir com o carro e com a moto, o caminhão atravessou o canteiro central e atingiu a base da passarela, invadindo a pista contrária. O motorista, de 57 anos, informou aos policiais que foi fechado por um carro antes da sequência de colisões. No local do acidente, ele afirmou que estava transtornado e foi encaminhado à 8ª DP para prestar depoimento.

Segundo a PMDF, o motorista do caminhão fez o teste do bafômetro, que deu negativo. Os documentos dele e do caminhão estavam em dia. O motociclista foi encaminhado consciente ao Hospital de Base, com suspeita de fratura no braço. Ninguém mais ficou ferido.

Congestionamento

Para atenuar o engarrafamento, a faixa exclusiva de ônibus da EPTG

foi liberada até as 12h. Os veículos que circularam na faixa durante esse período não serão multados. Além disso, foi mantida a faixa reversa no sentido Plano Piloto até as 10h.

A partir de hoje, a pista exclusiva da EPTG volta a ser destinada apenas ao transporte coletivo e a reversão de faixa na Estrutural permanecerá no horário tradicional, entre as 6h e as 9h20.

De acordo com o DER-DF, as faixas interditadas na (DF-095) estão liberadas. Foi instalada uma estrutura provisória de escomoro na passarela danificada, que permanecerá em uso até a finalização da obra. Durante o trabalho de reconstrução, as faixas próximas ao canteiro central poderão ser interditadas de forma temporária e pontual, para a entrada e saída de materiais, sem prejuízo significativo para o tráfego.

Prevenção

Ao **Correio**, o professor de engenharia de tráfego da UnB Paulo César Marques explicou a dinâmica do trânsito no DF: “Se estivéssemos falando de uma cidade mais convencional, haveria alternativas viárias. No centro do Rio de Janeiro, por exemplo, as pessoas conseguem pegar outras ruas e fazer caminhos diferentes, no caso de um acidente. Aqui, temos manchas de ocupação, como o Plano Piloto e Taguatinga, ligadas basicamente por dois corredores principais. Ainda que sejam vias largas, com três faixas por sentido, não existem muitas alternativas”, ressaltou.

Marques exemplificou que a Estrutural é uma via de grande capacidade, com seis faixas. Quando acontece um acidente de grandes proporções e só uma fica funcionando, como ocorreu ontem, é co-

mo se a via tivesse um “infarto”. “Vocês interrompe cinco faixas e só sobra uma: não há muito o que fazer”, afirmou. Como solução, o professor sugere que o atendimento dessas ocorrências seja ágil, pois, segundo ele, qualquer acidente grave precisa ser resolvido rapidamente, para não contaminar todo o trânsito.

Diante do cenário, ele apontou que a prevenção é o caminho mais eficiente. “O controle de velocidade é uma medida fundamental”, avaliou. “Ele não aumenta nem diminui o número de veículos na via, mas reduz a incidência de acidentes.” Para que isso funcione, de acordo dele, é preciso fiscalização. “É essencial ter policiamento nos locais e fiscalização constante. Quando os motoristas percebem a presença policial, tendem a ficar mais atentos. Com regras claras e fiscalização, o controle fica muito melhor.”

Sindauto faz carreta

Em protesto contra as mudanças no processo de habilitação, propostas pelo Ministério dos Transportes, trabalhadores e donos de autoescolas fizeram uma carreta, na manhã de ontem, no Eixo Monumental. Uma das mudanças previstas no projeto é acabar com a exigência de aulas em autoescolas para obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (CNH). O movimento é liderado pelo Sindicato dos Centros de Formação de Condutores de Veículos Automotores do Distrito Federal (Sindauto-DF). Cerca de 400 veículos participaram da carreta, que seguiu até o Ministério dos Transportes. “Queremos as autoescolas mais fortalecidas. Não vamos aceitar as propostas do senhor ministro (Renan Filho). Queremos conversar. Nosso setor gera emprego. Queremos o processo de habilitação com mais lisura e respeitando as vidas”, afirmou o presidente do sindicato, Francisco Joaquim Liola. A proposta do governo visa reduzir ao máximo o custo da CNH, permitindo que mais pessoas possam se qualificar e obter o documento. Segundo Renan Filho, cerca de 20 milhões de brasileiros dirigem sem habilitação atualmente, e outros 60 milhões têm idade para obter a CNH, mas não possuem o documento.

Marcelo Ferreira/CEB/DA Press



Obituário

Envie uma foto e um texto de no máximo três linhas sobre o seu ente querido para: SIG, Quadra 2, Lote 340, Setor Gráfico. Ou pelo e-mail: cidades.df@dabr.com.br

Sepultamentos realizados em 13/08/2025

» Campo da Esperança

Ana Rodrigues Alcântara, 100 anos
Antônio César Dumortout Ayres, 75 anos
Apolinário Alcântara de Lima, 71 anos
Arthur Prudente Neto, 81 anos
Bernadeth Maria Gonzaga dos Santos, 88 anos
Cinzas João Antônio Ramos, 85 anos
Élbio Francisco Scherer, 80 anos
Eliane de Fátima Silva Magalhães, 78 anos
Elmo Santos Sampaio, 81 anos
Francisco Benjamim Fernandes, 78 anos
João Batista de Oliveira, 68 anos
Kellen Milhomens Barbosa, 46 anos
Lourdes Rodrigues, 81 anos
Maria Ivaneide de Santana de Carvalho, 62 anos
Maria Sylvia Coutinho de Carvalho, 84 anos
Mário Sérgio Gomes da Silva, 49 anos
Paulo Araújo Leite, 43 anos
Raimundo Nonato Peixoto da Silva, 76 anos
Terezinha de Faria Machado, 97 anos
Vera Brígida Campos, 94 anos

» Taguatinga

Amélia Alves de Araújo, 82 anos
Antenildo de Queiroz Pereira, 61 anos
Antônia Madeiro de Carvalho Alves, 63 anos

Francisco das Chagas Alves Veloso, 70 anos
Geraldo Manoel de Oliveira, 56 anos
Hélio da Silva Oliveira, 64 anos
Iraci de Carvalho Monteiro, 67 anos
Maria de Lourdes da Silva Fernandes, 46 anos
Nat Phamella Pereira de Souza, menos de 1 ano
Nilma Maria Pinheiro da Cunha, 70 anos
Odeton Paixão Valente, 29 anos
Osvaldina Maria de Araújo, 86 anos
Otávio José dos Santos, 76 anos
RM - Maria de Lourdes de Araújo Alves, 56 anos
Samuel Bezerra dos Anjos, 86 anos
Weksley Oliveira Gomes, 44 anos

» Gama

Aurora Boaventura Soares, menos de 1 ano
Francisca Alexandrina dos Santos, 62 anos
Francisca Alexandrina dos Santos, 62 anos
Isis Monteiro Resende, menos de 1 ano
João Nicolau Neto, 72 anos
Maria da Paz dos Santos Gomes, 67 anos
Matosinho de Almeida Costa, 89 anos
Natana Cristina Gonzaga, menos de 1 ano
Yvone Oliveira de Araújo, 40 anos
Zenilda Maria de Abreu Cunha, 80 anos

» Planaltina

Edmilson Barbosa dos Santos, 85 anos
José Eduardo da Silva, 73 anos
Maria das Dores B. dos Santos Souza, 73 anos

» Brazlândia

José Januário de Andrade, 80 anos

» Sobradinho

Deusaniro Rodrigues Pimentel, 50 anos
Nilson Araújo dos Santos, 55 anos

» Jardim Metropolitano

Wellington Georgino Francisco, 52 anos
Minelvino Bispo dos Santos, 68 anos
Maria Cândida Novais, 79 anos (cremação)
Cleudes Ferreira Machado, 65 anos (cremação)
Constâncio Nunes de Carvalho, 73 anos (cremação)
Alessandra Santos de Sousa Queiroz, 40 anos (cremação)
Lúcia Maria Basílio da Silva, 83 anos (cremação)

SECRETARIA DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

Associações e/ou Cooperativas de Catadores

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS, torna público, por meio da Comissão para a Coleta Seletiva Cidadã, realizar o PROCEDIMENTO DE SELEÇÃO DE ASSOCIAÇÕES E/OU COOPERATIVAS DE CATADORES, no intuito de firmar TERMO DE COMPROMISSO para fins de coleta dos resíduos recicláveis e/ou reutilizáveis descartados nos edifícios do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) e dos órgãos integrantes do Centro de Serviços Compartilhados (ColaboraGov), situados nos endereços listados no item 1.1. do Edital.

A integra do Edital encontra-se disponível no link <https://www.gov.br/gestao/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/editais-de-chamamento-publico/cooperativas-de-catadores-de-reciclagem>

A data limite para entrega dos documentos de habilitação é 10 de setembro de 2025.

CEB

COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA S.A.

Companhia Aberta
CNPJ 00.070.698/0001-11
NIRE 53.3.000154-5
CVM 14451

111ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Companhia Energética de Brasília S.A. (“Companhia”), com amparo na Lei 6.404/1976, art. 142, inciso IV, e no Estatuto Social, art. 19, inciso X, para a 111ª Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 4 de setembro de 2025, às 15 horas, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma digital Teams (“Plataforma Digital”) com a seguinte ordem do dia: 1) Deliberar sobre a reversão parcial de reserva de lucros (Reserva para Expansão dos Negócios Sociais) para a distribuição de dividendos intermediários no valor total bruto de R\$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de reais). Informações Gerais: A Proposta da Administração (“Proposta”) contemplando toda a documentação relativa às matérias constantes da Ordem do Dia e outras informações relevantes para o exercício do direito de voto na Assembleia, foram disponibilizados aos Acionistas da Companhia nesta data, na forma prevista na Resolução CVM nº 81/2022, e podem ser acessados através dos websites da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) (www.cvm.gov.br) e da Companhia (ri.ceb.com.br). Consoante o disposto na Resolução CVM nº 70/2022, o percentual mínimo para a requisição da adoção do processo de voto múltiplo é de 4% do capital votante da Companhia. A participação dos acionistas à Assembleia será (a) via boletim de voto a distância. Neste caso, até o dia 29 de agosto de 2025 (inclusive), o acionista deverá transmitir o boletim de voto a distância: 1) ao escriturador das ações de emissão da Companhia; 2) aos seus agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central; ou 3) diretamente à Companhia. Para informações adicionais, o acionista deve observar as regras previstas na Resolução CVM nº 81/2022 e os procedimentos descritos no boletim de voto a distância disponibilizado pela Companhia; ou (b) via Plataforma Digital, pessoalmente ou por procurador devidamente constituído nos termos do artigo 28, §§2º e 3º da Resolução CVM 81, caso em que o Acionista poderá: (i) simplesmente participar da Assembleia, tenha ou não enviado o Boletim; ou (ii) participar e votar na Assembleia, observando-se que, quanto ao Acionista que já tenha enviado o Boletim e que, caso queira, votar na Assembleia, todas as instruções de voto recebidas por meio de Boletim serão desconsideradas. Documentos necessários para acesso à Plataforma Digital: Os Acionistas que desejarem participar da Assembleia deverão enviar para o e-mail ri@ceb.com.br, com cópia para soc@ceb.com.br, com solicitação de confirmação de recebimento, com, no mínimo, 2 dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia 2 de setembro de 2025, os seguintes documentos: (i) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade, demonstrando a titularidade das ações; (ii) instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma da lei, na hipótese de representação do Acionista, acompanhado do instrumento de constituição, estatuto social ou contrato social, ata de eleição de Conselho de Administração (se houver) e ata de eleição de Diretoria caso o Acionista seja pessoa jurídica; e (iii) relativamente aos Acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pela entidade competente. A Companhia reconhece assinaturas eletrônicas com certificado digital emitido pela ICP-Brasil e não exige reconhecimento de firma em procurações. Nos termos do artigo 6º, §3º da Resolução CVM 81, não será admitido o acesso à Plataforma Digital de Acionistas que não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto.

Walter Luís Bernardes Albertoni
Presidente do Conselho de Administração

GOVERNO FEDERAL
CAIXA Seguridade

MINISTÉRIO DA FAZENDA
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

CAIXA SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ 22.543.331/0001-00
NIRE 53.3.0001645-3

EXTRATO DA ATA Nº 226

Reunião Extraordinária do Conselho de Administração
Realizada em 03 de Julho de 2025

I. Data e horário: Em três de julho de dois mil e vinte e cinco, às deztois horas e deztois minutos, iniciou-se a Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da Caixa Seguridade Participações S.A. (“Caixa Seguridade” ou “Companhia”), por meio eletrônico. **II. Convocação:** Os membros foram devidamente convocados para a reunião, conforme prevê o Regimento Interno do Conselho. **III. Votantes:** Conselheiros: HUMBERTO JOSÉ TEÓFILO MAGALHÃES, Presidente; FERNANDO ALCÂNTARA DE FIGUEIREDO BEDA, FRANCISCO EGÍDIO PELÚCIO MARTINS, ILANA TROMBKA, INÊS DA SILVA MAGALHÃES, KAROLINE BUSATTO e WALDEMAR BARGIERI. Assessoramento: Secretária designada: Luciene Afonso de Oliveira Lucena, (...). Esteve disponível para prestar esclarecimentos jurídicos o Senhor Ricardo Baraviera, Advogado (...). **IV. Ordem do Dia:** deliberar sobre: (i) Proposta de programação do orçamento de 2026 da Caixa Seguridade para envio do Programa de Dispêndios Globais (PDG). V. O Conselho de Administração se manifestou conforme segue: (i) Proposta de programação do orçamento de 2026 da Caixa Seguridade para envio do Programa de Dispêndios Globais (PDG): O Conselho de Administração da Caixa Seguridade Participações S.A., no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 28, inciso II, alínea “d” do Estatuto Social da Companhia, nos termos do Relatório Executivo SUTCO/DIRIF nº 135/2025, e considerando a deliberação favorável da Diretoria consignada na Ata nº 488, de 03/07/2025, aprovou por unanimidade a proposta de programação do orçamento de 2026 da Companhia (...). **VI. Encerramento:** Encerrada a votação em 04/07/2025, às 18h22min, foi lavrada a presente Ata pela Secretária que, lida e achada conforme, é assinada por esta e pelos membros do Conselho de Administração da Caixa Seguridade Participações S.A., Fernando Alcântara de Figueiredo Beda, Francisco Egídio Pelúcio Martins, Ilana Trombka, Inês da Silva Magalhães, Karoline Busatto, Waldemar Bargieri, Conselheiros, e Humberto José Teófilo Magalhães, Presidente, passando a constar do arquivo próprio. **ESTE DOCUMENTO CONFERE COM O ORIGINAL LAVRADO EM LIVRO PRÓPRIO.** A Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal certificou o registro sob o nº 2814365 em 08/08/2025.

GOVERNO FEDERAL
CAIXA Seguridade

MINISTÉRIO DA FAZENDA
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

CAIXA SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ 22.543.331/0001-00
NIRE 53.3.0001645-3

EXTRATO DA ATA Nº 224

Reunião Extraordinária do Conselho de Administração
Realizada em 28 de Maio de 2025

I. Data e horário: Em vinte e oito de maio de dois mil e vinte e cinco, às deztois horas e trinta e nove minutos, iniciou-se a Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da Caixa Seguridade Participações S.A. (“Caixa Seguridade” ou “Companhia”), por meio eletrônico. **II. Convocação:** Os membros foram devidamente convocados para a reunião, conforme prevê o Regimento Interno do Conselho. **III. Votantes:** Conselheiros: HUMBERTO JOSÉ TEÓFILO MAGALHÃES, Presidente; FERNANDO ALCÂNTARA DE FIGUEIREDO BEDA, FRANCISCO EGÍDIO PELÚCIO MARTINS, ILANA TROMBKA, INÊS DA SILVA MAGALHÃES, KAROLINE BUSATTO e WALDEMAR BARGIERI. Assessoramento: Secretária designada: Luciene Afonso de Oliveira Lucena, (...). Esteve disponível para prestar esclarecimentos jurídicos o Senhor Ricardo Baraviera, Advogado (...). **IV. Ordem do Dia:** deliberar sobre: (i) Revisão da Política de Transações com Partes Relacionadas da Caixa Seguridade Participações S.A., no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 28, inciso II, alínea “a” do Estatuto Social da Companhia, nos termos do Relatório Executivo SUGRC/DIRIG nº 094/2025, e considerando a deliberação favorável da Diretoria consignada na Ata nº 475, de 20/04/2025, bem como os pareceres favoráveis do Comitê de Auditoria (COAUD) e do Comitê de Transações com Partes Relacionadas (CTPR), consignados nas Atas nº 403, de 14/05/2025 e nº 041, de 21/05/2025, respectivamente, aprovou por unanimidade a Revisão da Política de Transações com Partes Relacionadas da Caixa Seguridade Participações S.A., prevista no art.8º, inciso VII da Lei nº 13.303, (...). **VI. Encerramento:** Encerrada a votação em 03/06/2025, às 12h03min, foi lavrada a presente Ata pela Secretária que, lida e achada conforme, é assinada por esta e pelos membros do Conselho de Administração da Caixa Seguridade Participações S.A., Fernando Alcântara de Figueiredo Beda, Francisco Egídio Pelúcio Martins, Ilana Trombka, Inês da Silva Magalhães, Karoline Busatto, Waldemar Bargieri, Conselheiros, e Humberto José Teófilo Magalhães, Presidente, passando a constar do arquivo próprio. **ESTE DOCUMENTO CONFERE COM O ORIGINAL LAVRADO EM LIVRO PRÓPRIO.** A Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal certificou o registro sob o nº 2796005 em 03/07/2025.



“O que vale na vida não é o ponto de partida e sim a caminhada. Caminhando e semeando, no fim, terá o que colher”
Cora Coralina



Assista à playlist da Capital S/A no Youtube

Fotos: Samanta Sallum



Celina Leão critica assistencialismo do governo federal por não estimular trabalho

Em exercício do cargo de governadora do DF, devido a alguns dias de ausência do governador Ibaneis Rocha de Brasília, Celina Leão afirmou que o país “precisa virar a chave”. “O nosso país tem que passar a prestigiar quem quer trabalhar e não quem não quer fazer nada,

absolutamente nada”, afirmou, referindo-se ao que seria um assistencialismo do governo federal, que desestimula as pessoas a quererem um emprego formal, mesmo tendo oportunidades. Segundo ela, esses programas devem ser destinados para quem realmente

precisa. Celina Leão foi aplaudida após fazer seu pronunciamento na solenidade de abertura do Congresso da Abrasel, em Brasília, na noite de terça-feira. O evento reuniu muitas lideranças empresariais, parlamentares, autoridades e convidados.

Mais incentivos às empresas

O setor de bares e restaurantes soma mais de 1,4 milhão de estabelecimentos no Brasil. Só no ano passado, foram geradas 240 mil novas vagas de emprego. Celina Leão defendeu incentivos ao setor produtivo para criar mais empregos e distribuição de renda.



Beto Pinheiro, Celina Leão e Paulo Octávio

A mola da economia

“O nosso país precisa produzir, dar incentivo, sim, para empresários, exonerar folha de pagamento para quem quer gerar emprego e renda no país. E é isso que eles não estão entendendo. Essa é a mola da economia”, enfatizou, referindo-se ao governo federal com os recentes embates com o setor produtivo com projetos no Congresso sobre redução de incentivos e aumento de IOF. Celina quis fazer o contraponto com o DF. “Nós aqui fizemos um caminho muito diferente do que eles se propõem fazer agora, que é o aumento de impostos”, reforçou.



Eliza Sun Zulato (C) e os filhos Ántichi (E) e Thaiyan, a quarta geração da família à frente do restaurante Grande Muralha, que funciona em Brasília desde 1986, participaram do evento da Abrasel.

Agenda de Ibaneis

Durante esta semana, Celina Leão assumiu a agenda do governador Ibaneis, que está fora de Brasília tratando de assuntos pessoais, segundo a Secom do GDF. Ibaneis não foi à reunião do Fórum dos Governadores em Belém realizada ontem.



Representantes do Congresso e do setor produtivo

A solenidade da Abrasel, na noite de terça-feira, contou com a presença do presidente da Frente de Comércio e Serviços do Senado, senador Efraim Filho; do presidente da Frente de Comércio e Serviços da Câmara dos Deputados, deputado Domingos Sávio; do presidente da União Nacional de Entidades do Comércio e Serviços (Unecs), Leonardo Miguel Severini; do presidente-executivo da Abrasel, Paulo Solmucci; e da senadora Daniella Ribeiro, relatora do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse). O evento teve a presença de governistas e da oposição. A cerimônia reuniu senadores e deputados federais de todo o país, entre eles, Rodrigo Rollemberg.



Rodrigo Freire, Francisco Marinho e Jael Silva

“Não é humilhação você negociar com alguém que pode ajudar o desenvolvimento do país”, diz Paulo Octávio

O presidente do Lide-DF, o empresário Paulo Octávio, foi um dos convidados de honra do evento da Abrasel. Perguntado pela coluna sobre o momento político e econômico do país diante do tarifaço dos EUA, avaliou que o presidente Lula deveria se empenhar mais nas negociações, que é “um político jeitoso” e que saberia negociar. “Eu entendo que o presidente da República, o presidente de um país importante como o Brasil, que está em desenvolvimento, que quer crescer, abrir fronteiras, tem que conversar com todo mundo. Não pode evitar de conversar com A, B ou C. O presidente tem que ir até os Estados Unidos e discutir frente a frente com o presidente norte-americano. Acho que é a missão, acho que é o que todo mundo espera. Não é humilhação você discutir com alguém que pode ajudar o desenvolvimento do país. Não podemos ficar com esse antagonismo entre Brasil e Estados Unidos que não vai construir nada, absolutamente nada”, disse à coluna.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E O MERCADO DE TRABALHO

09.SET
a partir das 14h30

Auditório do Correio Braziliense (SIG Qd. 2. Lt. 340)

A educação profissional tem se mostrado uma das principais portas de entrada para o mercado de trabalho. Para discutir o tema, o **Correio Braziliense**, em parceria com o **Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC-DF)**, reúne especialistas e autoridades para debater os caminhos para uma formação mais eficaz, ágil e conectada com a atualidade.



Leia o QR Code e saiba mais sobre o evento

Realização:

CORREIO BRAZILIENSE

CB Brands

Apoio:

senac Fecomércio Sesc



Camila Pereira Lopes mantinha um relacionamento com seu algoz, William Lopes, há um ano e meio. Ela foi atacada e morta na porta de casa, no Itapoã. O criminoso fugiu, mas acabou preso em flagrante

Morta a facadas pelo companheiro

» DARCIANNE DIOGO
» NATHÁLIA QUEIROZ

Uma mulher foi assassinada a facadas pelo companheiro na porta de casa ontem à noite no Itapoã. É a décima-quarta vítima de feminicídio este ano no Distrito Federal. O **Correio** apurou que a vítima, Camila Pereira Lopes, 28 anos, e o autor, William Lopes, da mesma idade, mantinham um relacionamento há cerca de um ano e meio e moravam em uma kitnet alugada.

Camila era mãe de duas crianças, fruto de outro relacionamento. Enquanto ela estava sentada na calçada de casa, William, que é conhecido como "Pirata", passou encostado no muro e, sem que ela percebesse, aproximou-se e a esfaqueou.

Após o crime, ocorrido por volta das 18h30, William invadiu uma igreja evangélica no Itapoã durante um culto para se esconder, mas foi preso em flagrante pela Polícia Militar (PMDF). "Ao ser DETIDO, ele confessou o feminicídio contra a vítima", disse o sargento Moreira, do 20º Batalhão da PMDF.

Segundo ele, o acusado tem antecedentes criminais por tráfico de drogas e por posse ilegal de arma de fogo.

Marco Viana/TV Brasília



O agressor se aproximou de Camila enquanto ela estava sentada na calçada

Vizinhos disseram ao **Correio** que, na noite anterior, durante uma discussão por ciúme, Camila teria atado fogo às roupas de William. O incêndio levou o proprietário do imóvel a registrar um boletim de ocorrência devido aos danos causados pelas chamas.

O caso é investigado como feminicídio pela 6ª Delegacia de Polícia (Paranoá).

Nathália Queiroz/CB/DA Press



Após o crime, o autor se escondeu em uma igreja, mas foi capturado em seguida

Saiba quem são as vítimas de 2025:

5 de janeiro: Ana Moura Virtuoso, Estrutural
15 de janeiro: Elaine da Silva, Planaltina
24 de fevereiro: Géssica Moreira de Sousa, Planaltina
26 de fevereiro: Ana Rosa Brandão, Cruzeiro
29 de março: Dayane Barbosa, Fercal
31 de março: Maria José Ferreira, Recanto das Emas
1º de abril: Marcela Rocha Alencar, Paranoá

8 de abril: Rosimeire Gomes Tavares, BR-040, Santa Maria
9 de abril: Danúbia Manguiera de Santana, Park Way
19 de abril: Valdete Silva Barros, Sol Nascente
18 de maio: Vanessa da Conceição Gomes, Samambaia
17 de junho: Raquel Gomes Nunes, Recanto das Emas
29 de julho: Cheryla Carvalho de Lima, Samambaia

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Material cedido ao Correio



As imagens de segurança do prédio embasaram o indiciamento

MP denuncia homem que agrediu mulher em elevador

» MARIANA SARAIVA

O empresário Cléber Lúcio Borges, 55 anos, acusado de agredir a companheira dentro de um elevador no Guará, foi denunciado pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) por lesão corporal. A Justiça, no entanto, não descarta a possibilidade de reclassificar a acusação para um crime mais grave, caso surjam novos indícios.

Cléber está preso desde 6 de agosto, quando foi alvo de uma operação da 4ª Delegacia de Polícia (Guará). Cinco dias antes, câmeras de segurança de um prédio na região regis-

traram cenas de violência cometidas contra a companheira. As imagens embasaram o indiciamento no âmbito da Lei Maria da Penha. A prisão preventiva foi mantida pela Justiça.

Na terça-feira, a Polícia Civil do DF divulgou o terceiro indiciamento contra o empresário. De acordo com as investigações, foi comprovada uma denúncia de furto de energia elétrica no depósito de móveis de sua propriedade. Policiais, peritos do Instituto de Criminalística e técnicos da Neenergia estiveram no local e confirmaram as irregularidades, resultando em novo indiciamento.

De acordo com o delegado Marcos Loures da 4ª DP (Guará), responsável pelas investigações, a decisão de não indiciar Cléber por tentativa de feminicídio foi baseada na análise detalhada da ocorrência.

No domingo, ao **Correio**, ele citou diferenças em relação a um crime semelhante ocorrido em Natal, no Rio Grande do Norte, no qual a vítima recebeu 61 socos no rosto mesmo após cair, e o autor foi indiciado por tentativa de feminicídio. "Apesar da brutalidade, aqui a quantidade de golpes foi menor, houve pausas entre as agressões, ele não prosseguiu após a vítima cair, e

embora tivesse uma arma de fogo em casa, muito próxima do elevador, não a utilizou. Esses elementos indicam que não havia intenção de matar", afirmou.

O delegado disse que sua decisão buscou garantir a proteção da vítima sem comprometer a credibilidade da investigação. "Se eu o indicasse por tentativa de feminicídio sem base jurídica sólida, o trabalho perderia força diante do Ministério Público e do Judiciário, e provavelmente não conseguiríamos o mandado de prisão. Meu papel não é defender o suspeito, mas também não é imputar a ele algo que não fez", explicou.

CB.PODER

Simplex pode ficar impagável, alerta empresário

» LUIZ FELLIPE ALVES*

O presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), Paulo Solmucci Júnior, falou ao **CB.Poder** — parceria do **Correio** com a TV Brasília — de ontem sobre o encontro nacional promovido pela entidade para agentes do setor. Aos jornalistas Carlos Alexandre de Souza e Jaqueline Fonseca, ele também abordou a reforma tributária e outras medidas que visam melhorar as condições de empreendedores do ramo, além de iniciativas que estão sendo adotadas para englobar mais empresas no serviço de delivery.

O Congresso da Abrasel — que termina hoje — reúne os principais players e oferece painéis e debates sobre bares e restaurantes de todo o Brasil. O presidente da associação afirmou que o evento é de grande importância para o setor, que está passando por transformações. "Os restaurantes estão mais tecnológicos do que muitas empresas. Até para operar um forno é integrado a um sistema de computador. A ideia do congresso é oferecer e promover essas trocas de saberes para contribuir com o conhecimento coletivo", afirmou.

O presidente da associação também destacou conquistas dos

últimos anos, tais como o desconto de 40% na alíquota, retirada de tributos de gorjeta e delivery — que não eram administrados pela associação. "Estamos esperançosos com essas mudanças. Vivemos de uma forma muito incerta, as regras

Temos mais de um milhão de empresas que operam dentro do Simplex. Se elas crescerem um pouquinho, o imposto fica impagável. Queremos trabalhar em uma solução para permitir que essas empresas cresçam"

não possuem estabilidade", explicou. Outro conceito comentado durante a entrevista foi o Simplex, que, conforme Solmucci, precisa ser adequado para evitar cobranças tributárias mais altas. "Temos mais de um milhão de empresas que operam dentro do Simplex. Se elas crescerem um pouquinho, o imposto fica impagável. Queremos trabalhar em uma solução para permitir que essas empresas cresçam", enfatizou. Essa taxa de operação do Simplex não é ajustada há nove anos, o que, segundo Solmucci, apresenta riscos para o desenvolvimento do setor.

Delivery

Uma das novas configurações do setor é a opção de delivery, que se consolidou durante a pandemia. Um dos problemas dessa alternativa é o que Solmucci define como quase monopólio de um único player. "É uma participação muito grande de uma única empresa.

Bruna Gaston CB/DA Press



Aponte a câmera do celular para assistir a entrevista completa

Fizemos algumas ações para acabar com essa exclusividade, fizemos uma linguagem mais simples para facilitar a entrada de novas empresas", destacou.

Segundo ele, essa medida apresenta resultados positivos, com

empresas de diferentes partes do mundo se interessando em quebrar o monopólio. "Estamos voltando a ter uma concorrência muito saudável. Por exemplo, temos duas marcas chinesas que estão chegando e também outras marcas que estão investindo na diminuição de taxas para atrair clientes", complementou.

O avanço em relação aos deliveries prioriza um serviço melhor para os clientes. Para Solmucci, as taxas de entrega são os principais empecilhos para melhorar os

serviços. "Atualmente, para receber em casa, você paga cerca de 20% a 30% de taxa. Para mudar isso, os restaurantes estão assinando um contrato para cobrar um preço mais justo do alimento, para compensar as altas taxas", detalhou.

Gorjeta

Durante a entrevista, Paulo Solmucci Júnior também falou sobre os diferentes valores de gorjeta que são cobrados pelos restaurantes. Ele assinalou que o valor

é opcional. "Sabemos que há uma pressão psicológica para pagar. Somos um mercado livre e pode ser feita essa cobrança em diferentes valores. Os maiores valores são encontrados em estabelecimentos que estão fora do simples".

O dirigente também apontou projetos para regulamentar o valor cobrado. "Estamos discutindo para retomar esse assunto e colocar a lei em vigor", concluiu.

* Estagiário sob a supervisão de Malcia Afonso



Crônica da Cidade

SEVERINO FRANCISCO | severinofrancisco.df@dabr.com.br

O novo anormal

E eis a última de Trump: agora, ele resolveu dar aulas de segurança pública ao mundo. Ao anunciar o envio da Guarda Nacional e a federalização da polícia de Washington D. C. para combater o crime, Trump exibiu gráficos com dados falsos e citou Brasília como uma das capitais mais violentas do mundo.

O presidente americano disse que Brasília registrou 13 assassinatos para cada 100 mil habitantes, índice quase duas vezes maior que o registrado oficialmente pelo Distrito Federal em 2014, afirma nota enviado ao **Correio** por Sandro Avelar,

secretário de Segurança Pública do Distrito Federal. “Em 2024, tivemos o menor número de homicídios de toda a série histórica do DF, medida desde 1977. Foram 6,9 casos para cada 100 mil habitantes (207 homicídios), número que nos aproxima dos países europeus”.

Nenhuma novidade, Trump falseou os dados descaradamente. Ao instituir a taxa contra o Brasil, Trump também mentiu que havia um déficit em desfavor dos Estados Unidos nas relações comerciais. Na verdade, desde 2009, o Brasil comprou mais do que vendeu dos EUA e acumulou até julho de 2025 um déficit de US\$ 1,67 bilhão, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic).

E, precisamente no momento em que o Brasil sofre um ataque à soberania, um grupo de deputados

arruaceiros tentou obstruir o trabalho do parlamento com métodos que estão fora dos limites republicanos. Mais uma vez, eles colocam os interesses pessoais acima dos interesses do país. Querem a anistia total para os golpistas que tentaram abolir o Estado de Direito e instalar uma ditadura no Brasil.

Enquanto isso, em outra frente, 41 senadores assinaram um pedido de impeachment contra o ministro Alexandre de Moraes, sob a alegação de que ele seria um “ditador da toga”. Em primeiro lugar, é uma mentira e uma covardia, pois todas as decisões do ministro em relação ao inquérito da tentativa de golpe de Estado foram referendadas pelo plenário do STF ou pelos ministros da Primeira Turma.

Basta se lembrar da Turquia, da Venezuela, da Polônia ou da Hungria. Todas as ditaduras começam com o ataque

às supremas cortes. Nisso, não são originais. Mas que ao menos tenham a dignidade de investir contra a instituição e não contra um ministro.

É interessante porque eles não fizeram o mesmo movimento quando as ações e inações do ex-presidente durante a pandemia provocaram a morte de 700 mil pessoas e colocaram o Brasil no ranking de vice-campeão em óbitos, durante a crise sanitária, perdendo apenas para os Estados Unidos do herói dos direitos humanos, Donald Trump.

Os empregos cresceram em uma baixa velocidade com revisões acentuadas para baixo na criação de vagas de trabalho em maio e junho nos Estados Unidos. Trump demitiu Erika Entarfer a funcionária responsável pelo Relatório do Índice de Preços ao Consumidor do Escritório de Estatísticas do Trabalho do Departamento do

Trabalho. Se os fatos desmentem Trump, pior para os fatos. Depois, ele fala que no Brasil há uma caça às bruxas.

Agora, as excelências brasileiras arruaceiras se amotinaram para apoiar Donald Trump. Querem transformar os que cometeram delitos em vítimas. O STF não inventou o golpe. Alguém precisa dizer a Trump que a tentativa de golpe foi acusada, entre outros, por um general do Exército, um coronel do Exército e um brigadeiro da Aeronáutica.

O secretário de Defesa dos EUA compartilhou vídeo com pastores dizendo que mulheres não devem votar. É esse o governo que se arroga o direito de ser o defensor da liberdade e dos direitos humanos no mundo. E que os vira-latas da taba apoiam. É um alerta para que o eleitor não conceda, nas próximas eleições, poder a fichas-sujas com ações criminais na Justiça.

Aniversário da CAIXA Cultural contou com a abertura da exposição *World Press Photo 2025*, que teve fotojornalistas brasileiros entre os premiados. Celebração incluiu novos acordos de cooperação cultural com Iphan e Ibram



Instalação do Museu da Caixa na Matriz em Brasília, em 1979



Visita da Escola Classe 103 Sul ao Museu da Caixa



Idosos da Legião Brasileira de Assistência (LBA), em 1982

45 anos de cultura

» CARLOS SILVA

A CAIXA Cultural Brasília iniciou as comemorações por seus 45 anos de atividades. A abertura oficial contou com cerimônia, obliteração de selos comemorativos pelos Correios, apresentação da cantora Josyara e a inauguração da exposição itinerante *World Press Photo 2025*, que segue em cartaz até 5 de outubro, com entrada gratuita.

Entre os anúncios feitos no evento, o presidente da Caixa, Carlos Vieira, destacou a assinatura de acordos inéditos de cooperação cultural com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram). “Esses acordos reconhecem que nossos espaços são plataformas de divulgação cultural e abrem caminhos para a circulação de acervos públicos do Brasil”, festejou.

A ministra da Cultura, Margareth Menezes, realçou a importância da instituição como referência para a política cultural do país. “Vai muito além de ser uma instituição financeira. Ela é um farol de esperança e inclusão, promovendo cidadania e desenvolvimento humano. Ao apoiar a arte e a cultura, a CAIXA sinaliza a importância que dá ao nosso povo, à sua memória e às suas expressões”, declarou.

Olhares brasileiros

O evento foi impulsionado pela abertura da *World Press Photo 2025*, que celebra seus 70 anos com uma estrutura renovada e premiando três vencedores por categoria em seis regiões do planeta.

O fotojornalista gaúcho Anselmo Cunha, um dos vencedores brasileiros do concurso, relatou a trajetória até registrar a imagem premiada: um Boeing 727-200 cercado pelas águas da enchente no Aeroporto Internacional Salgado Filho, em Porto Alegre. O trabalho teve peso emocional: Cunha cresceu no bairro Moinhos de Vento, um dos mais atingidos pela enchente, e viu a tragédia devastar a região.

“Foi difícil trabalhar nesse cenário, mas era importante registrar para que o mundo soubesse e para que a história não fosse esquecida. A preparação veio da garra e da vontade de mostrar essa realidade”, disse Cunha.

Fotos: Minervino Júnior/CB - Divulgação/CAIXA



A ministra da Cultura, Margareth Menezes, entre os presidentes do Iphan, Leandro Grass, e da CAIXA, Carlos Vieira: “Farol de esperança”



A cerimônia teve como atração musical a cantora Josyara



Raquel Fonseca, produtora cultural: “Trajetória evolutiva e diversa”



André Coelho: feeling para capturar o instante certo da emoção



Anselmo Cunha: garra e vontade de mostrar a triste realidade

Outro premiado do evento, o fotógrafo André Coelho, da agência espanhola EFE, venceu com uma imagem registrada no Engenho, no Rio de Janeiro, durante a final da Libertadores de 2023 — que ocorria em Buenos Aires — quando o estádio foi aberto para torcedores do Botafogo assistirem à partida em telões.

“Era um momento de compartilhar o amor pelo clube com pessoas que nunca tinham se visto antes. Não me interessava fotografar o jogo, mas sim capturar os sentimentos e expressões das pessoas. Não se trata apenas de técnica, mas de ter o feeling para reconhecer o instante certo”, explicou Coelho.

Arte com voz

Em meio às comemorações, a exposição se une à campanha Femicídio Zero, dando visibilidade a imagens que denunciam a violência de gênero e celebram a força feminina. Entre as obras, *Corpos femininos como campos de batalha*, de Cinzia Canneri, e *Terra sem mulheres*, de Kiana Hayeri, ecoam como gritos silenciosos que ninguém pode ignorar.

Para a produtora cultural Raquel Fonseca, esse papel educativo e socialmente engajado do Conjunto Cultural da Caixa é essencial. “O sentimento é de pertencer a uma trajetória marcante, evolutiva, democrática e diversa. A Caixa Cultural promove sem preconceito a cultura que nos identifica, que não só entretém, mas que forma plateia e fortalece nossas raízes culturais — tanto regionais quanto nacionais”, concluiu.

Não perca!

A programação de aniversário segue durante todo o mês, com apresentações musicais, espetáculos teatrais, novas mostras e atividades educativas. Até outubro, a *World Press Photo 2025* reúne 42 projetos vencedores do 68º Concurso Anual, com fotografias de 31 países sobre temas como política, gênero, conflitos, migração e mudanças climáticas.

A CAIXA Cultural oferece visitas mediadas aos sábados e domingos, e, de terça a domingo, das 9h às 20h, visitantes individuais ou pequenos grupos podem solicitar mediações espontâneas na recepção.

ESPORTES

correiobraziliense.com.br/esportes - Subeditor: Marcos Paulo Lima E-mail: esportes.df@dabr.com.br Telefone: (61) 3214-1176

Rebeca Andrade

Rebeca Andrade não disputará o Mundial de Ginástica Artística na Indonésia, de 19 a 25 de outubro. A paulista de 26 anos estende o período sabático após a Olimpíada de Paris-2024, com foco em controlar a carga e cuidar do corpo para chegar bem em Los Angeles-2028. A informação foi confirmada pelo treinador Francisco Porath, ao portal GE. Um dia antes, a ginasta, marcada por múltiplas lesões e cirurgias, havia confirmado que não disputaria mais provas de solo, devido ao desgaste.

No último dia de competições na ginástica rítmica, Sarah Ferreira Mourão dá show no Pan Júnior, sobe ao pódio três vezes em Assunção e totaliza quatro de cinco conquistas possíveis. Próxima parada será na capital federal, nos Jogos da Juventude

Escala brilhante rumo a Brasília

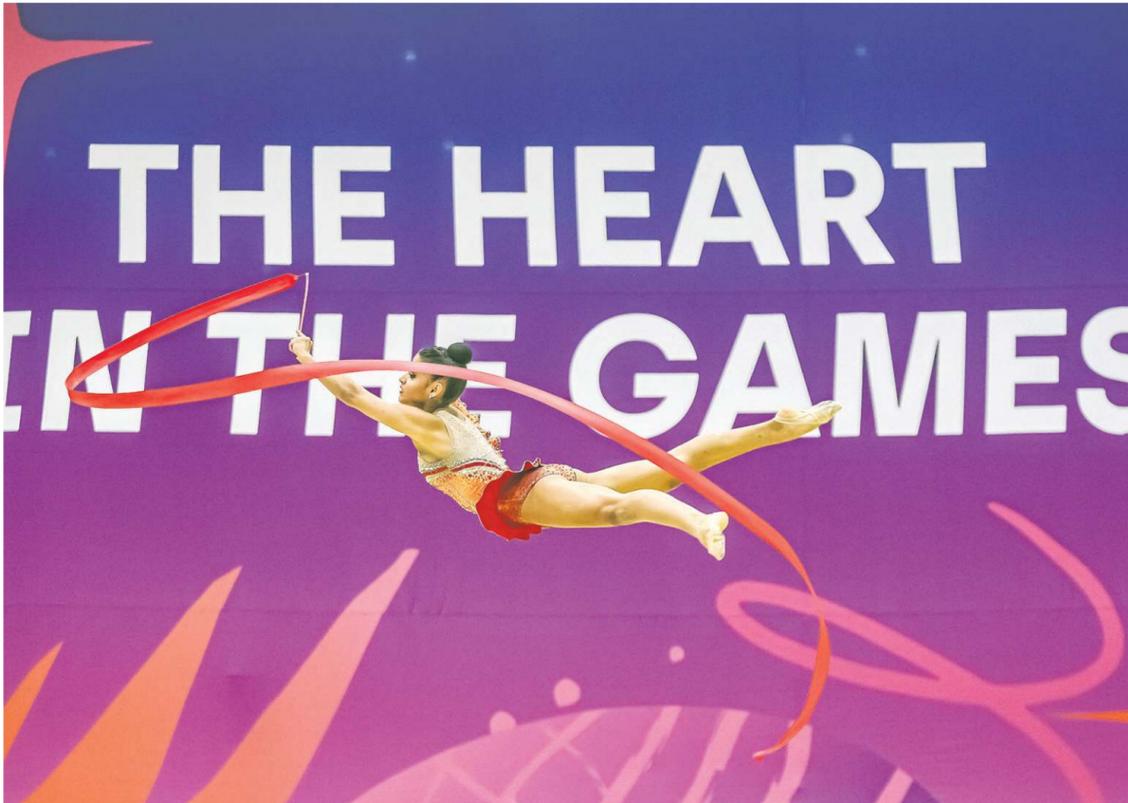
Ana Patrícia/COB

DANILO QUEIROZ
Enviado especial

Assunção — A trajetória do Time Brasil nos três dias de disputas da ginástica artística nos Jogos Pan-Americanos Júnior de Assunção-2025 foi premiadíssima. Presentes em oito dos nove pódios possíveis, as atletas brasileiras mostraram a força da evolução da modalidade e turbinaram o desempenho no quadro de medalhas do evento. No entanto, um destaque individual saltou aos olhos. Dona de quatro medalhas, três delas conquistas ontem, Sarah Ferreira Mourão foi um show à parte. O brilho na capital paraguaia, inclusive, está com os dias contados para passar por Brasília.

Em setembro, Sarah será uma das participantes dos Jogos da Juventude, marcado para a cidade, de 10 a 25 do próximo mês. No evento, a multimedalhista pan-americana júnior defenderá Minas Gerais. Natural de Belo Horizonte, a atleta costuma participar de competições pelo Colégio Batista Mineiro do município. Na competição organizada pelo Comitê Olímpico do Brasil (COB), os brasilienses terão de perto a oportunidade de assistir ao talento de uma das ginastas responsáveis por encantar o público e os juízes da disputa em Assunção.

Sarah ganhou duas medalhas de prata (maças e fitas) e duas de bronze (geral individual, a única final dela realizada na terça-feira, e bola) em Assunção-2025. O peso das quatro condecorações, utilizadas simultaneamente após a presença no penúltimo pódio do dia na capital paraguaia, parecia não incomodar a ginasta de 15 anos diante da felicidade pelo feito. “A gente consegue encontrar o nosso



O voo de Sarah Ferreira Mourão nos Jogos Pan-Americanos Júnior de Assunção poderá ser replicado em Brasília, nos Jogos da Juventude

melhor. É muito gratificante. O resultado de todo o nosso trabalho em treinos, toda a nossa dedicação, todas as nossas horas de treino. É muito bom, estou muito feliz”, vibrou a mineira, com um sorriso tão brilhante quanto as premiações no rosto.

O tempo de dedicação à modalidade, inclusive, não condiz com a pouca idade de Sarah. A mineira está na ginástica rítmica desde os cinco anos. O primeiro “empurrãozinho” partiu do incentivo de uma amiga. Depois, o gosto pelo esporte fluiu naturalmente até a prática se tornar indispensável na vida e na rotina da atleta. Ela precisa, inclusive, conciliar os estudos com as viagens pelo Brasil e pelo mundo competindo.

Com a temporada a pleno vapor, Sarah tem na passagem por Brasília apenas um de vários

Ana Patrícia/COB



Andriely Cichovicz, Julia Anny, Maria Luísa, Amanda Manente e Alice Medeiros foram campeãs nos cinco arcos

compromissos disponíveis até o fim da temporada da ginástica rítmica. “Este ano, ainda temos três competições. No início de setembro, tem o Campeonato Brasileiro. Depois, tem os Jogos da Juventude, em Brasília, e, por último, o Campeonato Sul-Americano, na Argentina”, compartilhou. O alto número de disputas fará a ginasta chegar ao melhor nível na capital federal. “É sempre bom competir com as melhores, estar no mais alto nível, e com esse nível da competição foi bem difícil”, explicou.

Aposentadoria

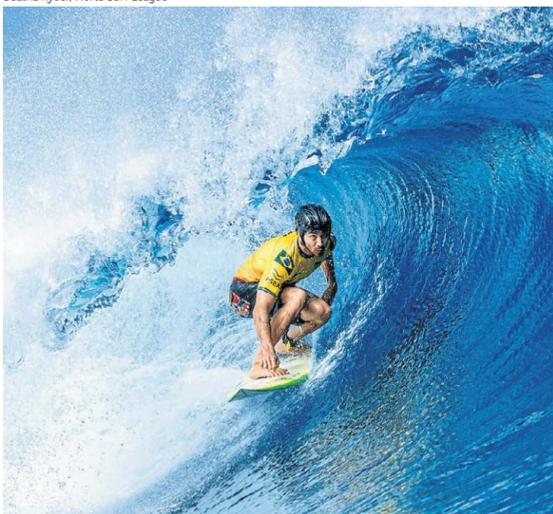
Nas disputas por equipes de ontem, o Time Brasil viveu o dia de aposentadoria de uma trilha responsável por atrair os holofotes para as meninas da ginástica rítmica. Depois de atrair a atenção dos brasileiros e garantir conquistas no Campeonato Pan-Americano Juvenil de Ginástica Rítmica, também no Paraguai, e no Mundial Júnior de Sofia, na Bulgária, a trilha com o tema do game Mario Bros entrou em cena pela última vez. E a despedida foi gloriosa, com o ouro dos cinco aros.

A equipe formada por Andriely Cichovicz, Julia Anny da Cruz, Maria Luísa Albuquerque, Amanda Manente e Alice Medeiros conquistou uma pontuação de 24.550. O México ficou com a prata, com 23.750, e o bronze foi para os Estados Unidos, com 23.250. A participação no último dia de disputas da modalidade nos Jogos Pan-Americanos Júnior de Assunção-2025 rendeu, ainda, um bronze no conjunto cinco maçãs.

“A gente entrou na quadra já pensando: “vai ser a nossa última série do Mario, vamos entrar e ficar felizes”. Essa série foi feita extremamente temática para o Mario, o colant, a coreografia, os passos de dança. Tudo do Mario. A gente fica muito feliz em conseguir ter feito ela hoje e ter marcado essa série tão criativa”, avaliou Maria Luísa Albuquerque. O quinteto reconheceu ter buscado contato com o jogo durante o período de uso da música. “Joguei umas duas vezes”, brincou Amanda Manente.

* O repórter viajou a convite do Comitê Olímpico do Brasil (COB)

Beatriz Ryder/World Surf League



WSL Finals será em Fiji, de 27 de agosto a 4 de setembro, com Yago Dora

SURFE

Yago Dora fica a uma bateria do título em Fiji

VICTOR PARRINI

Cinco dos últimos seis títulos da categoria masculina da World Surf League (WSL), o Circuito Mundial, foram conquistados por brasileiros. A contagem está próxima de aumentar, após Yago Dora confirmar a primeira colocação para o Finals-5, em Fiji, e Italo Ferreira se garantir entre os cinco melhores e na decisão da temporada.

Em busca do troféu inédito da WSL, Yago Dora confirmou a liderança do ranking, mesmo com a eliminação nas oitavas de final para Mihimana Bray,

anfitrião em Teahupoo, no Taiti. O paranaense radicado em Santa Catarina foi beneficiado pela eliminação do sul-africano Jordy Smith, atual número dois do mundo, nas oitavas de final da etapa atual.

Para reivindicar a ponta do ranking, Smith precisava de uma campanha melhor do que a de Dora. Ou seja, ter ido ao menos às quartas de final. A primeira colocação deixa o brasileiro em condição confortável para confirmar o título no fim de agosto. Para isso, precisará vencer apenas uma bateria para faturar o troféu inédito.

Primeiro campeão olímpico do surfe, em Tóquio-2020, Italo Ferreira tem a chance de faturar o bi e encerrar o jejum pessoal. O último título do potiguar de Baía Formosa foi em 2019. Aos 31 anos, credenciou-se à final do Circuito Mundial ao superar o indonésio Rio Waida e avançar às quartas de final em Teahupoo.

Italo Ferreira é o único brasileiro restante na disputa da última etapa antes da decisão pelo título da temporada. Ontem, João Chianca foi eliminado pelo americano Griffin Colapinto.

Este desfecho de temporada da WSL é marcado por novi-

dades. No mês passado, a liga anunciou nova regra, com “benefício” ao líder do ranking. Agora, o título será disputado entre o vencedor do mata-mata e o primeiro colocado da temporada, em bateria única. Em caso de derrota do número um do ano, o título passa a ser em melhor de três, como era anteriormente.

O mata-mata é composto por quatro surfistas, adversários em baterias únicas. O quinto colocado enfrenta o quarto, e o vencedor encara o terceiro. Na sequência, o classificado encara o vice-líder na briga por vaga na decisão.

ESPORTES

LIBERTADORES Palmeiras visita o Universitario-PER pelo mata-mata, com foco na manutenção do aproveitamento perfeito

Para seguir alviverde imponente

Torneio em que o Palmeiras mais tem sido “cascudo” nos últimos anos, a Libertadores retorna, hoje, para o time alviverde, com transmissão da ESPN e do Disney+. Às 21h30, a equipe encara o Universitario no Monumental de Lima, no Peru, palco escolhido para a final da competição, em novembro.

O time de Abel Ferreira foi líder do Grupo G e fez a melhor campanha da primeira fase, com 100% de aproveitamento, ou seja, com 18 pontos conquistados, o que lhe dá o direito de decidir em casa até as semifinais, caso avance até lá. O Universitario terminou em segundo lugar no Grupo B, com oito pontos, atrás do River Plate.

O duelo em Lima ocorre após frustrações seguidas do Palmeiras, que caiu para o Corinthians, seu maior rival, na Copa do Brasil e vem sendo cobrado pela torcida. A tensão pode ser aliviada com uma vitória na capital peruana.

“Vem sendo um ano atípico do que estamos acostumados, mas isso é consequência do nosso trabalho, da nossa vitoriosa campanha desses últimos anos”, afirmou o lateral Piquerez.

O Universitario é o vice-líder da liga peruana e está invicto há 12 jogos. Não perde há quase três meses, desde 15 de maio, e quer aproveitar a fase ruim do Palmeiras. Nunca houve momento tão oportuno, entendem jornalistas e torcedores do time peruano, para a equipe de Lima surpreender o rival brasileiro.

O Palmeiras ganhou cinco das seis partidas que disputou contra o Universitario na Libertadores. Será a primeira vez que se enfrentam em um confronto eliminatório.

Botafogo

Em alta após golear o Fortaleza por 5 x 0 pelo Campeonato Brasileiro, o Botafogo volta a campo pela Copa Libertadores. De olho no bicampeonato, vai enfrentar a LDU do Equador, no Estádio Nilton Santos, hoje, às 19h. O Paramount+ transmite.

O time comandado por Davide Ancelotti vem crescendo de rendimento em um momento importante da temporada. Isso dá esperança de emplacar uma sequência de resultados positivos para brigar pelos títulos

que ainda estão em disputa.

O time vai ficar reforçado com o retorno do volante e capitão Marlon Freitas. Ele sofreu um choque de cabeça com Laquintana diante do Bragantino, na semana passada, e precisou ficar fora diante do Fortaleza para cumprir o protocolo de concussão. De volta aos treinos, ele está à disposição da comissão técnica.

O zagueiro Alexander Barboza e o volante Allan também estão disponíveis depois de cumprir suspensão no Brasileiro. Apenas o defensor deve ser titular, enquanto o meio-campista ficará como opção no banco de reservas. O goleiro Neto, contratado após rescindir seu vínculo com o Bourmemouth-ING, foi inscrito na Libertadores e provavelmente estará entre os relacionados.

O técnico da LDU é o brasileiro Tiago Nunes, que dirigiu o Botafogo entre novembro de 2023 e fevereiro de 2024. Ele não deixou saudade na torcida carioca, mesmo porque o clube o demitiu para contratar Artur Jorge, que conduziu o time aos títulos do Brasileiro e da Libertadores.

Cesar Greco/Palmeiras



»Sul-Americana

O Atlético-MG inicia hoje, às 19h, na Arena MRV, em Belo Horizonte, a disputa das oitavas de final da Copa Sul-Americana contra o Godoy Cruz, da Argentina. O duelo marca o reencontro do clube com o torneio continental após a dramática classificação sobre o Atlético Bucaramanga, nos pênaltis, na fase de playoffs. No Atlético, a grande esperança de gols é Hulk, poupado na última rodada do Brasileirão contra o Vasco. Já o atacante Dudu pode ser opção no banco de reservas. “É um jogo que exige concentração total. Vamos ter que ser inteligentes e aproveitar o fator casa”, alerta o treinador.

Autor do gol da vitória de virada sobre o Ceará no domingo, Vitor Roque deve manter a titularidade

CORINTHIANS

O Corinthians apresentou ontem o único reforço desta janela de transferências: o atacante Vitorino. O jogador pediu paciência à torcida e disse precisar de tempo para poder estreiar pela equipe paulista. Ontem, o centroavante Yuri Alberto passou por uma cirurgia depois de sofrer fortes dores abdominais.

VASCO

João Victor, zagueiro do Vasco, está vendido ao CSKA Moscou da Rússia. Apesar das tentativas do Vasco para melhorar os termos da oferta inicial de 4 milhões de euros, o clube fechou a transação por cerca de 5 milhões de euros, mantendo ainda 25% dos direitos sobre uma possível venda do jogador revelado pela base.

BRAGANTINO

O lateral-esquerdo Vanderlan, revelado na base do Palmeiras, é o mais novo contratado pelo Red Bull Bragantino. “Quando o meu empresário disse que a proposta viria, não pensei duas vezes. Aceitei na hora”, afirmou o jogador de 22 anos depois da oficialização do acordo entre os times no site do clube do interior paulista.

GRÊMIO

O Grêmio desistiu da contratação de Roger Guedes. O empresário Marcelo Marques confirmou, ontem, o encerramento da negociação com o Al Rayyan. O Grêmio formalizou a proposta ao clube do Catar nas últimas semanas, mas os responsáveis pelo Al Rayyan não responderam.

MANCHESTER

O goleiro Gianluigi Donnarumma está muito próximo de ser mais uma atração do badalado futebol inglês. De saída do PSG, por uma opção do técnico Luis Enrique, o italiano tem um acordo para reforçar o Manchester City após aprovação do treinador catalão Pep Guardiola. O titular, hoje, é o brasileiro Ederson.

SUPERCOPA

A temporada 2025/26 do futebol europeu começou da mesma maneira que terminou a passada: com o favorito PSG erguendo taça. O time francês derrotou o Tottenham por 4 x 3 nos pênaltis depois de um empate por 2 x 2 no tempo regulamentar da Supercopa da Uefa. O tira-teima opôs os campeões da Champions League e da Europa League.

VEM AÍ

O PRÊMIO CORREIO BRAZILIENSE CASACOR \ BRASÍLIA EDIÇÃO 2025

A mostra que celebra o melhor da arquitetura, do design de interiores e do paisagismo está de volta!

Em sua nova edição, a **CASACOR Brasília** abre as portas no dia **13 de agosto**, na **Casa do Candango**, com 51 ambientes assinados por 58 profissionais – nomes consagrados e novos talentos unidos pelo tema **“Semear Sonhos”**.

Em breve, você poderá votar e reconhecer os projetos que mais inspiram, emocionam e transformam.

Prepare-se para participar de uma escolha que valoriza o que há de mais criativo.

HORÓSCOPO

www.quiroga.net // astrologia@oscarquiroga.net

POR OSCAR QUIROGA

Data estelar: Lua Vazia até 10h21 HBr. Acordar com a Lua Vazia não é o melhor cenário, porque se supõe que a passagem do sono para a vigília traga motivação suficiente para nos lançarmos à aventura de fazer acontecer nossas pretensões, isto é, desde que não estejamos tomados por desânimo cruel ou depressão. A Lua Vazia, porém, não oferece fundamento para a produtividade, ao contrário, incentiva a viagem interior, ao fundo de nossas almas em busca de significado e também de respostas para nossos dilemas. Não há garantia de encontrarmos as respostas, mas há certeza de que através de orações fervorosas, meditação ou de simples reflexões, que são atividades subjetivas, nós possamos encontrar amparo e esperança, tendo sempre o cuidado de que, em nossa aventura subjetiva, não nos enredemos com os argumentos da ansiedade e do desânimo.

ÁRIES 21/03 a 20/04

As boas intenções que ficam no mundo dos sentimentos abstratos pavimentam o caminho do inferno, porque produzem expectativas que, pela falta de realização, se transformam em frustração. Não deixe isso acontecer.

TOURO 21/04 a 20/05

Melhor não esperar que as pessoas façam a parte delas enquanto você apenas as monitora, porque nesta parte do caminho, se você quiser que algo seja bem feito, melhor tomar as rédeas e agir por conta própria. Melhor.

GÊMEOS 21/05 a 20/06

No meio de conversas aparentemente banais e sem importância alguma, a alma consegue ter ideias muito interessantes. É preciso se apressar para registrar essas ideias, porque senão elas passam sem deixar rastros.

CÂNCER 21/06 a 21/07

Aparentemente está tudo certo, mas o mundo continua incerto, o que configura um contraste difícil de entender. Entre os sentimentos que sua alma preza e a percepção das circunstâncias complicadas, aí está o jogo.

LEÃO 22/07 a 22/08

Se todas essas conversas maravilhosas se transformassem em questões práticas, os avanços seriam colossais. Porém, infelizmente as pessoas têm essa tendência a prometerem muito além do que conseguem realizar. É assim.

VIRGEM 23/08 a 22/09

A falta de recursos materiais é equilibrada pela quantidade de boas ideias que circulam pela sua alma, as quais, mesmo não produzindo efeitos imediatos, ainda assim precisam ser devidamente valorizadas. São úteis.

LIBRA 23/09 a 22/10

Sobram argumentos para discutir com certas pessoas, mas melhor seria deixar de lado essas condições e se focar no que realmente interessa, que é colocar em prática um mínimo de tudo que vem sendo conversado.

ESCORPIÃO 23/10 a 21/11

Pessoas de confiança são muito raras, e agora você precisa delas mais do que nunca. Elas estão misturadas com as pessoas que não merecem nenhuma confiança e, por isso, não será fácil você as selecionar. É por aí.

SAGITÁRIO 22/11 a 21/12

De vez em quando acontece como agora, em que as palavras e os fatos encontram convergência e tudo se realiza na velocidade do pensamento. É isso que sua alma gosta, mas não é assim que as coisas funcionam.

CAPRICÓRNIO 22/12 a 20/01

Como a gente erra mais do que acerta, o misterioso destino se aproveita dessa dinâmica para indicar o que seja melhor através de nossos erros. Não é uma questão de aprendizagem, mas de discernimento. É por aí.

AQUÁRIO 21/01 a 19/02

Quando as pessoas agem tomadas de boa vontade, nem sempre os resultados são positivos, às vezes elas produzem trapalhadas em vez de soluções. Porém, a boa vontade há de ser valorizada sempre, tratada com respeito.

PEIXES 20/02 a 20/03

Por mais que a alma sinta um tanto de medo ao perceber que se enfiou numa trama complexa de relacionamentos e interesses, o medo não há de ser considerado uma profecia de que tudo vai dar errado. Pelo contrário.

MÚSICA

Divulgação



Célia Porto e Rênio Quintas Trio se apresentam no Teatro dos Bancários

Raízes candangas

» AUGUSTO SANTOS

O projeto Raízes Musicais realiza, nesta sexta-feira, às 20h, no Teatro dos Bancários, o segundo espetáculo da temporada, reunindo no palco a cantora Célia Porto e o maestro Rênio Quintas.

O projeto busca valorizar artistas com trajetória sólida, reconhecidos no Brasil e no exterior, mas que muitas vezes encontram barreiras para se apresentar na própria cidade. Mais do que uma programação cultural, a iniciativa se propõe a ser um manifesto pela escuta atenta, pelo fortalecimento da produção artística brasiliense e pela criação de espaços que recebem tanto novos talentos quanto músicos que carregam décadas de pesquisa e contribuição estética.

A apresentação promete uma imersão na música brasileira a partir de uma perspectiva singular, unindo a força interpretativa da arte-educadora Célia Porto à sofisticação musical de Rênio Quintas. O repertório reúne composições próprias e obras de criadores ligados afetivamente a Brasília, com arranjos que valorizam a fusão de estilos, transitando entre a MPB e a música instrumental. Parte dessas canções está registrada nos álbuns: As Canções e Palhaço Bonito.

No palco, Rênio Quintas assume o teclado, ao lado de Genaldo Mendonça no

baixo e Stive Marta na bateria, formando a base instrumental que sustenta a interpretação marcante de Célia Porto. Reconhecida pela capacidade de imprimir emoção e identidade às músicas que canta, Célia construiu, ao longo de mais de três décadas, uma carreira que transita por diferentes vertentes da MPB, incluindo homenagens a artistas como Caetano Veloso, Tom Jobim e Renato Russo, sem abrir mão de sua própria produção autoral.

Com formação erudita e vasta experiência como compositor e diretor musical, Rênio Quintas também é responsável por projetos que fortalecem e divulgam a música produzida em Brasília. Para ele, o Raízes Musicais é mais do que uma programação cultural: "Este projeto é um manifesto que convida à escuta cuidadosa, reconhece a importância da criação artística local e garante que músicos, sejam eles jovens talentos ou nomes experientes, tenham espaço para apresentar seu trabalho ao público", afirma.

* Estagiário sob a supervisão de Severino Francisco

CÉLIA PORTO E RÊNIO QUINTAS TRIO

Nesta sexta-feira (15/8), às 20h, no Teatro dos Bancários, 314/315 Sul.

CRUZADAS

Campeão brasileiro em 2021 (fut.)	▼	▼	Título divino que exprime soberania ímpios, para os religiosos extremistas	Agentes da chuva ácida	Intransitivo (abrev.)	Evento como o de 11/09/2001 (EUA)	▼	Francisco de (?), santo católico
Usuário contumaz do cigarro	▶			▼	▼			▼
Grupo que demanda atenção na vacinação da covid-19	▶							
(?) Niño, fenômeno climático	▶		Leste, em francês	▶		Setor de doentes graves no hospital		
Obra de Graciliano Ramos (Lit.)		Rua, em francês	Armadilha	▶	A rua com pouco movimento	▶		
	▶	▼			▼			
Extensão de nomes de sites (internet)	▶			Iguaria do interior de ovos de Páscoa		Código aeroportuário de Brasília		Grande, em "hepatomegalia"
Ozualdo Candeias, cineasta paulista	▶		À (?): a maneira de viver do ocioso	▶		▼		▼
Tecido acolchoado de roupas de cama	▶		▼					
Pavimentos de edifício		Camada de tecido conjuntivo da pele		(?) Bordosa, criação de Angeli		Defeito em um programa (Inform.)	▶	
	▶	▼		▼		Agastar; enfurecer		
Eliane Elias, pianista paulistana	▶		(?) Miralles, arquiteto espanhol	▶		▼		Todavia
Guerrilha irlandesa extinta em 2005	▶			(?) Carioca, personagem de Disney		Órgão alvo dos diuréticos (Med.)	▶	▼
	▶			▼				
Guardada; embalada			Escreva perito na lei mosaica (Bíblia)	▶				
Oersted (símbolo)	▶							

BANCO 3/bug — est — rue — 4/baal. 5/entrc. 6/esdras. 9/lactantes — matelassé.

15

© Ediouro Publicações — Licenciado ao Correio Braziliense para esta edição

DIRETAS DE ONTEM

R	E	S	H	E	E	R	A	N
I	S	A	U	R	A	P	O	
V	L	A	C	P	I	T		
V	I	E	T	N	A	M	I	T
N	N	O	D	A	C	A	R	
D	O	L	O	C	A	L		
M	I	L	H	O	V	E	R	D
C	A	E	R	E	R	O	S	
A	T	A	Z	E	R	A	R	B
A	T	E	R	R	O	A	R	E
O	V	O	P	E	R	A	S	E
M	I	N	I	S	S	E	R	I
O	T	E	L	O	A	L	G	

SUDOKU DE ONTEM

9	5	1	4	7	6	3	8	2
8	7	4	9	2	3	6	5	1
3	2	6	1	8	5	9	7	4
5	6	3	2	1	4	7	9	8
2	4	8	7	3	9	5	1	6
7	1	9	5	6	8	2	4	3
6	8	7	3	5	1	4	2	9
4	3	5	8	9	2	1	6	7
1	9	2	6	4	7	8	3	5

#FaçaCoquetel

Assine e receba no conforto da sua casa!

www.coquetel.com.br

Assine agora!

COQUETEL

TANTAS Palavras

POR JOSÉ CARLOS VIEIRA

SEM LAMENTO

Não mais lamente um antigo amor
Amores passados não são mais
Do que uma terna lembrança
Ou o gosto amargo que ficou

Pense no dia de hoje
No brilho do olhar de agora
Nas sombras das árvores no chão
Nos raios que se projetam no ar

Pense no amor que sobreviveu
À decepção e à dor
E ainda guarda o sorriso intacto
Nos momentos mais necessários

Climério Ferreira

ESTA SEÇÃO CIRCULA DE TERÇA A SÁBADO/ CARTAS: SIG, QUADRA 2, LOTE 340 / CEP 70.610-901

SUDOKU

7						5		
3	8					1		
1				8	9			3
				7	8			
		9			1		4	
5	1				6		2	
				4		6		
4				9	3			2
					2		1	

Grau de dificuldade: médio

www.cruzadas.net

Diversão & Arte

A HORA DO ESPANTO

JUNTO COM OS ESPERADOS SUSTOS DO GÊNERO DE TERROR, CHEGAM POTENTE ÀS TELAS, PELO INCREMENTO PSICOLÓGICO E GATILHOS DE MEDO:
A HORA DO MAL



A hora do mal: múltiplos personagens

Foto: Warner/Duqgash

» RICARDO DAEHN

"A família é importante" é uma das falas, entre pais dos mais aflitos, que impulsiona a trama do mais novo filme de terror do cineasta Zach Cregger, *A hora do mal*, antes celebrado pelos méritos da estreia em *Noites brutais* (2022). Agora, numa trama de amplo apelo sobrenatural, ele se consagra pela lida imediata e desmedida de traços exagerados. Independentemente da origem desconhecida das forças alinhadas no enredo em que um grupo de 17 pequenos estudantes desaparecem, a capacidade narrativa do diretor se projeta. Com alguns espaçados problemas no roteiro, Cregger traz personagens sólidos, numa história bastante ramificada, mas que mantém uma linha coerente. Num misto de paranoia e alcoolismo, a professora da criança abduzida, Justine Gandy (Julia Garner, em mais um destaque, depois de ser a Surfista Prateada) é das que mais sofre, junto com o menino que, afortunadamente, ficou para trás, na debandada aparentemente involuntária dos colegas, o também vitimizado Alex (Cary Christopher).

Haverá muitos sustos, com as inesperadas entradas de personagens com olhos proeminentes e aterradores, como no caso de Marcus (Benedict Wong) o diretor da escola problemática, que até pode ter as feições do lunático protagonista do clássico *Oldboy*. Volta e meia, o longa adota a trajetória de policial, até porque o policial Paul (Alden Ehrenreich, de *Han Solo: Uma história Star Wars*) está conectado à professora. Armas, do título original, faz referência a potenciais objetos com a função espalhados pela trama: de injeções a tesouras, passando por arma de fogo até inocentes garfos. A esfera simbólica de armas pesa fortemente.

Nas câmeras, há especulação de um comportamento em massa de crianças teleguiadas. Dados de autonomia, independência e fatores hostis circundam os tipos dispostos no enredo. O diretor



Zach Cregger traz a interessante capacidade de concentrar, ainda que com pontas do enredo dispersas, e paradoxalmente, há unidade coesa na dinâmica que mantém interesse do público a mil por segundo. Na tentativa da elaboração de um luto comunitário, o roteiro (do diretor) faz questão de apontar a geral incapacidade e o descaso das autoridades em solucionar o caótico quebra-cabeças, um incômodo geral na comunidade. Tema, aliás, que Cregger abordou previamente em *Noites brutais*. Limites ultrapassados de violência se avolumam, num crescente.

Sistematicamente, fica clara a proposta da associação da temática com práticas esotéricas (até mesmo o triângulo, ilustra artes do longa que explora vertentes de energia interpe-soal) e alguns acenos ao clássico *Psicose*. Junto com desleixo policial, *A hora do mal* enfatiza elementos encavalados como a solidão, representada por Alex (e ainda a personagem da veterana Amy Madigan, já indicada ao Oscar, há 40 anos, por *Duas vezes na vida*), e o ciclo parasitário dos cordyceps, fungos, com um quê de conexão ao sumiço das crianças.

US\$ 38 MILHÕES

É O ORÇAMENTO DO FILME *A HORA DO MAL*, QUE CONQUISTOU O TOPO DAS BILHETERIAS AMERICANAS

DEBATE

O FUTURO DO JORNALISMO CULTURAL

» BEATRIZ LAVIOLA

O jornalismo cultural está morrendo? Essa pergunta provocadora inspirou o Ciclo sobre Jornalismo Cultural: Crônica de uma morte anunciada?, que será realizado hoje e amanhã, na Caixa Cultural de São Paulo. O evento visa promover reflexões sobre os desafios, tensões e alternativas para o jornalismo cultural. Para José Manuel Diogo, o curador do evento, o jornalismo cultural é a última trincheira contra a banalização da inteligência: "É nele que a sociedade depura o ruído, preserva a memória e encontra ferramentas para compreender o que realmente importa. Sem esse espaço, corremos o risco de viver num presente sem raízes e num futuro sem direção".

Serão realizadas quatro mesas de debate com oito convidados, entre jornalistas, escritores e criadores de conteúdo. Os mediadores das conversas serão Daniella Zupo,

jornalista, escritora e documentarista, e José Manuel Diogo, jornalista português também curador do evento.

As mesas de debate trarão à tona temas como os impactos da inteligência artificial, dilemas éticos, os desafios da representatividade, o impacto dos algoritmos e o futuro do jornalismo cultural. "Em tempos de mudanças tão aceleradas, criar espaços para pensar coletivamente o futuro da nossa profissão é essencial", reflete a jornalista Eliane Trindade, uma das convidadas do evento. Tanto Eliane quanto José expressam suas expectativas acerca do evento. Eliane revela que espera refletir sobre os caminhos do jornalismo diante das novas tecnologias, e reafirmar os valores que não mudam: apuração, ética e compromisso com o leitor. Já José diz: "Espero que ele funcione como um ponto de inflexão. Que ele possa reunir o público em torno de uma pergunta vital: como reinventar o jornalismo cultural sem abrir mão de sua alma?"

Divulgação



José Manuel Diogo, jornalista português e curador do evento Ciclo sobre Jornalismo Cultural: Crônica de uma morte anunciada?"

Em relação à pergunta norte do evento "Jornalismo Cultural: Crônica de uma morte anunciada?", o curador responde: "Acredito que o jornalismo cultural não está morrendo, mas atravessando um processo profundo de metamorfose. Vivemos uma era em que os modos de produção e difusão da cultura mudaram radicalmente, e o jornalismo precisa acompanhar esse ritmo sem perder sua função crítica e curadora. Num mundo dominado pela pressa e pela lógica dos algoritmos, o jornalismo cultural deve assumir-se como contracorrente: um lugar de resistência, onde a reflexão se sobrepõe à velocidade e a cultura é tratada como um bem essencial, não como mercadoria descartável".

O uso da inteligência artificial na produção de textos jornalísticos será um dos temas em voga no evento. Eliane afirma que ela já está transformando a forma como produzimos, distribuímos e

consumimos conteúdo, mas que pode ser útil em certos pontos. "Acredito que a essência do jornalismo cultural, que é o olhar crítico, a interpretação sensível, continua sendo humana. O desafio é usar a IA como aliada, sem abrir mão da autoria e da credibilidade".

*Estagiária sob a supervisão de Severino Francisco

CRÔNICA DE UMA MORTE ANUNCIADA – O JORNALISMO CULTURAL ESTÁ MORRENDO?

Nesta quinta-feira e sexta-feira, das 10h às 13h, na Caixa Cultural São Paulo – Praça da Sé. Transmissão pelo Canal da Caixa Cultural no Youtube



Foro especial, tema longe do consenso

Ana Maria Campos
Maria Eduarda Lavocat

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que propõe o fim do foro por prerrogativa de função — o chamado foro privilegiado — voltou ao centro do debate na Câmara dos Deputados após a obstrução promovida pela oposição no Congresso na última semana. Apresentada em 2013 pelo então senador Álvaro Dias (PV-PR), a medida busca restringir de forma drástica o alcance do foro especial.

A proposta foi aprovada pelo Senado em 2017, com ampla concordância, mas permaneceu parada por anos na Câmara, aguardando inclusão na pauta de votação. Nos últimos meses, o tema voltou a ganhar destaque, impulsionado por investigações e julgamentos envolvendo o ex-presidente Jair Bolsonaro e os casos envolvendo suspeitas de irregularidades na liberação de emendas parlamentares. Deputados e senadores passaram a defender a PEC como estratégia para transferir processos para a primeira instância e se blindar do rigor dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

Atualmente, cerca de 55 mil autoridades no Brasil têm acesso ao foro privilegiado, que garante julgamento apenas por tribunais superiores, inclusive para crimes comuns — ou seja, delitos que podem ser cometidos por qualquer pessoa, sem relação com o cargo ocupado. O foro por prerrogativa de função já foi considerado um privilégio, daí o motivo de ser popularmente chamado assim. Nos tribunais superiores, as denúncias andam com mais lentidão e exigem aprovação do colegiado para serem instauradas as ações penais. Hoje, políticos consideram a regra desfavorável por perder instâncias de recursos.

O advogado e professor de direito Alexandre Knopfholz explica que o foro privilegiado é a possibilidade de determinadas autoridades serem julgadas diretamente por tribunais superiores, e não pela Justiça de primeira instância. “Essa competência especial não é um privilégio pessoal, mas sim uma prerrogativa de função: existe em razão do cargo, não da pessoa que o ocupa”, afirma.

Segundo ele, a justificativa para essa prerrogativa é proteger ocupantes de cargos de alta relevância, como presidente, governadores, senadores ou ministros, de pressões políticas indevidas. “A ideia é que um juiz de primeira instância, ao julgar um presidente da República, por exemplo, poderia sofrer influências externas que comprometessem sua imparcialidade”, explica.



A PEC extingue o foro especial para crimes comuns e, para isso, altera os artigos 5º, 37, 96, 102, 105, 108 e 125 da Constituição Federal, além de revogar o inciso X do artigo 29 e o §1º do artigo 53, que garantiam foro privilegiado a autoridades municipais e parlamentares. O benefício seria mantido apenas para cinco cargos: presidente da República, vice-presidente, presidentes da Câmara e do Senado e presidente do Supremo Tribunal Federal.

Knopfholz ressalta que o tema é historicamente instável no Brasil. Nos últimos 20 anos, o STF mudou de entendimento pelo menos cinco vezes, passando por súmulas editadas na ditadura, alterações legislativas e reviravoltas jurisprudenciais. Em 2018, por exemplo, no julgamento da Ação Penal 970, o ministro Luís Roberto Barroso restringiu o foro a crimes cometidos no exercício e em razão do cargo. Mais recentemente, no caso envolvendo Bolsonaro, o Supremo voltou a alterar sua interpretação, o que gerou insegurança jurídica.

Segundo o advogado, para os defensores da PEC, o foro privilegiado é um privilégio injustificado, pois cidadãos comuns enfrentam todo o processo desde a primeira instância, enquanto autoridades começam diretamente nos

tribunais superiores. Já os críticos veem motivação política imediata: caso aprovada, investigações contra Bolsonaro que ainda não tramitam no STF poderiam ser remetidas à primeira instância, afastando o caso da Corte.

Apesar disso, o ex-presidente não seria beneficiado de forma imediata. A PEC não tem efeito retroativo, e processos já instaurados no STF permaneceriam na Corte. Para que Bolsonaro pudesse ser julgado por instâncias inferiores, seria necessário aprovar uma nova alteração que garantisse retroatividade, medida que enfrentaria forte resistência política e jurídica.

Knopfholz defende um modelo intermediário: manter o foro especial apenas para crimes de responsabilidade cometidos durante e em razão do cargo, com a prerrogativa cessando junto com o mandato. “Essa foi a linha seguida pelo STF na Ação Penal 970 antes da recente mudança. Limitar o foro dessa forma preserva a proteção institucional necessária, sem transformá-lo em um escudo para delitos comuns ou sem relação com as funções do cargo”, conclui.

No caso da denúncia da tentativa de golpe que deverá ser julgada até o fim de setembro — a defesa de Bolsonaro entregou ontem as alegações finais — a mudança nas regras do

foro não tirariam a competência do STF para julgamento. O processo tramita na Corte porque o STF é vítima dos atos golpistas. O artigo 43 do Regimento Interno do STF, que tem força de lei, prevê que se ocorrer infração penal em sua sede ou dependências, o presidente deve instaurar inquérito.

A Primeira Turma também afastou a preliminar de incompetência do Supremo para julgar o caso por ausência de autoridade com foro na Corte. Por maioria, os ministros consideraram que a jurisprudência do STF é de que, nos crimes praticados no exercício do cargo e em razão das funções, a prerrogativa de foro se mantém mesmo após o afastamento da autoridade, ainda que o inquérito ou a ação penal sejam iniciados depois do fim do exercício do cargo.

O ministro Alexandre de Moraes, relator do processo, ressaltou ainda que o STF reafirmou sua competência para processar e julgar todos os casos relacionados à tentativa de golpe de Estado e ao 8 de janeiro em 1494 ações. O ministro Luiz Fux ficou vencido, ao defender que a competência do STF para julgar réus que não exercem função pública não é tema pacífico na Corte.

Data Venia



Ana Maria Campos
camposanamaria5@gmail.com

Brandão e Marluce chegam ao STJ

O plenário do Senado aprovou a indicação do desembargador federal Carlos Augusto Pires Brandão e da procuradora Maria Marluce Caldas Bezerra para integrarem o Superior Tribunal de Justiça (STJ). Carlos Pires Brandão, indicado para a vaga decorrente da aposentadoria da ministra Assusete Magalhães, teve 63 votos a favor e um contra, com uma abstenção. Maria Marluce Caldas Bezerra, indicada à vaga aberta com a aposentadoria da ministra Laurita Vaz, recebeu 64 votos favoráveis e nenhum contrário, havendo uma abstenção. Vários ministros do STJ, inclusive o presidente da Corte, Herman Benjamin, acompanharam a sabatina na CCJ do Senado na manhã de ontem.

Muda o perfil no comando do STF

Nelson Jr./SCO/STF



Sai um ministro comunicativo, midiático, habilidoso com as palavras, que gosta de música e de se manifestar abertamente sobre temas controversos. Chega um magistrado sério, discreto, mais formal, que prefere expressar suas posições nos autos e sempre atuou com a toga. A mudança de perfil na presidência do Supremo Tribunal Federal (STF) foi formalizada ontem, com a eleição do ministro Edson Fachin, em votação simbólica, para suceder, a partir de 29 de setembro, Luis Roberto Barroso. Atual vice-presidente, Fachin será substituído neste cargo pelo ministro Alexandre de Moraes. Fachin assume também a presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).



Espaço aberto

Na avaliação de quem acompanha o STF, o estilo mais discreto do ministro Edson Fachin pode dar um certo protagonismo ao decano da Corte, Gilmar Mendes, que pode assumir em vários momentos o papel de porta-voz. Não falta personalidade a Fachin, mas o futuro presidente prefere uma postura mais distante dos holofotes.

Recesso democrático



Stephanie Mitchell/Divulgação

Ao participar ontem de palestra no IDP, em Brasília, o cientista político americano Steve Levitsky, autor da obra *Como as democracias morrem*, fez uma crítica ao governo Trump, ao dizer que os Estados Unidos passam por um recesso democrático, e elogiou a postura do STF no 8 de janeiro.

CNJ anula exigência de consulta ao Iphan para registros imobiliários em Sergipe



Arquivo pessoal

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) anulou uma exigência da Corregedoria-Geral de Justiça de Sergipe para que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) seja consultado previamente para o registro de incorporações imobiliários no estado. Em decisão monocrática, o conselheiro Rodrigo Badaró ressaltou a importância da preservação do patrimônio histórico-cultural e proteção ao meio ambiente, mas apontou que uma resolução da Corregedoria não poderia criar obrigações que não estão previstas em lei. A decisão já transitou em julgado.

10 anos no STJ

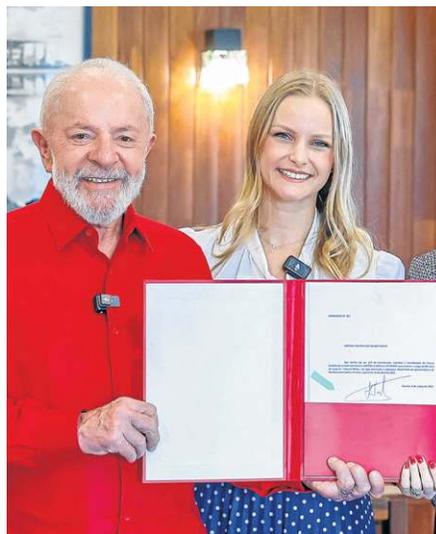
O Espaço Cultural do Superior Tribunal de Justiça (STJ) promoveu, na noite desta terça-feira (12), o lançamento da obra *Liber Amicorum: Homenagem aos 10 Anos do Ministro Reynaldo Soares da Fonseca*. A coletânea é dividida em dois volumes e reúne artigos de profissionais do direito e do serviço público de todo o país. São abordados temas, como garantias processuais, direitos humanos, consensualidade, justiça penal, educação jurídica, meio ambiente, proteção de dados e inovação institucional.



STJ/Divulgação

Críticas na sabatina e aprovação em plenário

A advogada Verônica Abdalla Sterman teve sua indicação como magistrada do Superior Tribunal Militar (STM) aprovada ontem no plenário do Senado, por 51 votos favoráveis e 16 contrários. Antes disso, no entanto, ela passou por momentos de constrangimento na sabatina da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Indicada pelo presidente Lula com apoio da ministra Gleisi Hoffmann, Verônica foi bombardeada por senadores da oposição, especialmente Carlos Portinho (PL-RJ). Ele alegou que a futura ministra apresentou uma falsa informação em seu currículo: o mestrado em direito processual penal na USP. Verônica explicou, já na sua apresentação, que fazia mestrado em 2017, mas não conseguiu defender a tese porque teve problemas pessoais: a doença do pai e uma gravidez de alto risco. Parlamentares aliados, como o senador Renan Calheiros (MDB-AL), ressaltaram que a conclusão do curso não é uma exigência para o cargo. "Ela atende aos requisitos de notório saber jurídico e reputação ilibada", ressaltou.



Ricardo Stuckert / PR

"Com erros e acertos, porque isso faz parte de qualquer instituição composta por seres humanos e exatamente por isso o Judiciário é um órgão colegiado: para que os erros diminuam e uns corrijam os erros dos outros. Mas nós podemos realmente comemorar que a independência e a autonomia dadas ao Judiciário pela Constituição em 1988 garantiram o fortalecimento das instituições e a democracia no Brasil"



Ed Alves CB/DA Press

Ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF)

ENTREVISTA — BARBARA HELIODORA PERALTA, advogada especialista em direito de família

Denunciar para escapar do ciclo de violência

Ana Maria Campos

Entre janeiro e junho deste ano, o Brasil registrou 523.656 novos casos de violência doméstica, segundo dados do Painel Violência Contra a Mulher, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). No mesmo período, foram concedidas 304.131 medidas protetivas a vítimas. Para a advogada Barbara Heliodora Peralta, vice-presidente da Comissão de Relações Familiares do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM) no Rio de Janeiro, os dados são graves, mas refletem

Quais fatores explicam o alto número de casos de violência doméstica registrados no Brasil apenas no primeiro semestre de 2025?

Os 523.656 casos registrados no primeiro semestre de 2025 refletem uma combinação de fatores que não indicam necessariamente um aumento real da violência, mas sim uma melhoria significativa nos mecanismos de registro e conscientização. O principal fator é a redução da subnotificação, resultado de décadas de trabalho educativo de organizações pelos direitos das mulheres. Houve também uma melhoria substancial no acesso à justiça. O tempo médio para análise de medidas protetivas diminuiu de 16 dias em 2020 para apenas 4-5 dias atualmente, com 91% das medidas sendo concedidas. O aprimoramento dos sistemas de registro, como o novo Painel do CNJ, e as melhorias no Ligue 180 facilitaram o acesso das vítimas. Os efeitos duradouros

uma melhoria significativa nos mecanismos de registro com a redução da subnotificação. Com o propósito de ampliar a conscientização das vítimas sobre a necessidade de buscar ajuda enquanto é tempo, a advogada defende que a campanha Agosto Lilás representa uma estratégia importante para combate à violência doméstica. A campanha “Não deixe chegar ao fim da linha. Ligue 180”, que reforça o papel da Lei Maria da Penha como instrumento de proteção e transformação de vidas, tem o apoio do Ministério das Mulheres e entidades da sociedade civil.

da pandemia, que intensificou a convivência forçada entre vítimas e agressores, também influenciam os números atuais.

De que forma a campanha Agosto Lilás contribui para o enfrentamento da violência contra a mulher?

A campanha Agosto Lilás representa uma estratégia multidimensional fundamental para o enfrentamento à violência. Instituída em referência à Lei Maria da Penha, a campanha transcende o aspecto simbólico para se tornar um instrumento concreto de transformação social. Em 2025, adotou comunicação regionalizada e mobilização digital com o mote “Não deixe chegar ao fim da linha. Ligue 180”. A campanha promove conscientização sobre os diferentes tipos de violência, fortalece a rede de proteção por meio de ações como o Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios, e mobiliza múltiplos setores da sociedade. Contribui também para

Divulgação



a formação de profissionais, divulgação massiva do canal 180, e combate a retrocessos legislativos. Mais que uma campanha, é um instrumento de política pública que atua tanto na proteção imediata quanto em transformações culturais de longo prazo.

Quais são os diferentes tipos de violência abordados pela campanha Agosto Lilás?

A campanha aborda os cinco tipos fundamentais da Lei Maria da Penha: violência física (agressões que ofendem a integridade corporal), psicológica (condutas que causam dano emocional e diminuição da autoestima), sexual (atos que constroem a relação sexual não desejada), patrimonial (retenção ou destruição de bens e recursos econômicos), e moral (calúnia, difamação ou injúria). Além destes, a campanha também aborda violência política contra mulheres, violência no ambiente de trabalho, violência institucional, violência digital (incluindo *revenge porn* e *cyberstalking*), e violências específicas considerando interseccionalidades como violência racial, contra mulheres LGBTQIA+ e mulheres com deficiência. Esta abordagem abrangente reconhece que as agressões são multifacetadas e interconectadas, adaptando-se às realidades sociais contemporâneas.

Como funcionam as medidas protetivas concedidas às vítimas de

violência doméstica?

As medidas protetivas são instrumentos preventivos que visam interromper o ciclo de violência e garantir segurança imediata. Podem ser solicitadas pela própria vítima, Ministério Público ou autoridade policial, com prazo de 48 horas para análise judicial. Atualmente, 91% das medidas são concedidas, com tempo médio de resposta de 4-5 dias. Incluem medidas de afastamento (do lar, proibição de aproximação), proteção patrimonial (proteção de bens, alimentos provisórios), e segurança específica (apreensão de armas, monitoramento eletrônico). O descumprimento constitui crime com pena de 3 meses a 2 anos. As medidas funcionam integradas à rede de proteção, com encaminhamento para serviços especializados e acompanhamento do Ministério Público. Podem ser prorrogadas, revogadas ou modificadas conforme a evolução do caso.

Por que é importante divulgar o canal 180 e como ele pode ajudar mulheres em situação de risco?

A divulgação do canal 180 é fundamental porque muitas mulheres desconhecem seus direitos e como acessar ajuda de forma segura. O serviço é gratuito, funciona 24h com atendentes especializados, e está disponível por telefone e WhatsApp. Combate o desconhecimento, quebra o isolamento social das vítimas e reduz a subnotificação. O canal oferece

orientação jurídica sobre a Lei Maria da Penha, localiza serviços especializados (mais de 2,6 mil na rede), registra e encaminha denúncias, proporciona acolhimento emocional e orienta sobre planejamento de segurança. Em 2024, realizou mais de 750 mil atendimentos, crescimento de 21,6%. O canal representa a democratização do acesso à proteção e é elemento central na prevenção do feminicídio, permitindo intervenção precoce antes que a violência escale para consequências fatais.

Qual o papel da sociedade na prevenção e combate à violência contra a mulher?

A sociedade tem responsabilidade fundamental na criação de um ambiente seguro para todas as mulheres. Deve promover educação sobre igualdade de gênero desde cedo, apoiar vítimas com empatia e solidariedade, não se omitir diante da violência presenciada, e divulgar canais de denúncia. É essencial praticar relacionamentos baseados no respeito e igualdade, combater atitudes machistas no cotidiano, e apoiar políticas públicas que promovam igualdade de gênero. Iniciativas práticas incluem redes de apoio comunitário, eventos de conscientização e parcerias com ONGs especializadas. Cada indivíduo pode contribuir para interromper ciclos de violência e fortalecer a rede de proteção.

A quem recorrer e quais são os primeiros passos que uma vítima pode tomar ao sofrer algum tipo de agressão?

Em emergência, ligue 190 (Polícia Militar), 180 (orientação 24h), ou WhatsApp (61) 9610-0180. Os primeiros passos incluem: buscar segurança imediata saindo do local de risco, registrar Boletim de Ocorrência em DEAM ou delegacia comum, solicitar medidas protetivas através da Defensoria Pública; documentar evidências (fotos, mensagens, laudos médicos) e buscar apoio especializado em Centros de Referência. A rede de atendimento inclui Casa da Mulher Brasileira, Defensoria Pública para assistência jurídica gratuita, Ministério Público para casos graves, e organizações da sociedade civil. É fundamental que as vítimas saibam que não estão sozinhas e que existem múltiplos canais de proteção e apoio disponíveis.



Visão do Direito



Beto Simonetti

Presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)

É preciso pacificar o Brasil

Neste mês da advocacia, a mensagem da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) é pela pacificação do país. Sociedade civil, instituições republicanas e líderes políticos precisam se comprometer com a causa. Do contrário, estarão ameaçados os avanços democráticos das últimas décadas, incluindo conquistas nos campos econômico, social e cultural.

Incumbida pela Constituição de ser a guardiã dos direitos e garantias fundamentais, a OAB tem atuado em defesa dos pilares da democracia, sobretudo em prol das prerrogativas da advocacia — elas existem para proteger, em última instância, a cidadã e o cidadão brasileiros. Os processos só ocorrem dentro da legalidade quando advogados têm respeitados o sigilo de suas comunicações com clientes e podem acessar os documentos do caso.

Outros requisitos são a inviolabilidade do escritório profissional e o direito de apresentar a sustentação oral, que é a apresentação dos argumentos da defesa, presencialmente, na sessão de julgamento.

A atuação da OAB é respaldada pela sociedade. Pesquisa do Instituto Datafolha,

realizada em julho, revela que a entidade é uma das instituições mais confiáveis do país, com 83% de confiança da população. Para 83% dos entrevistados, seu trabalho é muito “importante” (47%) ou “importante” (36%) para o Brasil. Além disso, 67% avaliam positivamente a atuação da Ordem na defesa da democracia — sendo 56% com avaliação “positiva” e 11% “muito positiva”. Em relação à campanha pela pacificação que foi lançada pela OAB, 71% consideram a iniciativa ótima (40%) ou boa (31%). E 79% consideram a campanha necessária.

O levantamento revela ainda que 72% dos entrevistados percebem o país como politicamente polarizado. Mas há um dado muito animador: 74% da população acreditam que a democracia é sempre a melhor forma de governo. Esse é o maior índice registrado pelo Instituto desde que começou a registrar os dados na série histórica, em 1989. Ou seja: nossa luta vale a pena.

O contingente de 1,4 milhão de advogadas e advogados é essencial para a busca da pacificação do país e para o fortalecimento da democracia. Nós, a advocacia, somos uma classe que atua, diariamente, para

fortalecer a soberania nacional: cada petição, recurso ou sustentação oral em defesa de direitos representa também a defesa da Constituição e do Estado Democrático de Direito. Advogadas e advogados têm preferências políticas e ideológicas diversas. Mas, quando se manifestam como classe profissional, o compromisso é feito em torno da defesa das leis, da Constituição e dos direitos e garantias fundamentais. A força da advocacia se concretiza quando a OAB mantém equidistância em relação a partidos e ideologias, garantindo sua independência para atuar como agente crítico e defensor da cidadania e do Brasil.

A defesa das prerrogativas profissionais, que são um dos pilares da democracia, é parte central dessa missão. Desde a criação da Procuradoria Nacional de Defesa das Prerrogativas, em 2022, já foram realizadas mais de 1.800 atuações em favor da advocacia. Entre abril de 2024 e agosto de 2025, foram instaurados 466 processos por violações ou ameaças ao exercício profissional, a maioria já solucionada. Essas ações ocorreram em casos concretos perante diversos órgãos do Sistema de Justiça, incluindo

Tribunais Superiores, Tribunais Regionais Federais, Tribunais de Justiça e órgãos do Ministério Público.

Celebrar a advocacia é reconhecer que não há justiça efetiva sem o trabalho livre, técnico e independente de advogadas e advogados. Garantir o respeito às prerrogativas significa assegurar à sociedade o acesso pleno à Justiça e o fortalecimento das instituições democráticas. Nossa campanha é um convite ao diálogo e ao respeito entre os diferentes — valores essenciais à democracia que defendemos com firmeza.

Pacificar o Brasil é tarefa desafiadora e inadiável. É preciso reduzir atritos ideológicos, reaproximar instituições e restabelecer a confiança mútua. A advocacia brasileira, pela capilaridade e pelo compromisso histórico com a cidadania, tem condições de liderar esse movimento. A OAB seguirá cumprindo sua função constitucional de zelar pela ordem jurídica, pelo Estado Democrático de Direito e pela harmonia institucional, com diálogo, firmeza e espírito público. A paz social não é apenas um ideal: é uma condição indispensável para que o Brasil avance.

Visão do Direito



Pablo Coutinho Barreto

Procurador regional da República e conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

Fraternidade e inclusão: uma virada de paradigma nos direitos das pessoas com deficiência

Por muito tempo, as pessoas com deficiência viveram sob exclusão e invisibilidade. Essa realidade começou a mudar de forma decisiva com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPCD), aprovada pela ONU e incorporada ao ordenamento brasileiro com status de emenda constitucional em 2009. Mais do que um tratado, ela representa uma mudança profunda de perspectiva: a deficiência não está apenas na pessoa, mas nas barreiras físicas, sociais e culturais que a impedem de exercer plenamente seus direitos.

A CDPCD rompeu com o antigo modelo médico-assistencialista, que via a deficiência como uma limitação individual a ser tratada, e adotou o modelo social. Nesse novo olhar, uma cidade sem rampas, uma escola

sem intérprete de Libras ou uma empresa que recusa candidatos com deficiência não são meras falhas: são violações de direitos humanos. A mensagem central é clara — cabe ao Estado, ao setor privado e à sociedade eliminar esses obstáculos para garantir igualdade de condições e participação plena.

Ao lado desse avanço jurídico, ganha força o princípio da fraternidade, consagrado no preâmbulo da Constituição de 1988 e na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Muitas vezes ofuscado pelos ideais de liberdade e igualdade, ele vai além da solidariedade: exige reconhecer a dignidade do outro e agir para incluí-lo. No campo do Direito, funciona como um critério interpretativo que orienta a aplicação dos direitos fundamentais, especialmente daqueles que afetam a

coletividade, como acessibilidade e inclusão.

Quando a CDPCD e a fraternidade se encontram, nasce um constitucionalismo fraterno — um modelo mais humano e inclusivo, que não se limita a proibir discriminações, mas impõe a criação de condições concretas para a igualdade. É a compreensão de que recursos como rampas, intérpretes, tecnologias assistivas ou acessibilidade digital não são concessões, mas obrigações constitucionais e requisitos para a efetivação da dignidade humana.

Esse novo paradigma fortalece os chamados direitos transindividuais, que pertencem à sociedade como um todo e garantem que grupos vulneráveis sejam plenamente integrados. A dignidade, nesse contexto, não é um conceito abstrato: ela se realiza no

cotidiano, quando o diferente é reconhecido como parte essencial da comunidade.

O desafio é transformar esse compromisso jurídico em realidade. Embora a lei já reconheça as pessoas com deficiência como protagonistas de sua história, barreiras persistem e a inclusão plena ainda está distante. Cumprir a CDPCD e aplicar o princípio da fraternidade exige mais do que políticas públicas: requer mudança de mentalidade e ação coordenada de governos, empresas, escolas, meios de comunicação e de cada cidadão.

Fraternidade e inclusão, juntas, são a base de um Brasil mais justo. Não se trata de benevolência, mas de um imperativo constitucional e ético: assegurar que ninguém seja excluído por barreiras que poderiam — e deveriam — ser removidas.

Visão do Direito



Eduardo Berbigier

Advogado tributarista, especialista em agronegócio, membro dos Comitês Jurídico Tributário da Sociedade Rural Brasileira e CEO do Berbigier Sociedade de Advogados

O agronegócio brasileiro, mais uma vez, sob ataque

Recentemente, tive a oportunidade de participar do programa *Faroeste à Brasileira*, um importante espaço digital dedicado ao debate dos fatos sociais, econômicos e políticos do nosso país. Naquela ocasião, com a presença de jornalistas e advogados, discutimos pautas cruciais que refletem os sérios dilemas atuais do Brasil. Entre os temas, destacaram-se as tarifas de 50% impostas pelo governo do presidente Donald Trump aos produtos brasileiros, as manifestações dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) na primeira sessão do segundo semestre, e uma relevante entrevista com Eduardo Tagliarferro, ex-assessor do ministro do STF, Alexandre de Moraes, que está em destaque na mídia. Indiciado pela Polícia Federal por vazamento de informações do gabinete, atualmente reside na Itália e ameaça revelar bastidores de suas atividades na Corte.

No entanto, o foco principal de nossas discussões recaiu sobre a atual situação do agronegócio brasileiro, setor mais direta e severamente prejudicado pelas novas tarifas implementadas pelo governo dos Estados Unidos.

Produtos brasileiros que entram nos Estados Unidos passam a pagar uma tarifa de 50% a partir da quarta-feira (6).

A medida atinge itens de peso no agronegócio, como café, carne bovina e

pescados, e deve gerar prejuízos bilionários para o Brasil — além de encarecer produtos no mercado norte-americano.

É crucial notar que, na nova rodada de taxações, apenas as cadeias do suco de laranja e das castanhas foram desoneradas. O restante dos produtos permanece sujeito à tarifa de 50%. Isso significa que, dos US\$ 12 bilhões anuais que o agronegócio brasileiro exporta para os Estados Unidos, apenas uma parcela, entre 10% e 18%, será submetida a tarifas menores, enquanto a vasta maioria enfrentará a taxa máxima.

Especialistas preveem que o tarifaço americano ameaça US\$ 10 bilhões anuais em exportações brasileiras. Estimam-se perdas de US\$ 5,8 bilhões se implementado. Setores como pescados (tilápia, com 90% das exportações aos EUA) enfrentam risco de falência, afetando empregos. Exportadores de carne antecipam perdas de até US\$ 1 bilhão. Frutas (manga), café, açúcar e etanol também foram duramente atingidos.

As poucas isenções concedidas, como a do suco de laranja — que evitará uma perda significativa de cerca de R\$ 3,6 bilhões (US\$ 792 milhões) em exportações anuais, um alívio crucial para o setor citrícola — e dos fertilizantes minerais ou químicos, atenuam o impacto inicial em até 41%, segundo análises de consultorias. Todavia, essa “suavização” é

apenas parcial, e a situação geral continua a ser alarmante para a balança comercial brasileira e para a sustentabilidade do agronegócio.

A imposição dessas tarifas é um resultado direto e inequívoco de uma grave falta de negociação por parte do governo brasileiro. O governo Trump decidiu as isenções com base em seus próprios interesses, visando proteger o consumidor e a indústria estadunidense de aumentos de preços, agindo de forma pragmática.

O peso dos EUA para o agro

Os EUA são o terceiro maior parceiro comercial do agro brasileiro, atrás da China e da União Europeia.

Produtores estimam uma perda de até US\$ 5,8 bilhões caso as vendas para o país diminuam por causa do tarifaço.

Diferente de outros países que buscaram o diálogo e souberam defender suas posições, o Brasil, lamentavelmente, não se sentou à mesa para negociar de forma eficaz ou sequer digna, abdicando de seu papel estratégico.

Essa postura representa uma péssima lição de política externa, cujas consequências já se materializam. Não acredito que, a curto prazo, o café e outros produtos atingidos terão suas tarifas reduzidas, pois é evidente que Trump já discutiu com sua equipe econômica e incluiu no pacote o que era de interesse

prioritário dos americanos, visando resultados rápidos para sua economia interna.

Não se trata de uma agressão à nossa soberania. A raiz desse problema reside, inegavelmente, na construção deteriorada da relação entre o presidente Lula e Donald Trump. Desde a eleição de Trump, observamos uma série de comentários hostis e desnecessários do presidente Lula e de membros do governo. O presidente Lula nem sequer se dignou a cumprimentar Trump após a eleição. Enviou apenas um mero ofício ao Departamento de Estado, e não diretamente ao presidente eleito. Somados a isso, os acenos contínuos à China e à Rússia e a insistente discussão sobre a moeda do BRICS, configuram pequenas, mas acumuladas, ofensas diplomáticas que claramente irritaram a administração estadunidense.

Sabemos que Donald Trump é um presidente nacionalista, priorizando os interesses de seu país e eleitores. O Brasil construiu uma relação ruim, resultando nas tarifas atuais. Reverter essa situação exige grande esforço e tempo, sem garantia de que Trump reconsiderará as sanções.

O agronegócio está sob ataque: enfrenta um cenário complexo, com desafios comerciais, políticos e ambientais que exigem atenção e adaptação para garantir a sustentabilidade e a competitividade do setor.

Visão do Direito



Alexandre Piquet

Advogado licenciado nos Estados Unidos, fundador da Piquet Law Firm, com atuação em direito tributário, empresarial, imobiliário e imigratório

Tarifaço de Trump traz novas oportunidades de negócios

Na última semana, as ameaças viraram realidade: o presidente Donald Trump assinou o decreto que impõe uma tarifa extra sobre uma grande variedade de produtos brasileiros que escoam nos EUA, totalizando uma tributação de 50% sobre o preço. É evidente que a medida provoca um grande temor nas empresas que exportam parte de sua produção para os norte-americanos, mas o cenário não necessariamente precisa ser apocalíptico.

Pelo contrário, talvez seja hora de valer-se da máxima conhecida por todo grande empreendedor: “é nas crises que surgem as grandes oportunidades”. No caso do tarifaço, há uma ideia que pode não apenas servir de antídoto para desviar-se do problema como, de quebra, projetar

uma expansão até então inimaginável para algumas organizações. Estou falando da internacionalização da empresa.

Se você, empresário, acha que é cedo demais para pensar em abrir uma filial ou mesmo uma offshore no exterior, sugiro que seu primeiro passo seja reler o parágrafo anterior. Feito isso, e já partindo para a segunda etapa, é preciso lembrar que essa abertura não se daria em qualquer lugar, mas justamente nos Estados Unidos. Uma decisão que pode ser mais fácil do que você imagina.

Existe uma modalidade de acesso ao país norte-americano pouco conhecido entre os brasileiros. O visto L1-A é destinado a executivos que estão se transferindo para uma filial, matriz, subsidiária ou afiliada

dentro dos EUA. Por isso, é amplamente usado por empresários estrangeiros interessados em abrir uma empresa por lá.

Neste ponto, acredito que você já tenha compreendido que a abertura de uma empresa em território americano é uma forma legítima — e, portanto, legal — de evitar o tarifaço contra os produtos brasileiros. Ao optar por essa estratégia, sua empresa passa a dispor de vantagens interessantes, como realizar importações diretas de outros países para os Estados Unidos, distribuir os produtos diretamente no mercado local e até aproveitar o livre comércio e os benefícios fiscais concedidos às empresas sediadas na terra do Tio Sam.

A oportunidade existe, mas nem tudo são flores. O processo exige certas

amarras legais. Por isso, é interessante pensar num plano de negócio, mas, sobretudo, numa consultoria jurídica especializada em comércio internacional e tributação, principalmente com foco nas legislações daquele país. Com esses cuidados, a abertura legal às organizações brasileiras nos EUA é possível, uma vez que o governo de Trump mantém suas portas abertas aos nossos empresários.

Como todo negócio bem-sucedido, é preciso um planejamento estratégico com vistas à expansão e um escritório jurídico altamente experimentado quando se trata de conduzir processos de abertura de empresas em solo norte-americano. Assim, muitos empreendedores brasileiros estão diante de uma boa oportunidade de negócio.

Visão do Direito



Antonio Tavares Paes

Advogado especialista em direito societário, arbitragem e compliance, além de sócio fundador do Costa Tavares Paes Advogados

Os escritórios brasileiros de advocacia e reconfiguração do comércio global

O comércio internacional atravessa um momento de inflexão paradigmática, impulsionado por vetores geopolíticos, ambientais, tecnológicos e institucionais que estão remodelando, profundamente, as cadeias globais de valor, os fluxos de capitais e os arcabouços normativos que disciplinam as trocas transnacionais. A ascensão de novos polos de influência econômica, a intensificação de medidas protecionistas, o instrumentalismo de pautas ambientais como mecanismos de barganha e a fragmentação do multilateralismo tradicional inauguram um novo paradigma, exigindo dos escritórios de advocacia empresarial brasileiros uma reorientação estratégica de suas competências e práticas.

Destaca-se o protagonismo dos BRICS na edificação de uma nova geopolítica comercial, com iniciativas como a Belt and Road Initiative (BRI), o fortalecimento do yuan como moeda de liquidação internacional e a liderança em fóruns como o RCEP (Regional Comprehensive Economic Partnership, envolvendo os 10 estados membros da Association of Southeast Asian Nations - ASEAN e os cinco sócios Austrália, China, Japão, Coreia do Sul e Nova Zelândia). A utilização de moedas locais (ex.: yuan, real) impõe desafios jurídicos relevantes, sobretudo no tocante à revisão de cláusulas de pagamento, garantias e mecanismos de resolução de disputas, diante da volatilidade

cambial e da incipiente jurisprudência sobre contratos em moedas não conversíveis. A institucionalização do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), a proposição de novos sistemas de liquidação financeira e o crescimento de moedas digitais evidenciam a busca por autonomia financeira e impactam, diretamente, a estruturação de financiamentos, a eleição de foro e a arbitrabilidade de litígios.

Simultaneamente, a imposição de barreiras ambientais, como o Carbon Border Adjustment Mechanism (CBAM) europeu, é percebida por países em desenvolvimento como subterfúgios protecionistas, potencialmente violadores dos princípios da OMC, como o tratamento nacional e a não discriminação. Exportadores brasileiros, especialmente dos setores de aço e alumínio, enfrentam exigências de comprovação de pegada de carbono para acessar o mercado europeu, o que pode ensejar litígios perante a OMC ou arbitragens internacionais, sobretudo na ausência de certificação ambiental nacional robusta.

Nesse contexto, torna-se imperativa a formação de equipes jurídicas com fluência técnica nos sistemas jurídicos de países como China e Índia, bem como o estabelecimento de parcerias estratégicas com escritórios locais, a fim de monitorar alterações legislativas e sanções internacionais. A realocação de cadeias produtivas (*reshoring* e *nearshoring*) motivada por tensões

geopolíticas demanda reestruturações societárias complexas, operações de M&A transfronteiriças e revisão de contratos internacionais, com especial atenção às cláusulas de hardship e força maior, adaptadas a riscos geopolíticos e ambientais.

A instabilidade macroeconômica e o aumento do custo de capital têm impulsionado o crescimento de inadimplências e reestruturações de dívida, exigindo domínio sobre mecanismos de insolvência transnacional (ex.: UNCITRAL Model Law), atuação em recuperações judiciais com credores estrangeiros e assessoria a fundos de distressed assets na aquisição de créditos inadimplidos. Empresas brasileiras com dívida emitida em Nova York enfrentam desafios na renegociação com bondholders dispersos, tornando essencial a atuação coordenada com escritórios americanos e o uso de *collective action clauses* (CACs).

A internacionalização das operações empresariais impõe, ainda, o fortalecimento da prática trabalhista em escala global, com due diligence preventiva em múltiplas jurisdições, atuação em litígios transnacionais envolvendo expatriados e assessoria em contratos internacionais de trabalho, além do gerenciamento de riscos de corresponsabilidade em terceirizações.

O Mercosul, apesar de suas limitações, emerge como plataforma para acordos com África e Ásia, impulsionando a necessidade

de equipes jurídicas especializadas em negociações comerciais, assessoria a investimentos inter-regionais e atuação em contenciosos perante tribunais internacionais. A expansão geográfica dos clientes demanda acesso a sistemas jurídicos estrangeiros, como tribunais norte-americanos, OMC e outros fóruns internacionais. A jurisdição americana, embora estratégica em litígios com multinacionais, apresenta desafios como custos elevados e peculiaridades processuais, notadamente o julgamento por júri em matéria cível, o instituto do discovery e dificuldades de execução de sentenças estrangeiras.

Apesar da crise institucional da OMC, seus mecanismos de solução de controvérsias permanecem relevantes, oferecendo base normativa para contenciosos bilaterais e pressão diplomática. Contudo, a arbitragem internacional consolida-se como via preferencial para resolução de disputas comerciais, exigindo dos escritórios brasileiros expertise em *soft law* (ex.: Unidroit Principles), atuação em câmaras arbitrais de renome (ICC, LCIA, CIETAC, CAM-CCBC) e, preferencialmente, formação em *Common Law*.

A advocacia empresarial, nesse cenário de transição, deve antecipar riscos, compreender contextos culturais e jurídicos diversos e ofertar soluções jurídicas integradas, consolidando-se como protagonista em um mundo multipolar, fragmentado e volátil.

Visão do Direito



Guilherme Saraiva Grava

Advogado da área tributária no escritório Diamantino Advogados Associados

Novo sistema da CBS é avanço, mas não supera problemas antigos

Começou a fase de testes de um novo sistema de arrecadação da Reforma Tributária, desenvolvido pelo Serpro em parceria com a Receita Federal. A plataforma será a base para a apuração da CBS, novo tributo federal que unificará as atuais contribuições ao PIS e à Cofins.

Ainda fechado para um grupo restrito de empresas, o sistema promete alto poder de processamento — superior, inclusive, ao da plataforma PIX — e tem como destaque a apuração assistida, um modelo pré-preenchido semelhante ao que já existe para o Imposto de Renda da pessoa física.

A proposta é facilitar a vida do contribuinte, oferecendo ferramentas de simulação e cálculo que proporcionem mais transparência do que o modelo atual. Por outro lado, o sistema também é alvo de críticas por ampliar o controle do Fisco sobre as empresas, reduzindo sua autonomia na gestão tributária.

Se as vantagens dessas novas ferramentas ainda dividem opiniões, é certo que nem tudo são flores na corrida tecnológica da Reforma Tributária. Enquanto o Governo avança no sistema de apuração da CBS, o IBS — o outro grande tributo recém-criado, que unificará ICMS e ISS — ainda caminha a passos lentos.

Como o IBS será compartilhado entre

Estados e Municípios, há uma insegurança muito maior quanto à sua gestão. Além da ausência de um sistema unificado, o imposto enfrenta entraves básicos para sua implementação. Muitos municípios já anunciaram que não irão aderir ao novo padrão nacional de nota fiscal, o que dificulta a adaptação das empresas que deverão iniciar sua implementação já no início de 2026.

Muita expectativa recai agora sobre o Projeto de Lei nº 108/2024, que regulamentará o Comitê Gestor do IBS. O órgão será responsável por coordenar o novo tributo e viabilizar o necessário engajamento entre os entes federativos — tarefa desafiadora, mas essencial

para que o imposto funcione na prática.

A novela está longe do fim. Enquanto as empresas correm para atualizar a parametrização de seus sistemas, muitas dúvidas ainda pairam sobre as regras dos novos tributos e seus impactos reais, inclusive sobre as alíquotas finais que serão aplicadas.

Esse descompasso entre a velocidade da tecnologia e o atraso da regulamentação serve como alerta: sistemas modernos não resolvem, por si só, problemas antigos. Sem segurança jurídica, clareza nas normas e integração institucional, a promessa de um modelo mais eficiente pode acabar soterrada pela complexidade que se pretendia superar.

Visão do Direito



Paloma Neves do Nascimento

Professora do curso de direito no Centro Universitário UDF

O divórcio unilateral e os novos contornos das relações familiares no Brasil

A proposta de reforma do Código Civil que prevê a introdução do divórcio unilateral extrajudicial tem catalisado um intenso debate no cenário jurídico brasileiro. Mais do que uma alteração procedimental, representa um marco na evolução do Direito de Família, ao alinhá-lo às dinâmicas sociais e redefinir o papel da advocacia especializada.

Atualmente, a dissolução do vínculo matrimonial pela via extrajudicial formalizada em cartório exige a concordância expressa de ambos os cônjuges e a inexistência de filhos menores ou com restrição de capacidade civil. A proposta em discussão, no entanto, permite que apenas um dos cônjuges solicite o divórcio diretamente na esfera extrajudicial, sem a anuência prévia do outro. A medida responde à demanda por celeridade e desburocratização na dissolução conjugal.

Desde a Emenda Constitucional nº 66/2010, que eliminou a exigência de separação judicial prévia, o divórcio foi consolidado como um direito potestativo, ou seja, um direito que independe da concordância

da outra parte para ser exercido. A proposta do divórcio unilateral extrajudicial, portanto, não cria um novo direito, mas oferece uma via mais ágil e menos onerosa, sobretudo quando a resistência é apenas formal.

Para além do aspecto procedimental, é preciso refletir sobre o impacto humano e social da medida proposta. Manter um casamento deve ser uma escolha contínua e voluntária. Impor a permanência em um vínculo já esgotado, seja por inércia ou por resistência de uma das partes, contraria princípios como liberdade individual, dignidade e autonomia privada. Em contextos de relacionamentos abusivos ou de profunda desarmonia, a possibilidade de um divórcio unilateral extrajudicial emerge como instrumento essencial de proteção, especialmente para os cônjuges em situação de vulnerabilidade.

Ainda que promissora, a desjudicialização exige o estabelecimento de salvaguardas rigorosas. É imprescindível que a proposta legislativa inclua mecanismos para garantir a notificação formal, inequívoca e

tempestiva do cônjuge não requerente, assegurando seu direito ao contraditório e à ampla defesa. Mais crucial ainda é garantir o acesso à assistência jurídica de qualidade. O advogado de família tem papel estratégico: orienta, media conflitos, previne litígios e protege os mais frágeis, garantindo que a celeridade não comprometa direitos.

Importante destacar que as questões de maior complexidade, como a definição da guarda de filhos, o valor dos alimentos ou a partilha de bens litigiosa, continuarão a ser resolvidas no âmbito do Poder Judiciário. A via extrajudicial se destina, essencialmente, à formalização da dissolução do vínculo conjugal, em situações em que não há consenso quanto à continuidade do casamento, mas há possibilidade de diálogo quanto aos demais aspectos patrimoniais e familiares.

A implementação do divórcio unilateral extrajudicial promete impacto relevante na eficiência do sistema judiciário. Ao desonerar as Varas de Família de demandas que poderiam ser solucionadas de forma consensual e administrativa, o Judiciário

poderá concentrar seus recursos em casos mais complexos, otimizando a prestação jurisdicional e contribuindo para a redução do tempo de espera nos processos litigiosos.

Esse movimento legislativo reflete uma transformação social profunda. O casamento, antes visto como instituição rígida, hoje se baseia em afeto, respeito e liberdade. O Direito de Família precisa acompanhar essa evolução, equilibrando a autonomia das partes com a proteção de seus integrantes mais vulneráveis.

Em suma, o divórcio unilateral extrajudicial não é apenas uma simplificação burocrática. Trata-se de uma transformação cultural e jurídica, que convida à reflexão sobre o papel do Estado nas relações afetivas e reafirma o compromisso do Direito de Família com um modelo mais ágil, justo e sintonizado com a realidade social. Para os profissionais da advocacia, representa a oportunidade de fortalecer sua função consultiva, mediadora e protetiva, em um cenário onde a desjudicialização e a autonomia privada ganham cada vez mais centralidade.

Visão do Direito



Laura Brito

Advogada especialista em direito de família e das sucessões, possui doutorado e mestrado pela USP e atua como professora em cursos de pós-graduação

Autonomia múltipla

Agosto Laranja foi criado pela Associação Amigos Múltiplos pela Esclerose com o objetivo de ser um movimento para conscientização sobre a condição crônica, fomento do diagnóstico precoce, acolhimento, respeito e dignidade para quem convive com a esclerose múltipla, seus amigos e familiares.

Esses movimentos de conscientização ultrapassam e muito a ideia de colorir roupas e ambientes. Eles são muito importantes para informar as pessoas sobre sintomas, validar desconfianças pessoais (será que o que eu estou sentindo é normal?) e incentivar a busca de um diagnóstico. Condições como a esclerose múltipla (EM) são complexas e a obtenção de uma resposta pode levar muito tempo, prejudicando o tratamento e a tomada das rédeas da própria saúde. Quanto antes acontecer a percepção e a orientação, melhor.

A esclerose múltipla é uma doença crônica, imunomediada e progressiva que pode levar à perda da autonomia com o avanço dos sintomas. As manifestações mais comuns são a fadiga crônica e o comprometimento severo da mobilidade. Contudo, ela se manifesta de formas muito diferentes nos indivíduos e suas consequências na vida da pessoa dependem do tipo de EM e do contexto biopsicossocial: o momento do recebimento do diagnóstico, os tratamentos a que a pessoa foi submetida e a qualidade de vida que ela pode manter.

Diante disso, a pessoa que vive com EM pode vir a ter o desejo de explorar seu prognóstico e elaborar diretivas antecipadas de vontade. As DAVs mais conhecidas são o mandato duradouro e o testamento vital. O primeiro é a nomeação de um procurador de saúde que possa tomar decisões

caso o mandante não possa comunicar sua vontade. O testamento vital, por sua vez, é um documento em que o paciente define os cuidados, tratamentos e procedimentos médicos que deseja ou não para si mesmo, que deverá ser colocado em prática em caso de doença que ameça a vida e de impossibilidade de manifestação da vontade.

Além dos desafios físicos, a esclerose múltipla pode trazer disfunção cognitiva. Dificuldade em encontrar as palavras, lapsos de memória, dificuldade de planejamento ou concentração são possibilidades no avanço dessa condição neurológica. Por isso, a pessoa com EM pode ter a necessidade de ser apoiada ou representada em suas decisões, ou seja, ter outra pessoa indicada para assisti-la ou representá-la na gestão de sua renda e/ou patrimônio.

No Direito brasileiro esse apoio ou

representação acontecem por meio da tomada de decisão apoiada ou da curatela, que podem ser determinadas judicialmente para que a pessoa vulnerabilizada pela esclerose tenha proteção financeira. Para garantir que essa representação seja de acordo com a sua vontade, ela pode deixar orientações sobre quem deseja que seja seu curador em caso de necessidade, a autocuratela.

Isso sem falar que a pessoa que recebe o diagnóstico de esclerose múltipla pode querer fazer um planejamento patrimonial voltado para a proteção de sua dignidade ou de sua família.

Por isso, a conscientização da esclerose múltipla passa também pelo campo jurídico, pela divulgação da informação de que há muitos instrumentos no Direito de proteção da autodeterminação, inclusive frente a um diagnóstico desafiador da autonomia.

Visão do Direito



Fernando Capano

Advogado, doutor em direito do Estado e Justiça Social, pela Universidade de Salamanca (Espanha) e mestre em direito político e econômico, pela Universidade Presbiteriana Mackenzie

O vazio na engenharia institucional que torna o STF governante de oportunidade e ocasião

Quando Alexandre de Moraes travou, numa só canetada, o decreto presidencial que aumentava no Brasil o Imposto Sobre Operações Financeiras (IOF) e o decreto legislativo que o anulava, convocando, ainda, uma “audiência de conciliação” entre o Poder Executivo e o Congresso Nacional, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) acionou um gatilho conhecido do nosso desenho constitucional: o de colocar a Alta Corte como árbitro de crises políticas.

Sem prejuízo, a mesma lógica se aplica no exercício monocrático da competência penal originária, como é o caso das recentes decisões de Moraes na ação penal que envolve o ex-presidente da República Jair Bolsonaro (PL).

Na minha tese *Tensão na República* (Universidade de São Paulo - USP / 2021), aponto que o STF passou a lançar mão de instrumentos processuais — liminares amplas, audiências

públicas, mediações etc — na qualidade de rituais de antecipação. Logo, o Supremo entra em campo antes mesmo que o jogo democrático produza resultado. A intenção, em tese, costuma ser “evitar danos”, mas o efeito colateral tem sido a concentração de imenso poder decisório num espaço que não foi projetado para legislar, e nem para governar.

É daí que brota o incômodo expresso pelo senador Márcio Bittar (União Brasil-SP) em tuíte que correu as redes, recentemente. Não se trata, porém, de “golpe” togado. Estamos falando de um vazio na engenharia institucional.

A Constituição Federal de 1988 deu ao STF a chave do controle de constitucionalidade, mas, ao meu ver, não instalou freios suficientes para o uso de liminares individuais com efeito para todo o País. Quando este dispositivo se combina com urgência política, a balança entre os Poderes pende inevitavelmente para o Judiciário.

A solução passa por ajustar o desenho, não em demonizar o intérprete. Proponho, entre outras medidas, três eixos simples e que poderiam ser eficazes para equacionarmos o problema da “supremocracia”: 1) quórum qualificado — liminares que suspendam leis ou tributos só podem ser concedidas por, no mínimo, seis ministros, mesmo em regime de plantão; 2) referendo automático — a decisão monocrática caduca, caso não for validada pelo Plenário em até 30 dias; 3) redistribuição das competências não propriamente constitucionais às demais esferas do Judiciário, sem prejuízo da limitação dos personagens que podem acessar diretamente a Corte.

Que fique claro: estes filtros não esvaziam os poderes da Alta Corte e seu respectivo poder de decisão — apenas a obrigam a decidir de forma cautelosa, colegiada e transparente quando o impacto social ou fiscal é relevante.

Ao mesmo tempo, devolvem ao Congresso

e ao Executivo a responsabilidade de negociarem soluções duradouras, como bem exige o modelo republicano.

Os episódios do IOF e do processo penal que envolve o ex-presidente Bolsonaro revelam, portanto, menos um excesso pessoal do ministro em tela e mais uma fragilidade estruturante do nosso sistema.

Enquanto não calibrarmos o “termômetro” institucional — permitindo que o Supremo aja como corte de garantias, mas impondo custos procedimentais à hipertrofia cautelar — continuaremos a viver sob o risco de que questões eminentemente políticas sejam resolvidas em despachos singulares.

Fortalecer o STF é, paradoxalmente, impor-lhe limites — simples, assim! Só desta maneira o Tribunal seguirá sendo o “Guardião da Constituição”, sem se transformar, por inércia normativa, no governante de oportunidade e de ocasião.

Visão do Direito



Taís Tricai

Advogada trabalhista do escritório Weiss Advocacia

Justiça gratuita e má-fé: o desafio de interpretar a vulnerabilidade com equilíbrio na Justiça do trabalho

A gratuidade da justiça é um instrumento essencial para garantir o acesso ao Judiciário, especialmente na esfera trabalhista. Prevista no art. 5º, inciso LXXIV da Constituição Federal, e regulamentada no art. 98 do CPC e art. 790, §3º e §4º da CLT, ela protege o trabalhador hipossuficiente por meio de simples declaração de insuficiência de recursos. No entanto, seu uso estratégico e abusivo vem crescendo, sobretudo diante da litigância predatória. O desafio atual é equilibrar o acesso à justiça com o combate à má-fé processual.

O julgamento do Incidente de Repetição de Demandas nº 277-83.2020.5.09.0084 reacendeu o debate sobre os limites da presunção de hipossuficiência. Embora o TST reafirme que a declaração do trabalhador possui presunção relativa, o ônus de afastá-la é elevado — o que, na prática, tem o condão de blindar o benefício em boa parte dos casos — mesmo diante de sinais concretos de abusos, o que gera desequilíbrio processual, principalmente para grandes empresas, alvos recorrentes de ações repetitivas.

O ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, em voto divergente no julgamento, sustentou que “não é possível invocar súmula superada por norma legal que disciplina a matéria em sentido diverso”, defendendo que, quando o trabalhador auferir renda superior a 40% do teto do RGPS, há necessidade de comprovação da insuficiência econômica.

Esse posicionamento representa uma interpretação mais técnica e objetiva do tema, e serve como importante referência para o fortalecimento de um sistema processual mais equilibrado, especialmente frente ao uso estratégico da gratuidade da justiça.

Nesse cenário, o papel do advogado empresarial torna-se ainda mais relevante. A justiça gratuita não pode ser tratada como tema secundário: é necessário impugnar com estratégia e técnica, especialmente quando houver indícios de abuso. Vínculos empregatícios recentes, padrão de vida elevado, outras ações judiciais simultâneas e dados extraídos de redes sociais podem fundamentar uma contestação robusta.

A produção de prova oral também é uma ferramenta útil para demonstrar contradições

sobre a real condição financeira do autor. Testemunhos e depoimentos bem conduzidos podem enfraquecer a presunção de hipossuficiência e permitir o afastamento desse benefício.

Cabe à defesa construir um conjunto probatório mínimo e consistente para provocar a atuação mais crítica do Judiciário. É preciso lembrar que existem fundamentos legais e jurisprudenciais sólidos que amparam o entendimento de que a litigância de má-fé é incompatível com a concessão da justiça gratuita — como o art. 55 da Lei 9.099/95, o art. 87 do CDC e o próprio art. 5º, LXXIII da CF.

Tribunais já têm aplicado essa lógica: o TRT da 3ª Região, por exemplo, negou o benefício a autor que agiu de forma temerária, reconhecendo o desvirtuamento do instituto (Primeira Turma do TRT-3 - ROT: 0010518-58.2023.5.03.0091).

O CNJ também vem se posicionando contra a chamada judicialização predatória, especialmente quando se verifica o ajuizamento em massa de ações padronizadas, desprovidas de fundamento concreto. A Recomendação nº 127/2022 e o Ato Normativo 0006309-27.2024 reforçam que a

instrumentalização abusiva do Judiciário fragiliza o sistema e compromete a boa-fé processual.

Insistir na concessão ou manutenção da justiça gratuita mesmo diante de condutas processuais abusivas representa não só um erro técnico, mas também um enfraquecimento institucional das medidas que vêm sendo desenvolvidas para conter tais práticas. A revogação do benefício, quando constatada a má-fé, torna-se uma resposta necessária — não apenas do ponto de vista legal, mas como forma de alinhar a atuação jurisdicional às diretrizes de integridade processual já encampadas pelo CNJ.

Frente a esse cenário de insegurança jurídica gerado pela sobreposição entre justiça gratuita e litigância de má-fé, os departamentos jurídicos empresariais precisam adotar posturas preventivas. É fundamental mapear autores e advogados reincidentes, investir em provas documentais e orais e desenvolver bases de dados que auxiliem na identificação de padrões abusivos. Mais do que reagir, é necessário atuar de forma propositiva, contribuindo para uma jurisprudência equilibrada que preserve o acesso à justiça sem tolerar seu uso distorcido.

CLASSIFICADOS

Brasília, Distrito Federal, quinta-feira 14 de agosto de 2025

Para anunciar ► 3342-1000

1 IMÓVEIS
 COMPRA & VENDA

2 IMÓVEIS
 ALUGUEL

3 VEÍCULOS
4 CASA
 & SERVIÇOS

5 NEGÓCIOS
 & OPORTUNIDADES

6 TRABALHO
 & FORMAÇÃO PROFISSIONAL

1

IMÓVEIS
COMPRA E
VENDA

- 1.1 Apart Hotel**
- 1.2 Apartamentos**
- 1.3 Casas**
- 1.4 Lojas e Salas**
- 1.5 Lotes, Áreas e Galpões**
- 1.6 Sítios, Chácaras e Fazendas**
- 1.7 Serviços e Crédito Imobiliário**

1.1 APARTHOTEL
CLASSIFICADOS

ANUNCIE AQUI!
 ENTRE EM CONTATO CONOSCO
 61 3342-1000 - OPÇÃO 5

INVEST FLAT VENDE
BIARRITZ FLAT apto 1qto com 66m², 16 andar. 3033-3865/98581-0151 cj21229

INVEST FLAT VENDE
BIARRITZ FLAT apto 1qto com 66m², 16 andar. 3033-3865/98581-0151 cj21229

1.2 APARTAMENTOS
ÁGUAS CLARAS
1 QUARTO
MEU IMÓVEL IMOB
LUGAR CERTO Melhores imóveis prontos e na planta em todo DF você encontra aqui!


Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.2 ÁGUAS CLARAS

VENHA FAZER O melhor Negócio! Vendemos, Alugamos Casas e aptos, Serviços c/ relatos, fazemos inventários, despachante, departamento jurídico. Atendimento c/ qualidade. Estamos no mercado há 25 anos. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br:

2 QUARTOS
MEU IMÓVEL IMOB
OCEANIA RESIDENCE
 Apto 2 qtos 11 ste 2vgs 62,75m² varanda 99562-4472 cj25698

VENDO APARTAMENTOS
QD 301 2 e 3 qtos em guas Claras pronto p/ morar com lazer completo ao lado Parque Ecológico a partir de R\$ 673 mil. 98176-7523.

VENDO APARTAMENTOS
QD 301 2 e 3 qtos em guas Claras pronto p/ morar com lazer completo ao lado Parque Ecológico a partir de R\$ 673 mil. 98176-7523.

MEU IMÓVEL IMOB
OCEANIA RESIDENCE
 Apto 2 qtos 11 ste 2vgs 62,75m² varanda 99562-4472 cj25698

3 QUARTOS
MEU IMÓVEL IMOB
AV PARQUE Res Natalia Valois 3 qtos 1 suite 1 vaga 70m² armários 99562-4472 cj25698

MEU IMÓVEL IMOB
AV PARQUE Res Natalia Valois 3 qtos 1 suite 1 vaga 70m² armários 99562-4472 cj25698

ACHEI IMÓVEIS DF
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!


Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.2 ASA NORTE
ASA NORTE
QUITINETES
CLASSIFICADOS

ANUNCIE AQUI!
 ENTRE EM CONTATO CONOSCO
 61 3342-1000 - OPÇÃO 5

PLANO EMPREEND.
IMOBILIÁRIOS Os melhores imóveis de BSB você encontra aqui: lugarcerto.com.br


Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

3 QUARTOS
OPORTUNIDADE!!
403 NORTE Apto 3 qtos, 85m², suite, 1 andar, nascente. R\$ 825.000,00 Localização privilegiada. 99270-5247

PLANO EMPREEND.
404 BLOCO I Apto 78m² 3qts 2banhs local privilegiado 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

PLANO EMPREEND.
404 BLOCO I Apto 78m² 3qts 2banhs local privilegiado 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

SGAN 708 Bloco P 3qts (sendo 01 suite), vazado, 4 andar, reformadíssimo, 135m². Aceito 2qts no Noroeste. 99109-6160 3042-9200 cj9417 Sr. Imóveis

1.2 ASA NORTE

COMPRO PAGO à vista 102 / 416 3qts nascente vazado para cliente. Tr. 3042-9200/ 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

4 OU MAIS QUARTOS
115 LINDÍSSIMO apto 168m², mobiliado, desocupado R\$ 2.390.000. Tr: 98281-0520 c21960

ASA SUL
3 QUARTOS

COMPRO PAGO à vista 102 / 416 3qts nascente vazado para cliente. Tr. 3042-9200/ 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

CRUZEIRO
3 QUARTOS
PLANO EMPREEND.
QD 409 Apto 3qts Bairro novo 79m² 2vagas 2banhs 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

GUARÁ
2 QUARTOS
J RIBEIRO VENDE
AE 02 SRIA Guarará II Resid Via Boulevard vdo Apto de canto 56,24m² ar útil cj5211 3322-3443

J RIBEIRO VENDE
AE 02 Dolce Vitta cobertura linear. 152m² CJ 5211. Tr: 3322-3443

ADELSON IMÓVEIS
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!


Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.2 GUARÁ
3 QUARTOS
TRATO FEITO IMÓV
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!


Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

LAGO NORTE
3 QUARTOS
ACHEI IMÓVEIS DF
CA 08 apto 3qts 228m² cond fechado 98311-5595 cj/19540

ACHEI IMÓVEIS DF
CA 08 apto 3qts 228m² cond fechado 98311-5595 cj/19540

NOROESTE
3 QUARTOS
ACHEI IMÓVEIS DF
SQNW 102 Ap 101m² 3 qtos 2 vgas 98311-5595

NÚCLEO BANDEIRANTE
2 QUARTOS
RITA LANDIM
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!


Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

OCTOGONAL
3 QUARTOS
AOS 07 Vendo apto 3 quartos, suite, garagem, c/ vista livre 98159-7082

1.2 RECANTO DAS EMAS
RECANTO DAS EMAS
3 QUARTOS

VENHA FAZER O melhor Negócio! Vendemos, Alugamos Casas e aptos, Serviços c/ relatos, fazemos inventários, despachante, departamento jurídico. Atendimento c/ qualidade. Estamos no mercado há 25 anos. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br:

SAMAMBAIA
2 QUARTOS
TRATO FEITO IMÓV
QN 412 Apto 2 qtos 49m² 1 suite 1 vaga 2 banheiros Tr: 99418-8477 cj21694

SUDOESTE
3 QUARTOS
ACHEI IMÓVEIS DF
SQSW 500 Moderno apto 3qts 109m² 2 vgas. Tr: 98311-5595

TAGUATINGA
2 QUARTOS
ACHEI IMÓVEIS DF
QSF 01 Apto 2qt 60m² 1 vaga 98311-5595/ 99112-3991 c/19540

VALPARAÍSO
2 QUARTOS
INVEST FLAT VENDE
PARQUE ESPLANADA
 apto 2qts sala banh coz planejada c/elevador Tr: 3033-3865 cj21229

INVEST FLAT VENDE
PARQUE ESPLANADA
 apto 2qts sala banh coz planejada c/elevador Tr: 3033-3865 cj21229

1.3 ÁGUAS CLARAS
CASAS
ÁGUAS CLARAS
4 OU MAIS QUARTOS
ACONTECE IMOBILIÁRIA
QS 06 reformada 2 pavimentos casa 5 qtos porcelanato 226m² área construída 2 vagas 2 banhs 3344-4112

ASA NORTE
4 OU MAIS QUARTOS
709 MAGNÍFICA casa esq 6 qtos 518m² R\$ 2.800.000 próx Uniceub 98281-0520 c21960

CEILÂNDIA
2 QUARTOS
QNN 39 R\$240 Mil Vdo casa original quit e desoc 99585-8326 c4138

4 OU MAIS QUARTOS

VENHA FAZER O melhor Negócio! Vendemos, Alugamos Casas e aptos, Serviços c/ relatos, fazemos inventários, despachante, departamento jurídico. Atendimento c/ qualidade. Estamos no mercado há 25 anos. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br:

OS MELHORES
REGINA NEVES
 CONSULTORA IMOBILIÁRIA
 CRECI 19398

IMOVEIS DE GOIÂNIA
QUER MORAR OU
INVESTIR EM
GOIÂNIA?
TENHO AS MELHORES
OPÇÕES PRA VOCÊ!

(62) 98280-1111
1.3 GUARÁ
GUARÁ
3 QUARTOS
ADELSON IMÓVEIS
QE 26 3 qtos laje lote 200m², 180m² construída R\$ 850.000. Ac financ 99985-7115 c1533

QE 38 Casa Nova 2pavtos 3stes pisc hidro R\$1.550.000 ac imóvel 99815-9661 c12387

4 OU MAIS QUARTOS
MEU IMÓVEL IMOB
COL AGRÍCOLA Bemardo Sayão cs 4qts 4stes e 1master 260m² var 4vg 995624472 cj25698

ADELSON IMÓVEIS
QE 38 sobradão 4qtos 2stes 300m² ar construída arms 2gar. Ac financ 99985-7115 c1533

NÚCLEO BANDEIRANTE
3 QUARTOS
RITA LANDIM VENDE
3ª AV Casa 245m² 3qts 1suite 2 vagas 2 banhs 99673-2538

PARK WAY
4 OU MAIS QUARTOS
MEU IMÓVEL IMOB
COL AGRÍCOLA Arni-queiras Res Park Veredas 6qts 4sts lt 1000m² 995624472 cj25698

ADELSON IMÓVEIS
QD 01 MSPV (5 stes) 4 gar lt 2.500m² 504m² const. Ac. Apt Guará 3q 99985-7115 c11533



CHAMA NO ZAP!!

Agora ficou mais fácil anunciar.

Mais rapidez e eficiência na comunicação com nossa equipe!

Escaneie o QR CODE ao lado e fale agora mesmo com um dos nossos atendentes!



CLASSIFICADOS CORREIO BRAZILIENSE

1.3 PARK WAY

1.3 CASAS

PARK WAY

4 OU MAIS QUARTOS

RITA LANDIM VENDE
QD 01 casa c/ 4 qtos
400m2 de á.constr. terreno
de 2.500m2 3552-4358 c/12179

RECANTO DAS EMAS

3 QUARTOS



VENHA FAZER O melhor Negócio ! Vendemos, Alugamos Casas e aptos, Serviços c/ relatos, fazemos inventários, despachante, departamento jurídico. Atendimento c/ qualidade. Estamos no mercado há 25 anos. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br :

SOBRADINHO

3 QUARTOS

CLASSIFICADOS

GOSTOU DESSE ESPAÇO?
PATROCINE UMA RETRANCA!!!
DEixe SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS
PREÇO ESPECIAL
ANUNCIE AQUI!
ENTRE EM CONTATO CONOSCO
61 3342-1000 - OPÇÃO 5

PEDRO JR C 12778 VENDE
AR 10 Casa 2 qtos
128m2, 2 vagas sl de est-
tar coz. 98481-4268

PEDRO JR C1278 VENDE
QD 02 casa 120m2 3
qtos, 1 suíte, 2 vagas
98481-4268/ 3591-1306

4 OU MAIS QUARTOS

PLANO EMPREEND.
QD 10 Melhor quadra!
Sobrado área privativa
582,28m2 c/ 9 banhs
6qts 98313-0206 cj5179

TAGUATINGA

3 QUARTOS

CONVICTA IMÓVES VENDE
QNL 18 casa 3qts
120m2, área serv. gara-
gem 3386-9000 cj22002

CONVICTA IMÓVES VENDE
QNL 18 casa 3qts
120m2, área serv. gara-
gem 3386-9000 cj22002

1.3 VICENTE PIRES

4 OU MAIS QUARTOS

RITA LANDIM VENDE
COND PREMIUM excel
casa 280m2 cond fecha-
do, porteiro 24 horas
3552-4358 c/12179

1.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

ASA SUL

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

CLS 414 Vendo Excelente
loja alugada, c/ térreo
subsolo sobreloja
250m2, reformada. Tr-
tar 99109-6160 Sr Imó-
veis cj9417

GUARÁ

ADELSON IMÓVEIS

AE 02 prédio comerc/
resid 2lj + 2ap lt 200m2
R\$1.050.000, ac cs Gua-
rá Tr.99857115 c1533

SUDOESTE

TRATO FEITO IMÓV

CCSW 02 Loja de esqui-
na. Alugada.tima locali-
zação. Exc Oportunida-
de 99418-8477 cj21694

TAGUATINGA

VENDO PRÉDIO

CSE 05 Tag Sul com 6
apt de 50m² cada,
c/(habite-se) R\$680Mil
Imóvel com grande poten-
cial de valorização. Con-
strução da UPÁ Vila Di-
mas em 2026 c/63 leitos
97400-9636

SALAS

ÁGUAS CLARAS

PLANO EMPREEND.

AV PAU BRASIL sala
área 173m2 c/ 5 vagas
4 banhs, próx estação
metrô 3032-7700 98313-
0206 cj5179

R DAS PAINEIRAS
Vdo Sala 33m² Reforma-
da 220Mil 99815-9661

ASA NORTE

CLN 103 Reformada ót.
localização desocupada
99275-8882 phimoveis.
com.br cj6210

INVEST FLAT VENDE
ED FUSION WORK e Live - Sala 37m² 10 and-
dar. Tr: 3033-3865/
98581-0151 cj21229

SRTVN 701 C.E.Norte 2
salas juntas reformadas
99275-8882 cj.6210
phimoveis.com.br

ASA SUL

ACONTECE IMOBILIÁRIA

SHS QD 06 Complexo
Brasil 21 Asa Sul vendo
vaga de garagem 12m2
área comercial 3344-
4112

1.4 SUDOESTE

SUDOESTE

INVEST FLAT
LUGAR CERTO Os
melhores imóveis de
Brasília você encontra
aqui! Veja as Ofertas!



Aponte a câmera de seu
celular e veja as ofertas!

1.5 LOTES, ÁREAS
E GALPÕES

ASA NORTE

TRATO FEITO IMÓV

SAAN QD 02 Lote à ven-
da no Bairro Asa Norte,
2.500m² área 99418-
8477 cj21694

GAMA

PEDRO JR C1278 VENDE
COND ALTO da Boa Vis-
ta lt 504m2 R\$
400.000,00. Tr: 98481-
4268/ 3591-1306

PEDRO JR C 12778 VENDE
COND ALTO da Boa Vis-
ta excel lote 504m2. Pre-
ço ocasião. 98481-4268

GUARÁ

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

QI 08 Excelente Lote co-
mercial, 400m². Podem-
do construir 3 vezes.
Aceito 100% em imó-
veis 99109-6160 Sr Imó-
veis cj9417

LAGO NORTE

J RIBEIRO VENDE

SHTQ QD 04 Excel. lo-
te Bairro Taguara
742m², quitado, esqui-
na, ótima localização CJ
5211 3322-3443

OUTROS ESTADOS

FORMOSA-GO Edifica-
ções 5.740m² em
Formosa / GO,
17.674m² a.t., gal-
pões, casas e outras
benfs., casas e outras
benfs., Pq. da Colina
Inicial R \$
16.000.000,00
(Parcelável)
alvaroleiloes.com.br
0800-707-9272

1.6 SÍTIOS, CHÁCARAS
E FAZENDAS

DISTRITO FEDERAL E
ENTORNO

RITA LANDIM VENDE
PADRE BERNARDO
GO linda chác. 14.000
m2. 3552-4358 c/12179

1.6 OUTROS ESTADOS

OUTROS ESTADOS

ARAGUATINS-TO Fa-
zenda 215ha em
Araguatins/TO, c/
casas e outras benfs.,
Gleba Agua limpa, Fa-
zenda Paraíso. Inicial
R\$ 1.320.000,00
(Parcelável)
galvanileiloes.com.br
0800-707-9272

CAMPINAÇU-GO Sítio
59ha, terras de cultura
e campos, Fazenda Quei-
xadas do Corriola. Inicial
R\$ 492.800,00
(Prcelável) alvaroleiloes.
com.br 0800-707-9272

2

**IMÓVEIS
ALUGUEL**

2.1 Apart Hotel

2.2 Apartamentos

2.3 Casas

2.4 Lojas e Salas

2.5 Lotes, Áreas
e Galpões

2.6 Quartos e Pensões

2.7 Sítios, Chácaras
e Fazendas

2.2 APARTAMENTOS

ÁGUAS CLARAS

2 QUARTOS

TRATO FEITO IMÓV
**R DAS PITANGUEI-
RAS** lt 10, 53m², 2qtos,
1 suíte, 1 vaga, 2banhs
99418-8477 cj21694

ASA SUL

2 QUARTOS

J. RIBEIRO
LUGAR CERTO Os
melhores imóveis de
Brasília você encontra
aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera de seu
celular e veja as ofertas!

3 QUARTOS

115 SQS bloco B, Apto
3 quartos, 1 suíte,
dependência de empre-
gada. Vaga para 3 car-
ros pequenos. Negocia-
ção direto com a proprie-
tária. Valor R\$ 6.500
+impostos. Tratar.: 61
98118-8482 Elizabeth
Diniz

GUARÁ

1 QUARTO

CONVICTA IMÓVES ALUGA
AE 02 apto 45m² 1 qto
sl coz á99112-3703 /
3386-9000 cj22002

2.2 SUDOESTE

2.2 APARTAMENTOS

SUDOESTE

2 QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA LUGARCERTO.COM.BR Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

2.3 CASAS

RECANTO DAS EMAS

2 QUARTOS

CONVICTA IMOVEIS LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

SUDOESTE

3 QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA 101 BLOCO l alugo apto 3 qtos 110m2 1 su çite Tr: 3344-4112

TAGUATINGA

3 QUARTOS

CONVICTA IMÓVEIS ALUGA QSF 05 casa 3 qtos 120m2. 99112-3703 / 3386-9000 cj22002

2.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

ÁGUAS CLARAS

RUA 14 NORTE Resid. Supremo Aluga-se loja c/ aprox 51,79m2 e 01 banheiro. R\$ 3.400,00 3355-2005/ 98141-1639 imob. Forte cj7118

CANDANGOLÂNDIA

CONVICTA IMÓVEIS ALUGA QOF conj G loja 40m2 para alugar Tr: 3386-9000 cj22002

2.4 ASA SUL

SALAS

ASA SUL

J RIBEIRO ALUGA SHLS 716 sala 54m2 no C. Clínico Sul 5211 3322-3443

3 VEÍCULOS

3.1 Automóveis

3.2 Caminhonetes e Utilitários

3.3 Caminhões

3.4 Motos

3.5 Outros Veículos

3.6 Peças e Serviços

3.1 AUTOMÓVEIS

FABRICANTES

AUDI

AUTOCRED Q3/20 Prest. 1.4 Tfsi flex S-tronic revisada ún. dono 99288-9231

CHERY

AUTOCRED TIGGO/22 5x Txs 1.5 16V Turbo flex aut 31.200 km 99288-9231

AUTOCRED TIGGO/22 5x Txs 1.5 16V Turbo flex aut 31.200 km 99288-9231

VOLKS

AUTOCRED VRUM.COM.BR Acesse nosso pátio e confira as melhores ofertas disponíveis para você!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

3.2 CAMINHONETES E UTILITÁRIOS

FABRICANTES

FORD

AUTOCRED RANGER 20/21 XLT 3.2 20V 4x4 CD diesel aut. 99288-9231

AUTOCRED RANGER 20/21 XLT 3.2 20V 4x4 CD diesel aut. 99288-9231

JEEP

AUTOCRED RENEGADE/17 Sport 1.8 branco 4x2 Flex 16V Autom. câmera de ré excel. 99288-9231

4 CASA & SERVIÇOS

4.1 Construção e Reforma

4.2 Moda, Vestuário e Beleza

4.3 Saúde

4.2 Comemorações, e Eventos

4.5 Serviços Profissionais

4.6 Som e Imagem

4.7 Diversos

4.3 SAÚDE

MASSAGEM TERAPÊUTICA

ELEN TERAPEUTA e Equipe. Oferecemos - Massagens Terapêutica entre outras 3347-5464/ 98214-4880 De 7:30 às 22:30h

5 NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES

5.1 Agricultura e Pecuária

5.2 Comunicados, Mensagens e Editais

5.3 Informática

5.4 Oportunidades

5.5 Pontos Comerciais

5.6 Telecomunicações

5.7 Turismo e Lazer

5.1 AGRICULTURA E PECUÁRIA

SERVIÇOS E PRODUTOS

DETONE Esse sim, externa baratas - https://www.superclassificados.com/anuncio/detone-elimina-baratas-formigas-escorpioes-1894329

5.2 COMUNICADOS, MENSAGENS E EDITAIS

EDITAIS E AVISOS

ABANDONO DE EMPREGO

A EMPRESA, Parque Nacional Empreendimentos Imobiliários S.A C N P J : 41.816.642/0001.40 convoça o Sr. Alessandro Vieira Corte CTPS: 1006693 série: 3196, ausente desde o dia 20/06/2025, a comparecer na sede da empresa, no prazo de 72 horas da publicação deste, sob pena de caracterização de Abandono de Emprego, ensejando a justa causa do seu contrato de trabalho, conforme dispõe o Artigo 482, Letra I da CLT.

5.7 TURISMO E LAZER

NEGÓCIOS

CLUBE

VENDO TÍTULO IATE CLUBE DE BRASÍLIA. Tr: 61 98157-9961

5.7 ACOMPANHANTE

OUTROS

ACOMPANHANTE

Todos os números desta Seção são do DF DDD 61, excetuando-se os que forem precedidos de DDD diverso expresso

Laura

ESTILO NAMORADINHA c/ Mix Massag e oral p/te surpreender Sudoeste 61 99309-2079

LEILA PORNÔ MULHERÃO CAPA De Revista c/ oral até o fim 61 99906-7716

RAFAELA PORNÔ FAÇO ORAL até o fim e deixo finalizar na boca! (61) 99620-9236

MASSAGEM RELAX

AS+TOPS DAS GALÁXIAS AS 20 TODAS lindas bemestarmassagens.com.br Fones: 61 985621273/ 3340-8627

MASSAGISTA preciso c/ s/exp 3.000 semana Asa Sul (61)98194-7225

6 TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL

6.1 Oferta de Emprego

6.2 Procura por Emprego

6.3 Ensino e Treinamento

6.1 OFERTA DE EMPREGO

NÍVEL BÁSICO

AJUDANTE DE PEDREIRO para morar. Tratar: 99903-0605.

ARRUMAIDEIRA PRECISA-SE p/ trabalhar no Lago Sul que tenha referências comprovadas. Salário R\$ 2.200. Tratar no tel. 99972-2215.

EMPRESA CONTRATA ARRUMAIDEIRA com jornada de trabalho 12X36 (dia sim, dia não). Salário R\$ 1.601,21 + refeição + vale transporte Tr. Whatsapp (61) 99909-2288

AUXILIAR DE CABELEIREIRO. salão na A.Sul contrata 61 981112900

ARRUMAIDEIRA PRECISA-SE p/ trabalhar no Lago Sul que tenha referências comprovadas. Salário R\$ 2.200. Tratar no tel. 99972-2215.

6.1 NÍVEL BÁSICO

AUXILIAR DE SERVIÇOS Gerais. Pousada na Asa Norte contrata p/ turno da noite, jornada 12/36. Contato somente no zap 61 98118-5765.

EMPRESA CONTRATA AUXILIAR DE SERVIÇOS Gerais p/ atuar na área de condominial c/ experiência Enviar CV: rh1@centrosulservicos.com.br

CASEIRO CASADO Todos os serviços, com referência. Sítio no DF. R\$ 2.500,00/ cestas/ gás. Tr: (61) 99221-3898

CASEIRO PARA Serviços Gerais, casal . Tratar: 99976-4334.

CONTRATA-SE COZINHEIRO (A), CHAPEIRO, Aux.de cozinha e Atendente. Restaurante na Asa Sul. CV para: restaurante peefe405@gmail.com

DOMÉSTICA SEM EXPERIÊNCIA p/ morar , tenha disponibilidade de horário. Tr. 61) 99455-5814 Zap

DOMÉSTICA COM referência e experiência, p/ todos os serviços da casa. Ter paciência e bom relacionamento com idosos. Trabalhar no Lago Sul, (de quarta à domingo, com pernoite no local de trabalho). Salárioinicial R\$ 2.500,. Contatos p/ envio de currículo 61 9.8613-8049/ casal elzaeluz@gmail.com

CASEIRO CASADO Todos os serviços, com referência. Sítio no DF. R\$ 2.500,00/ cestas/ gás. Tr: (61) 99221-3898

SENADO FEDERAL COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO Pregão Eletrônico nº 90094/2025

OBJETO: Contratação de serviços contínuos e sob demanda referentes à operação e manutenção preventiva, corretiva e preditiva dos sistemas e equipamentos de ar-condicionado, exaustão e ventilação do Complexo Arquitetônico do Senado Federal e das Residências Oficiais.

ABERTURA: 28/08/2025, às 09h30, pelo sistema Compras.gov.br.

EDITAL E INFORMAÇÕES: www.senado.leg.br (Portal da Transparência do Senado Federal/Licitações e Contratos), www.compras.gov.br ou na COPEL, Bloco de Apoio 16, 1º andar, telefone (61) 3303-3036.

FELIPE GUIMARÃES CORTES Pregoeiro

6.1 OFERTA DE EMPREGO

Disque-Denúncia

Secretaria de Segurança Pública.

Uma nova arma contra a criminalidade Sigilo absoluto.

197

6.1 NÍVEL BÁSICO

CONTRATA-SE DOMÉSTICA PARA V. Pires de segunda à sexta-feira, de 07h às 16:30h. Para todo serviço, (necessário que durma quando for viajar, com bonificação. Apenas 3x ao ano). Interessadas: 61 99503-3547

DOMÉSTICA CONTRATA-SE p/Park Wayguas Claras c/ experiência e referência. De 2 f a 6 f 98178-1942

MASSAGISTA PRECISA-SE COM OU SEM Experiência p/Semana ou Fim Semana. Pagamento diário. Tr: 61 98474-3116

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp 3.000 semana Asa Sul 9.8194-7225

PEDREIRO c/ experiência em pastilha. p/ Gamma Tratar: 99976-4334.

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp 3.000 semana Asa Sul 9.8194-7225

NÍVEL MÉDIO

PRECISA-SE DE AÇOQUEIRO COM EXPERIÊNCIA p/ Nucleo Band. Carga horária 8hs salário + benefícios. Somente Mensagens Whats (61) 98250-6329

ARTE FINALISTA IMPRESSORA DE GRANDES formatos e router a laser. Damos treinamento. Enviar CV p/ selecaoobsb 10@gmail.com

LANCHONETE CONTRATA ATENDENTE DE BALCÃO Enviar Currículo só interessados: sucoetal1968 @outlook.com

6.1 NÍVEL MÉDIO

FARMAGREEN CONTRATA AUXILIAR DE MANIPULAÇÃO, Conferente e Auxiliar de Limpeza/conservação. Enviar CV p/ e-mail: curriculo farmagreen@gmail.com

AUXILIAR DE ESCRITÓRIO

ROTINAS ADMINISTRATIVAS. Enviar currículo p/ selecaoobsb10@gmail.com

CONTRATA-SE CUMIM, ESTOQUISTA e Serviços Gerais. Com ou sem experiência, disponibilidade de horário para trabalhar em restaurante no Lago Sul, sal. + Benefícios. Interessados enviar currículo p/ tessier.restaurant@gmail.com

CONTRATA-SE DESIGNER GRAFICO para trabalhar com comunicação visual. CV: (61) 98424-5020 ou digidoor1@gmail.com

RESTAURANTE NO SUDOESTE CONTRATA GARÇOM ATENDENTE Das 08:00 às 16:20 Mandar currículo WhatsApp (61) 99232-8023

CONTRATA-SE MANICURAS E CABELEIREIRAS (OS) Início imediato. Asa Norte. Tr: 61 98173-1168

6.2 PROCURA POR EMPREGO

NÍVEL BÁSICO

AGÊNCIA CONFIANÇA há mais de 30 anos, tem também : Secretária do Lar, Arrumadeira, Diarista, Cozinha de forno e fogão, Babá , Passadeira , Aux Serviços Gerais, Caseiro, cuidadora de idosos e motorista . Tel.: 3356-3351 ou 98609-0574

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS - CURATELA

Número do processo: 0717276-34.2024.8.07.0020
Classe judicial: INTERDIÇÃO/CURATELA (58)
REQUERENTE: JOEL SILVA AMARAL MENDES, MARIA DA GLORIA DE MATOS MENDES AMARAL
REQUERIDO: DANILO MENDES AMARAL

O(a) Dr(a). MARIA LUISA SILVA RIBEIRO, Juiz de Direito da 2ª Vara de Família e de Órfãos e Sucessões de Águas Claras, FAZ SABER a todos os terceiros quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, nos autos da Ação de INTERDIÇÃO/CURATELA (58) - Processo 0717276-34.2024.8.07.0020, ajuizada por JOEL SILVA AMARAL MENDES e MARIA DA GLORIA DE MATOS MENDES AMARAL em desfavor de DANILO MENDES AMARAL, foi DECRETADA, mediante sentença proferida em 03/07/2025, devidamente transitada em julgado em 29/07/2025, a CURATELA DEFINITIVA de DANILO MENDES AMARAL (CPF: 037.073.481-56), em razão de ser portador de Síndrome de Down e deficiência intelectual severa e permanente, sendo nomeado(a)(s) Curadores JOEL SILVA AMARAL MENDES (CPF: 381.867.991-68) e MARIA DA GLORIA DE MATOS MENDES AMARAL (CPF: 416.934.851-68).

E, para que chegue ao conhecimento dos interessados e no futuro não possam alegar ignorância, expediu-se o presente edital, que será publicado uma vez na imprensa local e três vezes no Diário de Justiça Eletrônico (DJ-e), nos termos do artigo 755, § 3º, do Código de Processo Civil (CPC/2015).

Este Juízo tem sede na 2ª Vara de Família, Órfãos e Sucessões da Circunscrição Judiciária de Águas Claras, Quadra 202, lote 01, Águas Claras/DF - CEP: 71937720 - Horário de Funcionamento: 12h00 às 19h00. Eu, Diretor de Secretaria, confiro e assino por determinação do(a) MM(ª). Juiz(a) de Direito.

DOCUMENTO DATADO E ASSINADO DIGITALMENTE, CONFORME CERTIFICAÇÃO DIGITAL

Este documento foi gerado pelo usuário 211***91 em 12/08/2025 15:00:24
Número do documento: 250725016400000002201042
<https://pje2f.tjdf.jus.br/4439/Processo/ConsultaDocumento/listview.seam?x=250725016400000002201042>
Assinado eletronicamente por: HEBER MOREIRA - 25072025 20:16:41 Num. 44400866 - Pág. 1

PUBLICIDADE LEGAL

Garanta a visibilidade que sua empresa precisa no jornal de maior circulação no Distrito Federal.

Balanços - Atas - Comunicados
Extravios - Convocações - Editais
Avisos - Regulamentos
Licitações - Leilões - Pregões

Impresso e digital com
certificação do ICP

ENTRE EM CONTATO:



(61) 98167-9999



(61) **3342-1000**

Escolha a opção 04

Horário de atendimento de segunda a sexta-feira de 9h às 18h e aos sábados de 8h às 12h - ***domingos e feriados fechados***

**CORREIO
BRAZILIENSE**

www.CORREIO BRAZILIENSE.com.br

